

n. 10 2019

**SOUZA EAD**  
**Revista Acadêmica Digital**

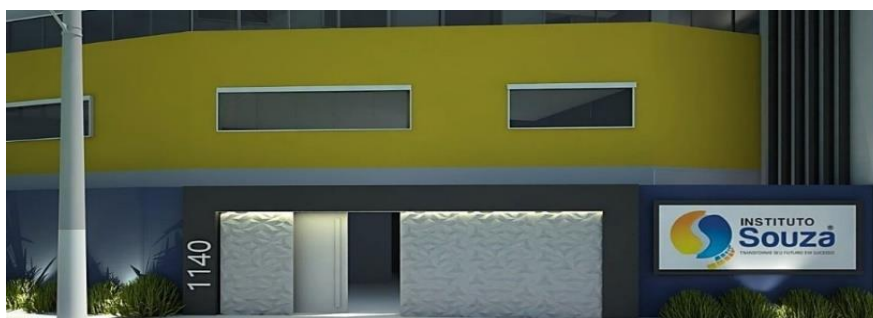


**Periodicidade - Mensal**



## INDICE

<b>Editorial.....</b>	<b>03</b>
<b>Estudo Da Importância Da Psicologia Da Educação E Psicanálise No Processo Educativo.</b>	
Vaz, Adriana Andréa Vianna. Págs. 04 - 12.....	04
<b>Educação Ambiental Na Escola Pública: Um Olhar Reflexivo Sobre O Ensino Da Conservação Da Natureza Na Educação Infantil</b>	
Silva, Adriana Ferreira da. Págs. 13- 27.....	13
<b>Pedagogia Atual No Diagnóstico E Tratamento De Crianças Com Transtorno De Déficit De Atenção/Hiperatividade</b>	
Candido, Bianca Fabiana Coelho . Págs. 28 - 42.....	28
<b>Papel Do Psicólogo Organizacional Na Qualidade De Vida Do Trabalhador</b>	
Baccin, Cristian Medeiros. Págs. 43 - 57.....	43
<b>Supervisor Escolar: Articulador do Processo Pedagógico Para Uma Educação de Qualidade</b>	
Silva, Ruth Vieira da. Págs. 58 - 65.....	58
<b>A Realidade da Leitura e Escrita no Contexto Atual da Escola Pública.</b>	
Baldez, Darlene Oliveira Págs. 66 - 78.....	66
<b>A Importância Da Utilização De Jogos No Ensino Da Matemática Nos Anos Finais Do Ensino Fundamental.</b>	
Costa, Fernando Campos. Págs. 79 - 93.....	79
<b>A Igreja Católica No Período Medieval.</b>	
Mota, Francinaldo Eugenio Barros da; Queiroz, Liliana Martino Bertola de. Págs. 94 - 121.....	94
<b>Desafios Da Gestão Pública Nos Presídios Brasileiros</b>	
Lopes, Gabriel. Págs. 122 - 130.....	122
<b>Uma Viagem Pela Educação De Jovens E Adultos No Brasil Ao Longo Da História.</b>	
Pereira, Gilmar Duarte. Págs. 131 - 144.....	131



## **EDITORIAL**

### **INSTITUTO SOUZA, SEMPRE INVESTINDO EM QUALIDADE- PARCERIA COM A UNITAU – UNIVERSIDADE DE TAUBATÈ**

O investimento em parceiras de qualidade, é na contemporaneidade, uma forma de unir forças para melhor atender ao público de alunos nas instituições de ensino, sobretudo nas instituições de ensino superior. Instituições que investem em parcerias, demonstram estar sintonizadas com a importância da troca de experiências, com a valorização dos parceiros no sentido de reconhecer um trabalho que está se solidificando no mercado e também demonstra uma mentalidade aberta a novas ideias. O Instituto Souza, como instituição de ensino que prima pela qualidade dos cursos que oferece no sentido de estar atenta sempre aos conceitos da CAPS e do MEC, tem procurado selar boas parcerias visando a oferecer aos alunos a cada dia mais cursos de qualidade.

Marcos Alexandre de Souza  
Diretor Geral

# **ESTUDO DA IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E PSICANÁLISE NO PROCESSO EDUCATIVO.**

Vaz, Adriana Andréa Vianna

## **RESUMO**

O artigo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, com a finalidade de mostrar a importância da disciplina psicologia da educação e fundamentos da psicanálise na grade curricular dos cursos de especialização. Aborda definições, conceitos e as principais contribuições e influências do processo de desenvolvimento e aprendizagem humana. Considera as diversas concepções, abordagens e teorias que constituem tal área do conhecimento. Apresenta que a aplicação da Psicologia da Educação dá-se, basicamente, no ensino e nas escolas, uma vez que sua função é avaliar como os estudantes aprendem nos ambientes educativos. Tem como objetivo salientar a importância da aplicação desta ferramenta no processo educativo na formação dos docentes, pois, ainda que seja uma subárea do conhecimento, tem como vocação a produção de saberes relativos a esse processo, além da função de buscar soluções para as dificuldades que permeiam esse campo. A psicologia da Educação e psicanálise refere-se a determinados fenômenos ou conjunto de fenômenos constituintes da realidade, alicerçados em questões ontológicas, epistemológicas, metodológicas e éticas determinadas, representa grande importância na formação do professor. Além de ser parte importante para um melhor desempenho em sala de aula, a Psicologia da Educação e fundamentos da psicanálise é importante, também, na inovação, na reinvenção da educação. Espera-se que com esse trabalho a importância da Psicologia da Educação e psicanálise seja observada, não apenas pelos novos docentes, mas, também, por aqueles que já estão há anos na prática letiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia da Educação. Fundamentos da Psicanálise Desenvolvimento. Aprendizagem.

## **INTRODUÇÃO**

Para aqueles que buscam a especialização na docência, a Psicologia da Educação e fundamentos da psicanálise tem suma importância na grade curricular, uma vez que, visto como disciplina, contempla parte dos alicerces da educação.

A Psicologia Educacional pode ser descrita como uma subárea da psicologia, e considerada uma área do conhecimento que entendemos como corpus sistemático e organizado de saberes científicos. Esses, segundo o autor, são produzidos "de acordo com procedimentos definidos, referentes à determinados fenômenos ou conjunto de fenômenos constituintes da

realidade, alicerçados em questões ontológicas, epistemológicas, metodológicas e éticas determinadas". Para estudá-la, portanto, é necessário considerar as diversas concepções, abordagens e teorias que constituem tal área do conhecimento.

A Psicologia da Educação é parte dos elementos característicos da Ciência da Educação que tem a finalidade de estudar os processos educativos. Ultimamente, a ideia de que a Psicologia da educação seja resumida como um simples campo de atuação da Psicologia não deve ser aceita, ela deve, contrariamente, atender tanto aos processos psicológicos como educacionais.

A aplicação da Psicologia da Educação dá-se, basicamente, no ensino e nas escolas, uma vez que sua função é avaliar como os estudantes aprendem nos ambientes educativos. Uma vez avaliado essa condição, seu papel é trabalhar as questões que, de alguma forma, gerem as dificuldades de absorção dos conteúdos.

Tratando-se da Psicanálise, afirma Charcot (1983), que "já não estamos na época em que se interessar-se pela psiquiatria constituía, para um analista, uma medida curiosa ou até suspeita. Havia, sem dúvida, sólidas razões para isso: a clínica psiquiátrica é essencialmente a observação "morfológica"".

Baseado nessas colocações, este trabalho objetiva apresentar, ainda que de forma breve, qual a definição da Psicologia da Educação e psicanálise, além de discorrer sobre suas funções e finalidades.

- **DEFINIÇÃO DE PSICOLOGIA, PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E PSICANÁLISE**

Segundo Antunes (2007 apud BARBOSA, 2012, p. 163), psicologia educacional pode ser descrita como uma subárea da psicologia, e considerada uma área do conhecimento que entendemos como corpus sistemático e organizado de saberes científicos. Esses, segundo o autor, são produzidos "de acordo com procedimentos definidos, referentes à determinados fenômenos ou conjunto de fenômenos constituintes da realidade, alicerçados em questões ontológicas, epistemológicas, metodológicas e éticas determinadas". Logo, representa grande importância na formação do professor.

Para Piaget (2002), a concepção epistemológica consiste em encontrar sempre, na origem de um saber, de um conjunto sistematizado de conhecimentos, uma orientação metodológica particular, baseada num sistema conceitual elaborado.

Pinel foi daqueles que constituíram a clínica médica como observação e análise sistemática dos fenômenos perceptíveis da doença, resultando a Nosografia, considerava a alienação mental como uma doença no sentido de doenças orgânicas, um distúrbio das funções intelectuais, ou seja, das funções superiores do sistema nervoso.

Para Coelho (2014), o termo psicologia foi criado pelo filósofo grego Aristóteles (384-322 a. C) e significava conhecimento da alma, fazendo uma referência à suposição de que o ser humano era composto de corpo, alma ou mente. Sendo assim, podemos entender então a psicologia como a ciência que estuda os processos mentais e o comportamento humano e o animal, além das psicopatologias.

Segundo o mesmo autor, a palavra educação é um processo, conforme explica os dicionários. Desta maneira, a disciplina psicologia da educação são formas sistematizadas de conhecimento que pode ser prático, teórico e até científico.

De acordo com Mezan (2018), para dar conta do regime mental é preciso entrar no terreno da psicanálise. Ao falar de psicanálise falamos também de crenças, de algo intangível, mas extremamente poderoso na vida psíquica, capaz de orientar o comportamento de cada um de nós.

A Psicologia da Educação, segundo a colocação do psicológico (MIALARET, 1999) é considerada "um ramo tanto da Psicologia como da Educação e caracteriza-se como uma área de investigação dos problemas e fenômenos educacionais, a partir de um entendimento psicológico". Sua finalidade é estudar os aspectos das várias situações da educação, sob o ponto de vista psicológico e, também, das semelhanças existentes entre as ocorrências educativas e os motivos que as geram. Seu campo de atuação é composto pela análise psicológica de todos os aspectos da realidade educativa e não somente ao emprego da psicologia à educação.

Segundo Coelho (2014), a psicologia da Educação reúne estudos e práticas relacionadas a dois campos do conhecimento humano: a psicologia e a educação. Para ele, psicologia parece uma palavra até complicada, mas todos temos ideia do que ela representa.

Tratando-se do processo de ensino aprendizagem de acordo com Palangana (2015), a principal finalidade de toda estrutura organizacional é promover a aprendizagem e o desenvolvimento do ser humano. Sendo assim, faz-se necessário apresentar as funções e finalidades da psicologia da educação.

### **Funções e Finalidades da Psicologia da Educação e psicanálise**

Para Coelho (2014), embora a psicologia da educação tenha foco no desenvolvimento da criança e estude detalhadamente a escola e os processos pedagógicos, a educação é um processo para toda vida. A psicologia, então, busca entender não só o comportamento dos organismos ou dos seres humanos, mas procura uma explicação para a espécie humana.

O psicólogo e professor Clovis Amorim, em entrevista sobre o assunto, afirma que a psicologia da aprendizagem "contribui na prática profissional do professor, nas relações sociais no trabalho e inclusive na participação da família na escola". Para ele, "se o papel do professor é ensinar e o do aluno é aprender, a psicologia da educação tenta contribuir como uma ponte, para que este processo, que nós chamamos de ato pedagógico, tenha êxito". O autor afirma, ainda, que a função principal da escola é a construção do

conhecimento. Dessa forma, cada um tem uma hipótese de como o sujeito aprende. Segundo ele, essas hipóteses, com o passar do tempo, criaram teorias. "Atualmente temos um conglomerado de teorias que tentam explicar não apenas quando o aluno aprende, mas principalmente, para que o professor tenha uma hipótese do que está acontecendo quando o aluno não aprende".

Sólio (2010), lembra Clanlat quando diz:

Só o conjunto interdisciplinar de abordagens poderá delinear uma imagem menos parcelada do indivíduo, porque somente cruzando e multiplicando os diferentes níveis é que se poderá interpretar a realidade observada, buscando reconstruí-la em sua integridade.

Para o psicólogo Clovis, a Psicologia da Educação tem, também, a função e a finalidade, de avaliar se o perfil de um aluno mudou em um ano em relação aos anos interiores. Segundo ele, é necessário de deixar de avaliar o individual e ver em "rede", é importante pensar na aprendizagem colaborativa, e essa é uma das funções da Psicologia da Educação, mudar o modelo antigo da didática tradicional. Um modelo que, para ele, precisa ser revisto, reinventado, exercendo aí, a Psicologia da Educação, a sua finalidade, uma vez aplicada.

Não somente a Psicologia da Educação, bem como a Sociologia da Educação, a didática, entre tantas outras disciplinas, são elementos importantes das Ciências da Educação e devem ser caráter obrigatório para a formação do professor, uma vez que todas possuem a finalidade de estudar os processos educativos.

Utilizar a Psicologia da Educação e os fundamentos da psicanálise no processo de ensino/aprendizagem é uma forma de reconhecer a educação como um acontecimento de fato complicado e que seu impulso na absorção de conhecimento do educando faz com que a totalidade e a variedade das práticas de ensino a que o aluno está sujeito seja observada e amenizada, isso porque essa desigualdade é múltipla e todos os aprendizes estão imersos nesse contexto no qual todos vivem e do qual todos participam. Dessa forma, a Psicologia da Educação mostra como uma relação entre o professor e o aluno e entre os alunos em si, é benéfica para que se adquira o conhecimento desejado.

Para Freire (1996), a habilidade que se tem em aprender é precisa e necessária para que possamos reconstruir "um mau aprendizado".

Não seria adequado o professor dizer que ensinou para os alunos, se os alunos não aprenderam. Só há ensino se há aprendizagem" (AMORIM, 2015).

De acordo com Coelho (2009), para analisar o comportamento em termos psicológicos, Skinner desenvolveu o conceito de condicionamento operante, ampliando a ideia de condicionamento derivado, criado a partir das experiências de Pavlov, que seria o condicionamento clássico ou respondente.

Condicionamento clássico ou respondente não explica aprendizagem de comportamentos guiados pela vontade (chamados

de comportamentos operantes), como ler e escrever. O termo operante refere-se a comportamentos guiados pelas consequências, ou seja, pelas expectativas de resultados, como recompensa ou punição, sofrimento ou prazer, sucesso ou fracasso (COELHO, 2014, p. 61).

Para Barros (2006), os behavioristas Watson, Skinner e outros acreditavam que a aprendizagem dependia de certos estímulos, de condições externas ao organismo: alimentos, sorrisos, elogios e, também censuras e punições. Para estes psicólogos, a motivação da aprendizagem só pode ser extrínseca: recompensas ou esforços são essenciais à aprendizagem, que eles definem como aquisição de novas respostas ou modificação de comportamento.

Palangana (2015), afirma que Piaget explicou que a psicologia do pensamento demorou a se preocupar com o estudo das estruturas cognitivas porque, em vez de orientar-se na direção funcional das raízes psicogenéticas e biológicas, preocupa-se apenas em analisar a inteligência adulta.

De acordo com Coelho (2014), com foco na escola, as correntes da psicologia que defendem conceitos como mente, vontade e impulso são chamadas de mentalistas, e aqueles que negam a existência destes conceitos ou não veem sentido neles são chamados de comportamentalistas ou behavioristas (de *behavior*, que significa comportamento em inglês). Portanto a psicologia da educação estuda essas mudanças de comportamento.

Para Barros (2007), opondo-se aos behavioristas, há os psicólogos da linha cognitivista que enfatizam a importância da motivação intrínseca. Podemos apresentar o psicólogo Jerome Bruner, representante máximo da linha cognitivista, acredita que há, dentro do indivíduo, desde o nascimento, forças poderosas que o levam à aprendizagem, como a curiosidade, o desejo de adquirir competência e o desejo de trabalhar cooperativamente com outras pessoas, que Bruner chama de reciprocidade.

Para Coelho (2014) a psicologia da educação é a área da psicologia que estuda princípios, técnicas e conceitos psicológicos aplicados no contexto educativo com o objetivo de promover a o desenvolvimento adequado do aprendiz para a vida adulta.

Segundo De Bonis (2012), já para Herbart, não existe habilidades inatas, a mente funciona com base em representações de diferentes tipos, que, ao se combinarem, podem ser expressas ou permanecerem no inconsciente. Assim, na escola Herbartiana, o objetivo é formar moralmente o aluno, sendo assim, existe a imposição de regras para o controle do comportamento da criança.

Segundo Racy (2012), Froebel afirma que os primeiros anos de vida são decisivos para o desenvolvimento mental do homem. Sua preocupação foi com essa faixa etária, criando até escolas de educação infantil.



Para Barros (2007), há estudos realizados por psicólogos sobre memorização. Dentre eles, aparece o do cientista alemão Hermann Ebbinghaus que consistiram em observações que, durante cinco anos o psicólogo realizou em si mesmo. Ele comparou sua velocidade em memorizar listas de sílabas sem sentido com a velocidade para decorar material com significado. (Poesia, neste caso).

Por aprendizagem espaçada entende-se: a extensão dos períodos de estudo e o intervalo entre eles. Nenhum dos estudiosos chegou à conclusão definitiva sobre a duração ideal dos períodos de estudo e dos intervalos entre eles.

Barros (2007), cita o psicólogo Arthur I. Gates, este demonstrou que memorizamos melhor quando o repetimos em voz alta.

De acordo com Palangana (2015), pode-se perceber que Piaget descarta a sensação e a percepção como fontes de conhecimento. Para ele o conhecimento é consequência da ação de modo geral, e a percepção desempenha apenas a função de sinalização. Assim, a origem do conhecimento não se atém apenas à percepção, o esquematismo do conhecimento engloba a percepção e ultrapassa.

Segundo Coelho (2014), a família também contribui para o desenvolvimento do indivíduo. Afirma ainda que ela mudou muito ao longo da história se sofreu mudanças profundas.

No passado a ideia de família incluía os parentes consanguíneos, os agregados e até mesmo os empregados, sendo que muitas vezes todos viviam na mesma propriedade, sob o mesmo teto e sob o poder do chefe da família. Assim, as intenções familiares constituirão elementos essenciais no desenvolvimento do indivíduo. Pesquisadores afirmam que o que faz diferença é a qualidade das interações e não a presença dos papéis familiares.

Para De Bonis (2012), desde as sociedades tribais primitivas, as famílias como organizações sofreram várias transformações motivadas pela evolução relacionadas à produção, à riqueza, às atribuições de tarefas, é na família que:

Se encontra a fonte primária da socialização e do amor da criança, mas nem sempre as experiências vividas no seio da família são construtivas. A família é responsável pelos valores e princípios que serão incorporados pelas crianças desde a mais tenra idade e também pelo afeto, carinho e confiança, tão necessários para seu bom desenvolvimento físico e mental.

Para Coelho (2014), há crianças com comportamentos agressivos, e este comportamento é fruto da aprendizagem e a educação dada pelos pais desempenha um papel relevante na formação de uma personalidade mais ou menos agressiva.

Segundo Coelho (2009), o principal desafio do educador é a necessidade de ser versátil. Espera-se que ele tenha bem desenvolvido sua inteligência linguística, mas seria muito importante desenvolver a inteligência lógico -

matemática para poder monitorar com maior eficiência a passagem dos estímulos sensoriais (físicos) ao conhecimento (logico matemático) e orientar a inteligência corporal cenestésica em todas as oportunidades de interação com os alunos.

Para Barros (2007), tanto pais como professores costumam dar mais atenção aos problemas de conduta, não se importando com os problemas de personalidade das crianças ao quais eles consideram quietinhas ou boazinhas.

Coelho (2014) afirma também que embora os professores e todos que trabalham na escola não se comparem a família estendida, é possível que em vários casos e com certa frequência, o educador acabe representando um papel semelhante ao do familiar. As razões para isso pode ser que pensamos que o educador tem o papel como alguém da família, passando pela ideia de afeto de Henri Wallen como uma relação maior que apenas o papel de professor e aluno, ou entre um adulto e um jovem em formação. Barros (2007) apresenta ainda a opinião da doutora Virgínia Leone Bicudo, que afirma: "todo e qualquer comportamento, ou seja, sintoma de desajustamento infantil (mentira, furto, isolamento) deve ser interpretado como um pedido de auxílio que a criança envia ao adulto. O adulto deve ter para a criança compreensão, boa vontade e não tratar com indiferença, irritação ou antagonismo.

Referente ao desajustamento de comportamento Coelho (2009) apresenta duas categorias principais: problemas de conduta e problemas de personalidade.

Por problemas de conduta entende-se: comportamento que perturbam totalmente as outras pessoas e podem ser dirigidos contra elas, visto que são hostis, agressivos, destrutivos, às vezes envolvendo delinquência e psicopatologia. E problemas de personalidade são de caráter neurótico e podem ser chamados de "comportamento esquivo", isto é, a criança tem medo dos outros, sente-se ansiosa, evitam situações que possam expor a crítica, ao ridículo e a rejeição. Assim, os problemas de conduta chamam mais atenção que os problemas de personalidade.

Para Coelho (2009), alguns professores têm tentado lidar com os distúrbios de comportamento através de métodos diretos e às vezes drásticas: punição física, expulsão da sala de aula, sarcasmos, repreensão.

Para De Bonis (2012), não há nada mais importante para o desenvolvimento saudável da criança que o convívio, com a família, fonte de amor, segurança e cuidado, etc.

Diante do exposto pode observar também que a lei das diretrizes básicas da educação em seu art. 1º que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

De Bonis (2012), afirma também que para Jung (1981) o professor deve, em primeiro lugar ser correto e sadio. Em segundo deve ter o entendimento

de que sua própria educação nunca termine, e, portanto, ele deve estar em constante processo de aprendizagem.

Para La Taille (2012), como escreveu Foucault, no sistema da disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto, ou seja, se o adulto ainda pode escapar dos múltiplos exames a que querem submetê-los, a criança ainda não usufrui dessa liberdade de decisão. Portanto, um docente que teve a Psicologia da Educação explorada em sua licenciatura, desenvolve uma visão mais ampla sobre a sala de aula, uma visão que vai além apenas do individual, um olhar que observa como e até onde o coletivo influencia no aprendizado particular. Esse é um dos fatores que tem levado a busca na Psicologia da Educação um novo olhar sobre os fenômenos educativos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de não ser um assunto fácil de ser conceituado, pois poucos são as matérias que, de fato, abordam a Psicologia da Educação e psicanálise como campo do conhecimento, com base no que foi pesquisado, por meio de revisão em literatura, em sites e livros, conclui-se que a Psicologia da Educação e a psicanálise deve atender tanto os processos psicológicos quanto educacionais e que sua aplicabilidade é de suma importância na formação docente, uma vez que contribui para a melhor compreensão do aluno por parte do professor. Fatores como dificuldades na aprendizagem, sejam eles derivados de uma dificuldade na compreensão ou, até mesmo, por problemas mais sérios, como déficit de atenção e/ou dislexia, ficam mais fáceis de serem identificados uma vez que se compreenda esse campo da Psicologia da Aprendizagem.

Além de ser parte importante para um melhor desempenho em sala de aula, a Psicologia da Educação é importante, também, na inovação, na reinvenção da educação. Um docente, que teve a Psicologia da Educação e psicanálise explorada em sua licenciatura, desenvolve uma visão mais ampla sobre a sala de aula, uma visão que vai além apenas do individual. Um olhar que observa até onde o coletivo influencia no aprendizado particular. Esse é um dos fatores que tem levado a busca na Psicologia da Educação um novo olhar sobre os fenômenos educativos.

Dessa forma, esse olhar contribui para que o modelo tradicional de ensino seja revisto e faz com que o ensino se torne mais coletivo, fazendo, assim, com que o aluno, de modo coletivo ou individual, se aproprie e construa o conhecimento desejado.

Espera-se que com esse trabalho a Psicologia da Educação e psicanálise seja observada, não apenas pelos novos docentes, mas, também, por aqueles que já estão há anos na prática letiva.

A vida do educador e do educando muda constantemente, portanto não é possível trabalhar baseado em certezas fixas, pois tudo está em constante transformação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AMORIM**, Cloves. A psicologia da aprendizagem na prática do professor. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5753>. Acesso em: 16/11/2018.

**ANTUNES**, (2007 apud BARBOSA 2012 p. 163 – 173). Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/psicologia-da-educacao-conceitos-objetivos-funcoes-e-finalidades/37945>. Acesso em: 16/11/2018.

**BARROS**, Celia Silva Guimarães. Pontos de psicologia escolar. Porto Alegre. Editora Ática, 5ª edição, 2006.

**CHARCOT**, J.M., Leçons sur les Maladies du Systeme Nerveux, paris, 1887.

**COELHO**, Wilson Ferreira. Psicologia da Educação. São Paulo. Education do Brasil, 2014.

**COELHO**, Maria Teresa; **JOSÉ**, Elisabeth da Assunção. Problemas de aprendizagem. São Paulo. Ática, 2009.

**D BONIS RACY**, Paula Marcia Pardini. Psicologia da Educação: origem, contribuições, princípios e desdobramentos. Curitiba: Intersaberes, 2012.

**FREIRE**, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**LA TAILLE**, Yves. Limites: Três dimensões educacionais. São Paulo: Ática, 2000.

**MEZAN**, Renato. Sociedade, Cultura, psicanálise. São Paulo: Blucher, Karnac, 2018.

**MIALRET**, Gaston. Psicologia da Educação. Coleção: Epigênese, Desenvolvimento e Psicologia. Ed. Instituto Piaget. Lisboa, 1999.

**PALANGANA**, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social. São Paulo: Summus, 2015.

**PENTEADO**, Vilma Millan Alves (Org.). Psicologia e ensino. Papalivros: São Paulo, 1980.

**PIAGET**, J. Epistemologia genética. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

# **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA PÚBLICA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O ENSINO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Silva, Adriana Ferreira da<sup>1</sup>

## **RESUMO**

A discute a importância da educação ambiental desde os primeiros anos de vida. Por isso, o objetivo geral buscou analisar na Educação Infantil conceitos e práticas que fundamentem a inserção de práticas de preservação do meio ambiente. E os específicos foram: Entender qual a importância que a temática Educação Ambiental ocupa no ensino e na vida escolar das crianças; Perceber como a formação docente pode contribuir com práticas direcionadas ao ensino e conservação da natureza; discutir alternativas de ensino que favoreçam a educação ambiental nas escolas para crianças. Autores como Galvão (2002), Pedrini (1997), Loureiro (2002) Reigota (1994/2001/2002) entre outros, foram selecionados e incluídos como principais referências ao estudo, pois os autores trazem importantes reflexões sobre a temática. A relevância desse trabalho está em suscitar a reflexão dessa temática e a mesma justifica-se por lançar um novo olhar sobre os diferentes aspectos que envolvem a educação infantil e o ambiente. A metodologia se compõe através da abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica. Considera-se, pois, os professores, agentes do saber, e que discuti essa temática na vida das crianças e na escola pode ser uma forma de contribuir para o progresso do contexto educacional local e Nacional, discutindo e trazendo a problemática à tona, está-se trabalhando para a melhoria da qualidade de vida do meio ambiente.

## **INTRODUÇÃO**

Desde o início dos tempos à sociedade modifica-se, transformando-se a si e o ambiente ao seu redor. O homem tem procurado compreender a sua missão em mundo de divergências e possibilidades.

A questão que envolve o meio ambiente se tornou nos dias atuais uma preocupação constante, pois a cada dia que passa as ações dos homens sobre a natureza se apresenta visivelmente como algo que precisa ser revisto e refletido por toda a sociedade, inclusive na base da educação sistematizada, que é a educação infantil.

Recentemente surgiram notificações sobre os resultados de uma pesquisa do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) em relação às práticas de Educação Ambiental desenvolvidas nas escolas de educação infantil. É imprescindível que a educação das crianças seja permeada por conceitos de conservação e preservação do ambiente,

---

<sup>1</sup> INFORMAÇÕES DO ALUNO

respeito e cuidados com a natureza e o espaço em que vivemos, e que nesse mesmo processo nos construímos.

O interesse sobre a temática surgiu através da experiência no estágio realizado na educação Infantil o que permitiu perceber que a maior parte das crianças não respondia a noções básicas sobre conservação e preservação do meio ambiente. A partir daí, passou-se a revisar bibliografias, realizando leituras sobre o tema, para entender o que os professores e as crianças pensam e sabem sobre conservação e preservação do meio ambiente. A principal questão que incitou a pesquisa foi: Que dificuldades são encontradas para iniciar o trabalho sobre conservação e preservação nas turmas de educação infantil?

A relevância do tema apresentado neste estudo se funda na perspectiva de que preservar e conservar o meio ambiente é também um ato de responsabilidade da nossa sociedade com a vida no planeta. Comumente presencia-se situações em que nem mesmo pessoas adultas conseguem compreender os riscos e a dimensão de suas ações sobre o mau uso dos recursos que nos são fornecidos pela natureza.

Vale ressaltar que a sociedade é formada por grupos e comunidades que vivem em alto poder de precipitação ambiental, pois muitos exploram de forma errada e irracional os recursos naturais e assim devastam o meio ambiente, isso acontece por que o ser humano através de sua ganância produz uma sequência de eventos que envolve não apenas a sua vida em risco, mas como a vida do planeta, o que é muito preocupante e inadmissível.

O capitalismo e o consumismo tornam o homem cada vez mais desumano, praticando os apelos da industrialização e da globalização que o objetivo é crescer, ter, obter e poder, sem se preocupar com os danos que podemos causar ao planeta, além de não ajudar na estrutura adequada para construir hábitos e uma vida saudável dentro de um convívio respeitável com a natureza, dessa forma, acreditamos que esses fatores contribuem para uma crise ambiental.

Segundo Loureiro (et al., 2002) a educação ambiental deve ser implantada na sociedade por ser entendida como sinônimo de cidadania, ela deve distinguir uma consciência onde todos os cidadãos possam agir no individual ou coletivo respeitando e cuidando da natureza como um todo. Sobretudo, a educação ambiental precisa ser cultivada no dia a dia, nas ruas, nas escolas, no trabalho e em casa. A educação pode exercer a tarefa de afiançar a todas as pessoas o direito de deleitar-se de um ambiente saudável.

Desse modo, objetivo geral buscou analisar na Educação Infantil conceitos e práticas que fundamentem a inserção de práticas de preservação do meio ambiente. E os específicos foram: Entender qual a importância que a temática Educação Ambiental ocupa no ensino e na vida escolar das crianças; Perceber como a formação docente pode contribuir com práticas

direcionadas ao ensino e conservação da natureza; discutir alternativas de ensino que favoreçam a educação ambiental nas escolas para crianças.

Quanto ao procedimento técnico adotamos o tipo de pesquisa bibliográfica, tendo em vista a natureza da presente investigação (GIL, 2008), buscando através dessa metodologia coletar os fatos, além das peculiaridades que envolvem a importância do ensino e práticas de conservação do meio ambiente na educação infantil, “[...] proporcionando maior familiaridade com o problema a partir de levantamentos bibliográficos” (op.cit., p.12), a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (op.cit., p.14), perquirindo nos principais teóricos clássicos que estudam a questão. O material coletado, organizado em categorias de análise e posteriormente analisado e interpretado através do Método Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979; TRIVIÑOS, 1987; GOMES, 1994).

Autores como Galvão (2002), Pedrini (1997), Loureiro (2002) Reigota (1994/2001/2002) foram selecionados e incluídos como principais referências ao estudo, pois os mesmos trazem importantes reflexões sobre a temática.

Entende-se, pois, que a educação infantil não se direciona apenas a pintar e brincar, ela é uma etapa importante e por isso deve permitir que a criança possa construir seus conhecimentos de forma consciente e crítica. Em relação ao meio ambiente, é necessário, discutir como preservar e conservar, um exemplo é fazer com que se conscientizem sobre o consumo de água abusivo, que necessariamente fará todo o planeta sofrer com a falta dela. É nessa etapa que o professor precisa trabalhar intencionalmente o hábito de preservar e conservar a árvore da escola, do quintal de casa e também a do quintal do vizinho. Pois quando os seres humanos pensarem em si e no outro poderão assumir uma postura correta frente aos problemas de conservação e preservação do meio ambiente.

Vale destacar que apesar de haver muitos escritos e materiais sobre a EA na internet e em livros pouco conseguimos encontrar sobre a educação infantil, e este fator dificultou um pouco a caminhada investigativa, já que a educação infantil é a modalidade que foca-se para escrever este trabalho. Talvez ainda não se tenham pensado nas crianças como a futura geração, como sucessores que reproduzirão os conhecimentos adquiridos hoje. Nesse sentido, o estudo traz boas contribuições para essa área.

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INFANTIL**

A natureza sempre ofereceu ao homem o alimento e a matéria prima, o que o homem esqueceu foi de devolver para ela, numa ação de troca, os cuidados necessários para que a mesma pudesse seguir naturalmente produzindo vida. É nesta perspectiva que este primeiro capítulo se pauta, visando apresentar a EA e compreender a importância do meio ambiente e o papel da educação frente os desafios atuais. Reigota (2004) avigora que o meio ambiente é “lugar determinado ou percebido, onde os elementos

naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído” (*op.cit* p. 14).

Para Reigota (2004) a educação ambiental não é apenas uma forma de transmitir conhecimentos sobre ecologia e natureza dentro de uma proposta pedagógica pensada na conscientização, mas “(...) Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais (...), mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental” (REIGOTA, 1994, p. 10). Para o autor a prática que cada pessoa constrói sobre o meio ambiente depende basicamente da concepção que ela tem sobre a natureza, o que permite que ela a relacione aos interesses políticos e sociais.

O meio ambiente em suma pode ser percebido como um elemento simples e natural, “(...) um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica, processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade” (REIGOTA, 1994, p. 21).

Sabemos que os problemas que envolvem educação ambiental estão cada vez mais sendo discutidos, mas nem sempre foi assim, tardiamente as pessoas passaram a se preocupar com o meio ambiente, a se perguntar o significado do mesmo e a função de cada sujeito na conservação e preservação da natureza. Nesse sentido Reigota (2001, p. 12), salienta que “os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão às soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs”.

Sabemos que a sociedade passou por diversas transformações, sendo essas responsáveis por mudanças no ambiente. As decisões tomadas por órgãos responsáveis pela preservação e conservação da natureza nem sempre foram as mais precisas, porém, algumas delas ainda não impedem o desmatamento desenfreado por parte de pessoas, indústrias e do sistema capitalista.

Em 1940 surgiram diversas discussões que trouxeram à tona várias questões sobre proteger a natureza. Tais questões foram idealizadas por cientistas ligados as Nações Unidas. Porém, a expressão educação ambiental só foi utilizada em 1965 na Conferência de Educação da Universidade de Keele (Grã Bretanha).

Contudo, no Brasil a história da EA se relaciona diretamente com os movimentos sociais, dentro de uma perspectiva ambientalista, que produz a mudança de práticas ultrapassadas propiciando o crescimento humano, além de vislumbrarem melhor qualidade de vida. Em meados da década de 50, segundo Galvão (2007, p. 41) “emergiu um ambientalismo científico via UIPN, organização criada por cientistas ligados às Nações Unidas”.



Na década de 60, o ambientalismo amplia-se com as organizações não governamentais, tendo como marco a fundação, em 1961, da WWF – Fundo Mundial para a vida selvagem. Nos anos 70 e 80, os atores políticos e estatais inserem-se também ao movimento ambientalista, dando início ao período das Conferências intergovernamentais, nacionais e estaduais (GALVÃO 2007, p. 41 apud FERRAZ, 2004, p. 91).

Parques e reservas naturais resumiam o conservadorismo no país, documentos específicos como o código florestal criado neste período não tinham o interesse de preservar o meio ambiente. A conferência sobre o meio ambiente em 1972 na Suécia ajudou a modificar a forma de pensar o meio ambiente, “apresentando detalhados estudos, chamando a atenção para a relação entre o aumento da pobreza no Terceiro Mundo e a degradação ambiental” (GALVÃO, 2007, p. 41). Desse modo, o documento mostrava que não haveria soluções para a sistematização do assunto ambiental em virtude de combater a pobreza de forma eficaz.

A Educação Ambiental passa a ser conhecida como a sigla EA a partir da Conferência de Estocolmo que tinha como base o pensamento de “ensinar o cidadão para a resolução de problemas ambientais” (GALVÃO, 2007, p.43). Vale ressaltar que a Educação ambiental era ensinada eventualmente ou nas disciplinas de Biologia e Geografia. “O Plano de Ação da Conferência de Estocolmo recomendou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos institucionais para a EA” (PEDRINI, 1997, p. 26).

Entendemos que a educação é um dos meios principais para se transmitir informações importantes para a sociedade e quando se trata da EA, podemos dizer que é uma extensão emergente do conhecimento humano, por isso “[...] cada ser cidadão deveria buscar a transformação da realidade perversa a que possa estar submetido, tanto o ambiente natural (sem o homem) como o meio social humano (sem a natureza humana), pois este não sobrevive sem aquele” (PEDRINI, 1997, p.16).

A sociedade deve atentar para o que for melhor e viável numa concepção de bem comum, assim as futuras gerações poderão usufruir de conhecimentos e fazer parte da construção dele. O trabalho crítico precisa acontecer, pois, “[...] a degradação do meio ambiente em grandes extensões de nosso planeta vem afetando massas populacionais de todos os setores da sociedade e é de abrangência internacional” (PEDRINI, 1997, p. 23 apud ALMEIDA, 1990). Evidentemente, os problemas considerados de natureza ambiental não serão tratados cientificamente, mas por órgãos responsáveis, governo e povos do terceiro mundo, já que somam a maior população do planeta.

Em 1975 na Conferência de Belgrado, foi gerado o primeiro documento denominado como a “Carta de Belgrado”, onde ficaram definidos os objetivos da EA. Esta Conferência “[...] preconizava uma nova ética

planetária para promover a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humana” (PEDRINI, 1997, p. 26). Admoestava o grande desenvolvimento de uma sociedade sobre a outra, ou seja, as custas de outra, foi assim que surgiu um Programa Mundial de Educação Ambiental.

Pouco tempo depois, em 1977 houve a Conferência de Tbilisi na Geórgia que se instaurou como um marco por ter estabelecido orientações aos países do mundo inteiro referente às políticas públicas do meio ambiente e da EA. Constatou-se, pois, que na resolução Nº. 1 da conferência de Tbilisi que:

Cabe a EA dar conhecimentos necessários para interpretar os fenômenos complexos que configuram o meio ambiente, fomentar os valores éticos, econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, que favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria deste ambiente, assim como a ampla gama de habilidades práticas à concepção e aplicação de soluções eficazes aos problemas ambientais (GALVÃO, 2007, p.44).

A partir daí, campanhas, informativos, formação de professores, incentivo a pesquisas, além de trocas de experiência entre interessados no tema EA foram realizados. Porém, alguns dos objetivos traçados nesse percurso se configuram dentro de um aspecto bitolado já que estão condicionados a resolver os problemas ambientais, deixando de lado a principal característica que seria pensar a EA como uma ferramenta para ter uma sociedade sustentável que compreenda os princípios e a relação natureza/sociedade. Assim, a Professora Galvão (2007, p. 45 apud FERRAZ 2004) lista dez princípios e cinco objetivos da Resolução N.º 2 que trata da EA:

1. Considerar o ambiente em sua totalidade;
2. Construir um processo permanentemente e contínuo;
3. Aplicar um enfoque interdisciplinar (unir conhecimentos específicos com a perspectiva global e integrada à realidade);
4. Examinar as questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional;
5. Concentrar-se nas questões ambientais atuais e nas futuras dentro de uma perspectiva histórica (contextualizada);
6. Insistir no valor e na necessidade de cooperação local, nacional e internacional para prevenir problemas ambientais;
7. Promover a participação de alunos na organização de suas experiências de aprendizagem (autonomia e responsabilidade), buscando desenvolver valores, conhecimentos, habilidades e atitudes na compreensão;
8. Promover a participação de alunos na organização de suas experiências de aprendizagem (autonomia e responsabilidade), buscando

- desenvolver valores, conhecimentos, habilidades e atitudes na compreensão dos sintomas, causas reais e soluções para os problemas ambientais;
9. Destacar a complexidade dos problemas dos problemas ambientais e a necessidade de desenvolver senso crítico e habilidades para desenvolvê-los;
  10. Utilizar diversos ambientes educativos e uma gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente (atividades práticas e experiências pessoais).

Objetivos da EA, de acordo com Galvão (2007, p. 46 apud Ferraz 2004):

1. Adquirir a consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizar-se por essas questões;
2. Adquirir uma diversidade de experiência e conhecimento sobre o meio ambiente e os problemas ambientais anexos;
3. Comprometer-se com valores de comportamento, fundamentados no interesse, preocupação e participação na melhoria e na proteção do meio ambiente;
4. Adquirir habilidades necessárias para determinar e solucionar os problemas ambientais;
5. Proporcionar sua participação ativa na resolução dos problemas ambientais.

Assim, “[...] foram formados 41 recomendações que primam pela união internacional dos esforços para o bem comum, tendo a EA como fator primordial para que a riqueza e o desenvolvimento dos países sejam atingidos mais igualmente” (PEDRINI, 1997, p. 28). E tratando-se de todos os povos, os convida a:

- a) Incluir em suas políticas de educação conteúdos, diretrizes e atividades ambientais contextualizadas em seus países;
- b) Intensificar trabalhos de reflexão, pesquisa e inovação em EA por parte das autoridades em educação;
- c) Estimular os governos a promover intercâmbios de experiências, pesquisas, documentação, materiais e formação de pessoal docente qualificados entre os países;
- d) Fortalecer os laços de solidariedade internacionais em uma esfera de atividade que simbolize uma adequada solidariedade entre os povos com o fim de promover a união internacional e a causa da paz (PEDRINI, 1997, p. 28).

Apesar das boas intenções a Conferência de Tbilisi não contemplou as demandas pedagógicas que lhe cabia, e isso só foi possível na Conferência de Moscou, que educadores que não eram do governo puderam participar sem restrições. A Conferência de Moscou teve uma função importante, pois sua meta era apontar um plano de ação para os anos 90. E resumindo, são nas intenções da conferência citada:

- a) Desenvolvimento de um modelo curricular;

- b) Intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do currículo;
- c) Desenvolvimento de novos recursos instrucionais;
- d) Promoção de avaliações de currículos;
- e) Capacitar docentes e licenciados em EA;
- f) Capacitar alunos de recursos de recursos profissionalizante, priorizando o de turismo pela sua característica internacional;
- g) Melhorar a qualidade das mensagens ambientais veiculadas pela mídia ao grande público;
- h) Criar um banco de programas audiovisuais;
- i) Desenvolver museus interativos;
- j) Capacitar especialistas ambientais através de pesquisa;
- k) Utilizar unidades de conservação ambiental na capacitação regional de especialistas;
- l) Promover consultoria interinstitucional em âmbito internacional;
- m) Informar sobre legislação ambiental; dentre outras medidas não menos importantes (PEDRINI, 1997, p. 29-30).

No Brasil, as questões ambientais e as discussões aconteciam e se moldavam paulatinamente. Tivemos avanços e retrocessos, enquanto uma pequena parte lutava para conservar os bens naturais, outra grande parte atentava apenas para os bens materiais que poderiam conseguir retirando matéria da natureza.

Somente na década de 1980 surgiram pensamentos sobre abordagens curriculares que favorecessem a conscientização para conservar e preservar o meio ambiente.

Isto pode significar, ou não, uma orquestração afinada das práticas curriculares. Muitos educadores, preocupados com problemática ambientalista, concordam que educação ambiental é a realização de atividades voltadas à formação de uma consciência ambientalista estrita, conservacionista e/ou preservacionista (CASCINO, 2003, p. 53).

Desse modo, professores e instituições responsáveis pela educação precisam em comum acordo orientar e refletir sobre a forma de como irão ensinar e instruir as crianças, jovens e adultos sobre ações de conservação e preservação do ambiente. Os problemas enfrentados em todas as esferas públicas e privadas precisam ser discutidas pela população brasileira, dentro e fora da escola.

Revisitar o passado para compreender o presente ainda é uma das principais estratégias para entendermos como agentes e instituições se movem sob o mesmo interesse de preservar à vida.

Na legislação temos a lei n. 9795, de 1999, que conceitua Educação Ambiental da seguinte forma:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para

a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A lei orienta que os indivíduos deva conscientemente construir valores coletivamente que permitam a convivência na sociedade, porém, essas parcerias só podem ser vislumbradas através de conhecimentos voltados a conservação e preservação do meio ambiente, ou seja, do espaço habitado por tudo, pessoas, animais, natureza.

A educação ambiental deve ser inserida e desenvolvida por cidadãos conscientes dos seus deveres para com a sociedade, por sujeitos que em processo de construção possam propiciar condições de mudanças.

### **EDUCAÇÃO INFANTIL**

A educação ambiental na educação infantil deve ser considerada uma possibilidade de mudança de postura e de conceito sobre o que conhecemos e o que realmente é o meio ambiente, já que muitas vezes as crianças não são educadas pelos pais sobre a relevância da ação de preservar e conservar. Inculcar nas crianças desde cedo a importância de se preservar e conservar a natureza pode ser uma forma de combater a falta de cuidado com os bens naturais que nos são fornecidos tão generosamente pela natureza.

Desse modo Loureiro (et al, 2002, p. 69) salienta que “a educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúdica e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente”.

A educação ambiental funciona como uma forma de conscientizar e esclarecer a sociedade sobre a importância de pensar criticamente sobre o que estamos fazendo com o ambiente em que vivemos, e mais, nos faz refletir sobre nossa função social e as ações do ser humano sobre a natureza. Assim, consideramos que “[...] a educação é essencialmente política, pois político é o espaço de atuação humana em que nós formamos e moldamos as características objetivas que nos cercam” (LOUREIRO et al, 2002, p.70 apud DEMO, 1988).

Do mesmo modo que o espaço em que nós formamos é político, todas as relações que tecemos no ambiente social se materializam principalmente sob os interesses dos grupos socialmente estabelecidos, que agem na sociedade com intensões carregadas de implicações sistêmicas. Pensando assim, Loureiro (et al 2002, p. 71) elencou duas razões para que pudéssemos elucubrar a dimensão política da educação, segundo ele:

- a) O conhecimento transmitido e assimilado e os aspectos técnicos desenvolvidos fazem parte de um contexto social e político definido. O que se produz em uma sociedade é resultado de suas próprias exigências e contradições. Assim, o domínio do conhecimento técnico-científico confere ao indivíduo maior consciência de si mesmo e capacidade e intervir de modo

qualificado no ambiente. O saber técnico é parte do controle social e político da sociedade.

- b) As relações sociais que se estabelecem na escola, na família, no trabalho ou na comunidade possibilitam que o indivíduo tenha uma percepção crítica de si e da sociedade, podendo, assim, entender sua posição e inserção social e construir a base de respeitabilidade para com o próximo. As relações estabelecidas em cada campo educativo, formal ou não, constituem espaços pedagógicos de exercício da cidadania. Tal compreensão política da educação só é legítima na modernidade, a partir do momento em que pressupõe que a história das sociedades humanas não é previamente determinada, mas resultante de processos dinâmicos estabelecidos, construídos e transformados por sujeitos históricos: os cidadãos, seja em suas ações individuais ou coletivas.

Por tanto, a educação torna-se parte inerente do movimento social que discute a relação que se estabelece entre natureza e sociedade. Ela é a base da construção do pensamento crítico, ou pelo menos, deveria ser, pois assim poderia propiciar uma consciência de cidadania ecológica e planetária.

Quando pensamos em um mundo em que as pessoas, como cidadãos que são, pudessem pensar e agir democraticamente lembramos que, os direitos conquistados de um cidadão não garante que os sujeitos sejam assistidos dentro de uma dimensão plena do que se entende por igualdade. Nessa conjuntura, entendemos que a cidadania “[...] não possui origem divina ou natural, nem é fornecida por governantes, mas se constitui ao dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade, em cada fase histórica” (LOUREIRO et al 2002, p. 75).

Por vivermos em um planeta fisicamente limitado, o conceito e as práticas cidadãos na atualidade incorporam diversas dimensões incorporadas de significados decorrentes das limitações estruturais. Aqui está a importância dos movimentos sociais que discutem a questão ambiental e a educação na perspectiva crítica. Entretanto,

[...] ver a sociedade como um todo dinâmico traz para o âmbito do movimento ambientalista, em que sua perspectiva crítica, a necessidade de construção de estratégias dialeticamente locais e globais, comunitárias e governamentais, instrumentais e educativas, que cumpram a mediação entre as esferas econômica e político-cultural e apontem para um ambientalismo comprometido com as lutas sociais e populares (LOUREIRO et al 2002, p.80).

Para que consigamos conquistas e melhoramentos para o ambiente precisamos nos pautar em uma práxis educativa que se construa através do diálogo e do conflito, agindo e raciocinando criticamente dentro do processo democrático e social.

Consideramos, pois, que a educação ambiental deve ser discutida na educação infantil, uma vez que seu papel na escola é formar cidadãos que

possam formular pensamentos críticos, pois é na idade pré-escolar que a criança está formando os seus valores e conceitos. Então, vemos o que diz o autor:

a criança na idade pré-escolar encontra-se em formação inicial de seus conceitos e valores [...], identificando-se e envolvendo-se com sua realidade. Nesse sentido, torna-se essencial que a educação ambiental crítica, dialógica, já faça parte da sua realidade, para que a criança possa criar e se expressar nessas relações, ampliando sua rede de relações e sua visão de mundo [...]. (RODRIGUES, 2007).

A educação infantil é um dos principais meios para chegarmos a um comportamento aceitável de preservação e conservação do meio ambiente e da vida. Certo que é um investimento a longo prazo, e quanto mais demora a investir nesta modalidade de ensino, e não apenas nessa, mas em todas, perdemos em qualidade de vida.

Para Brandão (1998) a educação é feita para quebrar paradigmas e a pessoa que não tem acesso a ela não consegue alcançar criticidade. A educação não deve ficar presa dentro de uma sala de aula, ela deve percorrer outros espaços, pois ao mesmo tempo que muda a vida do homem, ela também transforma. Segundo o autor, a escola precisa ser um espaço democrático, cheio de conhecimentos que enriqueça o processo de aprendizagem de cada pessoa que por ela transite.

Outro autor que traz grandes reflexões sobre educação é Saviani (2001), pois o mesmo considera que a educação é um instrumento que dissemina cultura em todos os espaços que a apreende. O estudioso também ressalta a função do professor como uma das mais importantes, já que esse profissional tem nas mãos a capacidade de estimular os alunos para o melhor caminho a ser seguido.

Desde muito pequenas, as crianças são cada vez mais expostas a diversas formas de aprendizagens, elas brincam, se relacionam com outras crianças, aprendem características da cultura dos seus pais e de outros colegas. Os costumes, as crenças, os hábitos e as características de cada comunidade vão se tornando cada vez mais compreensíveis à medida que se relacionam com culturas diferentes, com comportamentos distintos.

A história mostra que a educação infantil assim como outras modalidades de ensino sofreram fragmentações. Conforme Souza (2007, p. 15-16)

A educação institucionalizada de crianças pequenas surgiu no Brasil no final do século XIX. [...] O setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites - os jardins-de-infância de orientação fröebeliana-, já tinha seus principais expoentes no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro, desde 1875, e na Escola Americana anterior a isso.

[...] No setor público, o jardim-de-infância da Escola Normal Caetano de Campos, que atendia à elite paulistana, foi inaugurado apenas em 1896, mais de vinte anos depois das fundações da iniciativa privada. O jardim-de infância da Escola Caetano de

Campos, cujo trabalho pedagógico se baseava em Fröebel, tinha como princípios educativos os conteúdos cognitivo e moral. Nas duas primeiras décadas do século XX, foram implantadas em várias regiões do Brasil, as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas.

Com todas essas questões ainda não era o bastante para se contemplar uma educação infantil de qualidade. No entanto, os tempos passaram e a história ganhou novos rumos. A criança deixou de ser vista como um adulto em miniatura e ganhou espaço social como agente multiplicador do saber e por isso, os adultos passaram a valorizar a instrução infantil.

Nos dias atuais a educação infantil que se configura entre 0 e 6 anos é reconhecida como etapa inicial da educação básica, não sendo apenas uma obrigação, mas um direito da criança. É relevante, destacar que é imprescindível a formação da criança nessa idade escolar e que a família e a escola devem estar unidas colaborando para a aprendizagem da criança. No Brasil o atendimento a crianças nessa faixa etária foi conhecido como Educação Infantil a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no. 9394 de dezembro de 1996. Essa lei determina que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, assim, integrando o sistema de ensino brasileiro. A educação infantil passa a ser composta de: creche, designada a crianças de 0 a 3 anos de idade e pré-escola, designada a crianças de 4 a 6 anos. A lei ainda especifica nos artigos 29, 30 e 31 do capítulo II:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 2004, p.23).

As crianças tem uma capacidade enorme de internalizar conceitos sobre o mundo a sua volta, pois cada situação nova transforma-se numa descoberta, e tudo que antes não fazia sentido, passa a ter forma e cor. Elas precisam de estímulos e orientação para compreender os desafios pessoais que só elas poderão enfrentar.

Todos os dias, nós adultos, nos deparamos com situações cotidianas que parecem rotineiras, como ir ao banheiro sozinho, comprar algo no supermercado perto de casa, mas para as crianças todas estas situações são interessantes e precisam de atenção e sensibilidade para serem compreendidas assim como os problemas ambientais.



Necessário é trabalhar nessa etapa a EA como possibilidade, pois vemos que a criança é percebida na atualidade e evidenciada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) quando este alega que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio” (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.20). Sendo assim, durante o processo de construção do conhecimento, precisamos discutir a EA como tema já que “as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar”. Assim, o conhecimento constituído pelas crianças “é fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação” (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.21).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de ser uma temática atual ainda não está fortemente inserida na educação infantil, não é cobrada com rigor e nem obrigatoriedade. As professoras de educação infantil demonstram dificuldades para trabalhar com esse tema por falta de informação, material e até mesmo incentivo por parte das próprias instituições.

A educação ambiental é trabalhada no dia-a-dia, em rodas de conversa e situações oportunas para o tema. Muitas professoras relacionam o trabalho com educação ambiental com a natureza, como a fauna e a flora. Independentemente das diferentes concepções adotadas pelas professoras, os princípios da educação ambiental devem ser mantidos, para que ela auxilie favoravelmente na formação dos indivíduos.

É necessário ainda considerar as diferentes realidades sociais onde ocorrem as práticas de educação ambiental e entender os seus diferentes objetivos. A Educação Ambiental deve ser considerada um processo permanente de desenvolvimento dos próprios indivíduos e suas comunidades, no qual estes adquiram conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinações que os tornem aptos a agir.

Face à magnitude dessa tarefa a Educação Ambiental formal deve promover uma mudança de comportamentos contribuindo na transição para o desenvolvimento sustentável.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial, Imprensa nacional: Brasília, 1990.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente e Saúde – Vol. 9**. Ministério da Educação e do Desporto, Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB. Brasília, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues: **O que é educação**. 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CASCINO, Fabio. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores**. 02.ed.São Paulo: SENAC, 2000.

CHALITA, Gabriel. **Educação, a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. Ed. Olho D'água. São Paulo, 2001.

GALVÃO, Maria Neuma Clemente. **Educação Ambiental nos assentamentos rurais do MST**. João Pessoa: Editora Universitária. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 3ª Ed. Campinas, SP. Editora Papirus, 1995.

KENSKI, V.M. **O papel do Professor na Sociedade Digital**. In: CASTRO, A. D. de CARVALHO, A.M.P. de (Org.). Ensinar a Ensinar: Didática para a

Escola Fundamental e Média. São Paulo; Ed. Pioneira Thompson Learning, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Teoria e prática. 5ª Ed. Goiânia, GO. Editora Alternativa, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernado et al. (Orgs). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo. Cortez, 2002.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2001.

MINAYO, Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. 1.a Edição Brasília – DF, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001647.pdf>. Acesso em: 28/01/2016

ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES UNIDAS – ONU. Carta do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, 1992. apud DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1998.

PEDRINI, Alexandre de Gustavo. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis – RJ. Vozes, 1997.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 63P.

REIGOTA, Marcos. **A Floresta e a escola: por uma educação ambiental. Pós-moderna**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, C. **Educação física, educação ambiental e educação infantil no contexto escolar: uma sinergia possível**. 2007. 98 p. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 34ª ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 3.ed. Campinas: Papirus Editora, 1995.

# **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA PÚBLICA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O ENSINO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Silva, Adriana Ferreira da<sup>2</sup>

## **RESUMO**

A discute a importância da educação ambiental desde os primeiros anos de vida. Por isso, o objetivo geral buscou analisar na Educação Infantil conceitos e práticas que fundamentem a inserção de práticas de preservação do meio ambiente. E os específicos foram: Entender qual a importância que a temática Educação Ambiental ocupa no ensino e na vida escolar das crianças; Perceber como a formação docente pode contribuir com práticas direcionadas ao ensino e conservação da natureza; discutir alternativas de ensino que favoreçam a educação ambiental nas escolas para crianças. Autores como Galvão (2002), Pedrini (1997), Loureiro (2002) Reigota (1994/2001/2002) entre outros, foram selecionados e incluídos como principais referências ao estudo, pois os autores trazem importantes reflexões sobre a temática. A relevância desse trabalho está em suscitar a reflexão dessa temática e a mesma justifica-se por lançar um novo olhar sobre os diferentes aspectos que envolvem a educação infantil e o ambiente. A metodologia se compõe através da abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica. Considera-se, pois, os professores, agentes do saber, e que discuti essa temática na vida das crianças e na escola pode ser uma forma de contribuir para o progresso do contexto educacional local e Nacional, discutindo e trazendo a problemática à tona, está-se trabalhando para a melhoria da qualidade de vida do meio ambiente.

## **INTRODUÇÃO**

Desde o início dos tempos à sociedade modifica-se, transformando-se a si e o ambiente ao seu redor. O homem tem procurado compreender a sua missão em mundo de divergências e possibilidades.

A questão que envolve o meio ambiente se tornou nos dias atuais uma preocupação constante, pois a cada dia que passa as ações dos homens sobre a natureza se apresenta visivelmente como algo que precisa ser revisto e refletido por toda a sociedade, inclusive na base da educação sistematizada, que é a educação infantil.

Recentemente surgiram notificações sobre os resultados de uma pesquisa do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) em relação às práticas de Educação Ambiental desenvolvidas nas escolas de educação infantil. É imprescindível que a educação das crianças seja permeada por conceitos de conservação e preservação do ambiente,

---

<sup>2</sup> INFORMAÇÕES DO ALUNO

respeito e cuidados com a natureza e o espaço em que vivemos, e que nesse mesmo processo nos construímos.

O interesse sobre a temática surgiu através da experiência no estágio realizado na educação Infantil o que permitiu perceber que a maior parte das crianças não respondia a noções básicas sobre conservação e preservação do meio ambiente. A partir daí, passou-se a revisar bibliografias, realizando leituras sobre o tema, para entender o que os professores e as crianças pensam e sabem sobre conservação e preservação do meio ambiente. A principal questão que incitou a pesquisa foi: Que dificuldades são encontradas para iniciar o trabalho sobre conservação e preservação nas turmas de educação infantil?

A relevância do tema apresentado neste estudo se funda na perspectiva de que preservar e conservar o meio ambiente é também um ato de responsabilidade da nossa sociedade com a vida no planeta. Comumente presencia-se situações em que nem mesmo pessoas adultas conseguem compreender os riscos e a dimensão de suas ações sobre o mau uso dos recursos que nos são fornecidos pela natureza.

Vale ressaltar que a sociedade é formada por grupos e comunidades que vivem em alto poder de precipitação ambiental, pois muitos exploram de forma errada e irracional os recursos naturais e assim devastam o meio ambiente, isso acontece por que o ser humano através de sua ganância produz uma sequência de eventos que envolve não apenas a sua vida em risco, mas como a vida do planeta, o que é muito preocupante e inadmissível.

O capitalismo e o consumismo tornam o homem cada vez mais desumano, praticando os apelos da industrialização e da globalização que o objetivo é crescer, ter, obter e poder, sem se preocupar com os danos que podemos causar ao planeta, além de não ajudar na estrutura adequada para construir hábitos e uma vida saudável dentro de um convívio respeitável com a natureza, dessa forma, acreditamos que esses fatores contribuem para uma crise ambiental.

Segundo Loureiro (et al., 2002) a educação ambiental deve ser implantada na sociedade por ser entendida como sinônimo de cidadania, ela deve distinguir uma consciência onde todos os cidadãos possam agir no individual ou coletivo respeitando e cuidando da natureza como um todo. Sobretudo, a educação ambiental precisa ser cultivada no dia a dia, nas ruas, nas escolas, no trabalho e em casa. A educação pode exercer a tarefa de afiançar a todas as pessoas o direito de deleitar-se de um ambiente saudável.

Desse modo, objetivo geral buscou analisar na Educação Infantil conceitos e práticas que fundamentem a inserção de práticas de preservação do meio ambiente. E os específicos foram: Entender qual a importância que a temática Educação Ambiental ocupa no ensino e na vida escolar das crianças; Perceber como a formação docente pode contribuir com práticas

direcionadas ao ensino e conservação da natureza; discutir alternativas de ensino que favoreçam a educação ambiental nas escolas para crianças.

Quanto ao procedimento técnico adotamos o tipo de pesquisa bibliográfica, tendo em vista a natureza da presente investigação (GIL, 2008), buscando através dessa metodologia coletar os fatos, além das peculiaridades que envolvem a importância do ensino e práticas de conservação do meio ambiente na educação infantil, “[...] proporcionando maior familiaridade com o problema a partir de levantamentos bibliográficos” (op.cit., p.12), a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (op.cit., p.14), perquirindo nos principais teóricos clássicos que estudam a questão. O material coletado, organizado em categorias de análise e posteriormente analisado e interpretado através do Método Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979; TRIVIÑOS, 1987; GOMES, 1994).

Autores como Galvão (2002), Pedrini (1997), Loureiro (2002) Reigota (1994/2001/2002) foram selecionados e incluídos como principais referências ao estudo, pois os mesmos trazem importantes reflexões sobre a temática.

Entende-se, pois, que a educação infantil não se direciona apenas a pintar e brincar, ela é uma etapa importante e por isso deve permitir que a criança possa construir seus conhecimentos de forma consciente e crítica. Em relação ao meio ambiente, é necessário, discutir como preservar e conservar, um exemplo é fazer com que se conscientizem sobre o consumo de água abusivo, que necessariamente fará todo o planeta sofrer com a falta dela. É nessa etapa que o professor precisa trabalhar intencionalmente o hábito de preservar e conservar a árvore da escola, do quintal de casa e também a do quintal do vizinho. Pois quando os seres humanos pensarem em si e no outro poderão assumir uma postura correta frente aos problemas de conservação e preservação do meio ambiente.

Vale destacar que apesar de haver muitos escritos e materiais sobre a EA na internet e em livros pouco conseguimos encontrar sobre a educação infantil, e este fator dificultou um pouco a caminhada investigativa, já que a educação infantil é a modalidade que foca-se para escrever este trabalho. Talvez ainda não se tenham pensado nas crianças como a futura geração, como sucessores que reproduzirão os conhecimentos adquiridos hoje. Nesse sentido, o estudo traz boas contribuições para essa área.

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INFANTIL**

A natureza sempre ofereceu ao homem o alimento e a matéria prima, o que o homem esqueceu foi de devolver para ela, numa ação de troca, os cuidados necessários para que a mesma pudesse seguir naturalmente produzindo vida. É nesta perspectiva que este primeiro capítulo se pauta, visando apresentar a EA e compreender a importância do meio ambiente e o papel da educação frente os desafios atuais. Reigota (2004) avigora que o meio ambiente é “lugar determinado ou percebido, onde os elementos

naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído” (*op.cit* p. 14).

Para Reigota (2004) a educação ambiental não é apenas uma forma de transmitir conhecimentos sobre ecologia e natureza dentro de uma proposta pedagógica pensada na conscientização, mas “(...) Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais (...), mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental” (REIGOTA, 1994, p. 10). Para o autor a prática que cada pessoa constrói sobre o meio ambiente depende basicamente da concepção que ela tem sobre a natureza, o que permite que ela a relacione aos interesses políticos e sociais.

O meio ambiente em suma pode ser percebido como um elemento simples e natural, “(...) um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica, processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade” (REIGOTA, 1994, p. 21).

Sabemos que os problemas que envolvem educação ambiental estão cada vez mais sendo discutidos, mas nem sempre foi assim, tardiamente as pessoas passaram a se preocupar com o meio ambiente, a se perguntar o significado do mesmo e a função de cada sujeito na conservação e preservação da natureza. Nesse sentido Reigota (2001, p. 12), salienta que “os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão às soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs”.

Sabemos que a sociedade passou por diversas transformações, sendo essas responsáveis por mudanças no ambiente. As decisões tomadas por órgãos responsáveis pela preservação e conservação da natureza nem sempre foram as mais precisas, porém, algumas delas ainda não impedem o desmatamento desenfreado por parte de pessoas, indústrias e do sistema capitalista.

Em 1940 surgiram diversas discussões que trouxeram à tona várias questões sobre proteger a natureza. Tais questões foram idealizadas por cientistas ligados as Nações Unidas. Porém, a expressão educação ambiental só foi utilizada em 1965 na Conferência de Educação da Universidade de Keele (Grã Bretanha).

Contudo, no Brasil a história da EA se relaciona diretamente com os movimentos sociais, dentro de uma perspectiva ambientalista, que produz a mudança de práticas ultrapassadas propiciando o crescimento humano, além de vislumbrarem melhor qualidade de vida. Em meados da década de 50, segundo Galvão (2007, p. 41) “emergiu um ambientalismo científico via UIPN, organização criada por cientistas ligados às Nações Unidas”.

Na década de 60, o ambientalismo amplia-se com as organizações não governamentais, tendo como marco a fundação, em 1961, da WWF – Fundo Mundial para a vida selvagem. Nos anos 70 e 80, os atores políticos e estatais inserem-se também ao movimento ambientalista, dando início ao período das Conferências intergovernamentais, nacionais e estaduais (GALVÃO 2007, p. 41 apud FERRAZ, 2004, p. 91).

Parques e reservas naturais resumiam o conservadorismo no país, documentos específicos como o código florestal criado neste período não tinham o interesse de preservar o meio ambiente. A conferência sobre o meio ambiente em 1972 na Suécia ajudou a modificar a forma de pensar o meio ambiente, “apresentando detalhados estudos, chamando a atenção para a relação entre o aumento da pobreza no Terceiro Mundo e a degradação ambiental” (GALVÃO, 2007, p. 41). Desse modo, o documento mostrava que não haveria soluções para a sistematização do assunto ambiental em virtude de combater a pobreza de forma eficaz.

A Educação Ambiental passa a ser conhecida como a sigla EA a partir da Conferência de Estocolmo que tinha como base o pensamento de “ensinar o cidadão para a resolução de problemas ambientais” (GALVÃO, 2007, p.43). Vale ressaltar que a Educação ambiental era ensinada eventualmente ou nas disciplinas de Biologia e Geografia. “O Plano de Ação da Conferência de Estocolmo recomendou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos institucionais para a EA” (PEDRINI, 1997, p. 26).

Entendemos que a educação é um dos meios principais para se transmitir informações importantes para a sociedade e quando se trata da EA, podemos dizer que é uma extensão emergente do conhecimento humano, por isso “[...] cada ser cidadão deveria buscar a transformação da realidade perversa a que possa estar submetido, tanto o ambiente natural (sem o homem) como o meio social humano (sem a natureza humana), pois este não sobrevive sem aquele” (PEDRINI, 1997, p.16).

A sociedade deve atentar para o que for melhor e viável numa concepção de bem comum, assim as futuras gerações poderão usufruir de conhecimentos e fazer parte da construção dele. O trabalho crítico precisa acontecer, pois, “[...] a degradação do meio ambiente em grandes extensões de nosso planeta vem afetando massas populacionais de todos os setores da sociedade e é de abrangência internacional” (PEDRINI, 1997, p. 23 apud ALMEIDA, 1990). Evidentemente, os problemas considerados de natureza ambiental não serão tratados cientificamente, mas por órgãos responsáveis, governo e povos do terceiro mundo, já que somam a maior população do planeta.

Em 1975 na Conferência de Belgrado, foi gerado o primeiro documento denominado como a “Carta de Belgrado”, onde ficaram definidos os objetivos da EA. Esta Conferência “[...] preconizava uma nova ética



planetária para promover a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humana” (PEDRINI, 1997, p. 26). Admoestava o grande desenvolvimento de uma sociedade sobre a outra, ou seja, as custas de outra, foi assim que surgiu um Programa Mundial de Educação Ambiental.

Pouco tempo depois, em 1977 houve a Conferência de Tbilisi na Geórgia que se instaurou como um marco por ter estabelecido orientações aos países do mundo inteiro referente às políticas públicas do meio ambiente e da EA. Constatou-se, pois, que na resolução Nº. 1 da conferência de Tbilisi que:

Cabe a EA dar conhecimentos necessários para interpretar os fenômenos complexos que configuram o meio ambiente, fomentar os valores éticos, econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, que favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria deste ambiente, assim como a ampla gama de habilidades práticas à concepção e aplicação de soluções eficazes aos problemas ambientais (GALVÃO, 2007, p.44).

A partir daí, campanhas, informativos, formação de professores, incentivo a pesquisas, além de trocas de experiência entre interessados no tema EA foram realizados. Porém, alguns dos objetivos traçados nesse percurso se configuram dentro de um aspecto bitolado já que estão condicionados a resolver os problemas ambientais, deixando de lado a principal característica que seria pensar a EA como uma ferramenta para ter uma sociedade sustentável que compreenda os princípios e a relação natureza/sociedade. Assim, a Professora Galvão (2007, p. 45 apud FERRAZ 2004) lista dez princípios e cinco objetivos da Resolução N.º 2 que trata da EA:

11. Considerar o ambiente em sua totalidade;
12. Construir um processo permanentemente e contínuo;
13. Aplicar um enfoque interdisciplinar (unir conhecimentos específicos com a perspectiva global e integrada à realidade);
14. Examinar as questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional;
15. Concentrar-se nas questões ambientais atuais e nas futuras dentro de uma perspectiva histórica (contextualizada);
16. Insistir no valor e na necessidade de cooperação local, nacional e internacional para prevenir problemas ambientais;
17. Promover a participação de alunos na organização de suas experiências de aprendizagem (autonomia e responsabilidade), buscando desenvolver valores, conhecimentos, habilidades e atitudes na compreensão;
18. Promover a participação de alunos na organização de suas experiências de aprendizagem (autonomia e responsabilidade),

buscando desenvolver valores, conhecimentos, habilidades e atitudes na compreensão dos sintomas, causas reais e soluções para os problemas ambientais;

19. Destacar a complexidade dos problemas dos problemas ambientais e a necessidade de desenvolver senso crítico e habilidades para desenvolvê-los;
20. Utilizar diversos ambientes educativos e uma gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente (atividades práticas e experiências pessoais).

Objetivos da EA, de acordo com Galvão (2007, p. 46 apud Ferraz 2004):

6. Adquirir a consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizar-se por essas questões;
7. Adquirir uma diversidade de experiência e conhecimento sobre o meio ambiente e os problemas ambientais anexos;
8. Comprometer-se com valores de comportamento, fundamentados no interesse, preocupação e participação na melhoria e na proteção do meio ambiente;
9. Adquirir habilidades necessárias para determinar e solucionar os problemas ambientais;
10. Proporcionar sua participação ativa na resolução dos problemas ambientais.

Assim, “[...] foram formados 41 recomendações que primam pela união internacional dos esforços para o bem comum, tendo a EA como fator primordial para que a riqueza e o desenvolvimento dos países sejam atingidos mais igualmente” (PEDRINI, 1997, p. 28). E tratando-se de todos os povos, os convida a:

- e) Incluir em suas políticas de educação conteúdos, diretrizes e atividades ambientais contextualizadas em seus países;
- f) Intensificar trabalhos de reflexão, pesquisa e inovação em EA por parte das autoridades em educação;
- g) Estimular os governos a promover intercâmbios de experiências, pesquisas, documentação, materiais e formação de pessoal docente qualificados entre os países;
- h) Fortalecer os laços de solidariedade internacionais em uma esfera de atividade que simbolize uma adequada solidariedade entre os povos com o fim de promover a união internacional e a causa da paz (PEDRINI, 1997, p. 28).

Apesar das boas intenções a Conferência de Tbilisi não contemplou as demandas pedagógicas que lhe cabia, e isso só foi possível na Conferência de Moscou, que educadores que não eram do governo puderam participar sem restrições. A Conferência de Moscou teve uma função importante, pois sua meta era apontar um plano de ação para os anos 90. E resumindo, são nas intenções da conferência citada:

- n) Desenvolvimento de um modelo curricular;

- o) Intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do currículo;
- p) Desenvolvimento de novos recursos instrucionais;
- q) Promoção de avaliações de currículos;
- r) Capacitar docentes e licenciados em EA;
- s) Capacitar alunos de recursos de recursos profissionalizante, priorizando o de turismo pela sua característica internacional;
- t) Melhorar a qualidade das mensagens ambientais veiculadas pela mídia ao grande público;
- u) Criar um banco de programas audiovisuais;
- v) Desenvolver museus interativos;
- w) Capacitar especialistas ambientais através de pesquisa;
- x) Utilizar unidades de conservação ambiental na capacitação regional de especialistas;
- y) Promover consultoria interinstitucional em âmbito internacional;
- z) Informar sobre legislação ambiental; dentre outras medidas não menos importantes (PEDRINI, 1997, p. 29-30).

No Brasil, as questões ambientais e as discussões aconteciam e se moldavam paulatinamente. Tivemos avanços e retrocessos, enquanto uma pequena parte lutava para conservar os bens naturais, outra grande parte atentava apenas para os bens materiais que poderiam conseguir retirando matéria da natureza.

Somente na década de 1980 surgiram pensamentos sobre abordagens curriculares que favorecessem a conscientização para conservar e preservar o meio ambiente.

Isto pode significar, ou não, uma orquestração afinada das práticas curriculares. Muitos educadores, preocupados com problemática ambientalista, concordam que educação ambiental é a realização de atividades voltadas à formação de uma consciência ambientalista estrita, conservacionista e/ou preservacionista (CASCINO, 2003, p. 53).

Desse modo, professores e instituições responsáveis pela educação precisam em comum acordo orientar e refletir sobre a forma de como irão ensinar e instruir as crianças, jovens e adultos sobre ações de conservação e preservação do ambiente. Os problemas enfrentados em todas as esferas públicas e privadas precisam ser discutidas pela população brasileira, dentro e fora da escola.

Revisitar o passado para compreender o presente ainda é uma das principais estratégias para entendermos como agentes e instituições se movem sob o mesmo interesse de preservar à vida.

Na legislação temos a lei n. 9795, de 1999, que conceitua Educação Ambiental da seguinte forma:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para

a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A lei orienta que os indivíduos deva conscientemente construir valores coletivamente que permitam a convivência na sociedade, porém, essas parcerias só podem ser vislumbradas através de conhecimentos voltados a conservação e preservação do meio ambiente, ou seja, do espaço habitado por tudo, pessoas, animais, natureza.

A educação ambiental deve ser inserida e desenvolvida por cidadãos conscientes dos seus deveres para com a sociedade, por sujeitos que em processo de construção possam propiciar condições de mudanças.

### **EDUCAÇÃO INFANTIL**

A educação ambiental na educação infantil deve ser considerada uma possibilidade de mudança de postura e de conceito sobre o que conhecemos e o que realmente é o meio ambiente, já que muitas vezes as crianças não são educadas pelos pais sobre a relevância da ação de preservar e conservar. Inculcar nas crianças desde cedo a importância de se preservar e conservar a natureza pode ser uma forma de combater a falta de cuidado com os bens naturais que nos são fornecidos tão generosamente pela natureza.

Desse modo Loureiro (et al, 2002, p. 69) salienta que “a educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúdica e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente”.

A educação ambiental funciona como uma forma de conscientizar e esclarecer a sociedade sobre a importância de pensar criticamente sobre o que estamos fazendo com o ambiente em que vivemos, e mais, nos faz refletir sobre nossa função social e as ações do ser humano sobre a natureza. Assim, consideramos que “[...] a educação é essencialmente política, pois político é o espaço de atuação humana em que nós formamos e moldamos as características objetivas que nos cercam” (LOUREIRO et al, 2002, p.70 apud DEMO, 1988).

Do mesmo modo que o espaço em que nós formamos é político, todas as relações que tecemos no ambiente social se materializam principalmente sob os interesses dos grupos socialmente estabelecidos, que agem na sociedade com intenções carregadas de implicações sistêmicas. Pensando assim, Loureiro (et al 2002, p. 71) elencou duas razões para que pudéssemos elucubrar a dimensão política da educação, segundo ele:

- c) O conhecimento transmitido e assimilado e os aspectos técnicos desenvolvidos fazem parte de um contexto social e político definido. O que se produz em uma sociedade é resultado de suas próprias exigências e contradições. Assim, o domínio do conhecimento técnico-científico confere ao indivíduo maior consciência de si mesmo e capacidade e intervir de modo

qualificado no ambiente. O saber técnico é parte do controle social e político da sociedade.

- d) As relações sociais que se estabelecem na escola, na família, no trabalho ou na comunidade possibilitam que o indivíduo tenha uma percepção crítica de si e da sociedade, podendo, assim, entender sua posição e inserção social e construir a base de respeitabilidade para com o próximo. As relações estabelecidas em cada campo educativo, formal ou não, constituem espaços pedagógicos de exercício da cidadania. Tal compreensão política da educação só é legítima na modernidade, a partir do momento em que pressupõe que a história das sociedades humanas não é previamente determinada, mas resultante de processos dinâmicos estabelecidos, construídos e transformados por sujeitos históricos: os cidadãos, seja em suas ações individuais ou coletivas.

Por tanto, a educação torna-se parte inerente do movimento social que discute a relação que se estabelece entre natureza e sociedade. Ela é a base da construção do pensamento crítico, ou pelo menos, deveria ser, pois assim poderia propiciar uma consciência de cidadania ecológica e planetária.

Quando pensamos em um mundo em que as pessoas, como cidadãos que são, pudessem pensar e agir democraticamente lembramos que, os direitos conquistados de um cidadão não garante que os sujeitos sejam assistidos dentro de uma dimensão plena do que se entende por igualdade. Nessa conjuntura, entendemos que a cidadania “[...] não possui origem divina ou natural, nem é fornecida por governantes, mas se constitui ao dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade, em cada fase histórica” (LOUREIRO et al 2002, p. 75).

Por vivermos em um planeta fisicamente limitado, o conceito e as práticas cidadãos na atualidade incorporam diversas dimensões incorporadas de significados decorrentes das limitações estruturais. Aqui está a importância dos movimentos sociais que discutem a questão ambiental e a educação na perspectiva crítica. Entretanto,

[...] ver a sociedade como um todo dinâmico traz para o âmbito do movimento ambientalista, em que sua perspectiva crítica, a necessidade de construção de estratégias dialeticamente locais e globais, comunitárias e governamentais, instrumentais e educativas, que cumpram a mediação entre as esferas econômica e político-cultural e apontem para um ambientalismo comprometido com as lutas sociais e populares (LOUREIRO et al 2002, p.80).

Para que consigamos conquistas e melhoramentos para o ambiente precisamos nos pautar em uma práxis educativa que se construa através do diálogo e do conflito, agindo e raciocinando criticamente dentro do processo democrático e social.

Consideramos, pois, que a educação ambiental deve ser discutida na educação infantil, uma vez que seu papel na escola é formar cidadãos que

possam formular pensamentos críticos, pois é na idade pré-escolar que a criança está formando os seus valores e conceitos. Então, vemos o que diz o autor:

a criança na idade pré-escolar encontra-se em formação inicial de seus conceitos e valores [...], identificando-se e envolvendo-se com sua realidade. Nesse sentido, torna-se essencial que a educação ambiental crítica, dialógica, já faça parte da sua realidade, para que a criança possa criar e se expressar nessas relações, ampliando sua rede de relações e sua visão de mundo [...]. (RODRIGUES, 2007).

A educação infantil é um dos principais meios para chegarmos a um comportamento aceitável de preservação e conservação do meio ambiente e da vida. Certo que é um investimento a longo prazo, e quanto mais demora a investir nesta modalidade de ensino, e não apenas nessa, mas em todas, perdemos em qualidade de vida.

Para Brandão (1998) a educação é feita para quebrar paradigmas e a pessoa que não tem acesso a ela não consegue alcançar criticidade. A educação não deve ficar presa dentro de uma sala de aula, ela deve percorrer outros espaços, pois ao mesmo tempo que muda a vida do homem, ela também transforma. Segundo o autor, a escola precisa ser um espaço democrático, cheio de conhecimentos que enriqueça o processo de aprendizagem de cada pessoa que por ela transite.

Outro autor que traz grandes reflexões sobre educação é Saviani (2001), pois o mesmo considera que a educação é um instrumento que dissemina cultura em todos os espaços que a apreende. O estudioso também ressalta a função do professor como uma das mais importantes, já que esse profissional tem nas mãos a capacidade de estimular os alunos para o melhor caminho a ser seguido.

Desde muito pequenas, as crianças são cada vez mais expostas a diversas formas de aprendizagens, elas brincam, se relacionam com outras crianças, aprendem características da cultura dos seus pais e de outros colegas. Os costumes, as crenças, os hábitos e as características de cada comunidade vão se tornando cada vez mais compreensíveis à medida que se relacionam com culturas diferentes, com comportamentos distintos.

A história mostra que a educação infantil assim como outras modalidades de ensino sofreram fragmentações. Conforme Souza (2007, p. 15-16)

A educação institucionalizada de crianças pequenas surgiu no Brasil no final do século XIX. [...] O setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites - os jardins-de-infância de orientação fröebeliana-, já tinha seus principais expoentes no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro, desde 1875, e na Escola Americana anterior a isso.

[...] No setor público, o jardim-de-infância da Escola Normal Caetano de Campos, que atendia à elite paulistana, foi inaugurado apenas em 1896, mais de vinte anos depois das fundações da iniciativa privada. O jardim-de infância da Escola Caetano de

Campos, cujo trabalho pedagógico se baseava em Fröebel, tinha como princípios educativos os conteúdos cognitivo e moral. Nas duas primeiras décadas do século XX, foram implantadas em várias regiões do Brasil, as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas.

Com todas essas questões ainda não era o bastante para se contemplar uma educação infantil de qualidade. No entanto, os tempos passaram e a história ganhou novos rumos. A criança deixou de ser vista como um adulto em miniatura e ganhou espaço social como agente multiplicador do saber e por isso, os adultos passaram a valorizar a instrução infantil.

Nos dias atuais a educação infantil que se configura entre 0 e 6 anos é reconhecida como etapa inicial da educação básica, não sendo apenas uma obrigação, mas um direito da criança. É relevante, destacar que é imprescindível a formação da criança nessa idade escolar e que a família e a escola devem estar unidas colaborando para a aprendizagem da criança. No Brasil o atendimento a crianças nessa faixa etária foi conhecido como Educação Infantil a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no. 9394 de dezembro de 1996. Essa lei determina que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, assim, integrando o sistema de ensino brasileiro. A educação infantil passa a ser composta de: creche, designada a crianças de 0 a 3 anos de idade e pré-escola, designada a crianças de 4 a 6 anos. A lei ainda especifica nos artigos 29, 30 e 31 do capítulo II:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 2004, p.23).

As crianças tem uma capacidade enorme de internalizar conceitos sobre o mundo a sua volta, pois cada situação nova transforma-se numa descoberta, e tudo que antes não fazia sentido, passa a ter forma e cor. Elas precisam de estímulos e orientação para compreender os desafios pessoais que só elas poderão enfrentar.

Todos os dias, nós adultos, nos deparamos com situações cotidianas que parecem rotineiras, como ir ao banheiro sozinho, comprar algo no supermercado perto de casa, mas para as crianças todas estas situações são interessantes e precisam de atenção e sensibilidade para serem compreendidas assim como os problemas ambientais.

Necessário é trabalhar nessa etapa a EA como possibilidade, pois vemos que a criança é percebida na atualidade e evidenciada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) quando este alega que "as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio" (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.20). Sendo assim, durante o processo de construção do conhecimento, precisamos discutir a EA como tema já que "as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar". Assim, o conhecimento constituído pelas crianças "é fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação" (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.21).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de ser uma temática atual ainda não está fortemente inserida na educação infantil, não é cobrada com rigor e nem obrigatoriedade. As professoras de educação infantil demonstram dificuldades para trabalhar com esse tema por falta de informação, material e até mesmo incentivo por parte das próprias instituições.

A educação ambiental é trabalhada no dia-a-dia, em rodas de conversa e situações oportunas para o tema. Muitas professoras relacionam o trabalho com educação ambiental com à natureza, como a fauna e a flora. Independentemente das diferentes concepções adotadas pelas professoras, os princípios da educação ambiental devem ser mantidos, para que ela auxilie favoravelmente na formação dos indivíduos.

É necessário ainda considerar as diferentes realidades sociais onde ocorrem as práticas de educação ambiental e entender os seus diferentes objetivos. A Educação Ambiental deve ser considerada um processo permanente de desenvolvimento dos próprios indivíduos e suas comunidades, no qual estes adquiram conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinações que os tornem aptos a agir.

Face à magnitude dessa tarefa a Educação Ambiental formal deve promover uma mudança de comportamentos contribuindo na transição para o desenvolvimento sustentável.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial, Imprensa nacional: Brasília, 1990.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente e Saúde – Vol. 9**. Ministério da Educação e do Desporto, Brasília: MEC/SEF, 1997.



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB. Brasília, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues: **O que é educação**. 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CASCINO, Fabio. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores**. 02.ed.São Paulo: SENAC, 2000.

CHALITA, Gabriel. **Educação, a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. Ed. Olho D'água. São Paulo, 2001.

GALVÃO, Maria Neuma Clemente. **Educação Ambiental nos assentamentos rurais do MST**. João Pessoa: Editora Universitária. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 3ª Ed. Campinas, SP. Editora Papirus, 1995.

KENSKI, V.M. **O papel do Professor na Sociedade Digital**. In: CASTRO, A. D. de CARVALHO, A.M.P. de (Org.). Ensinar a Ensinar: Didática para a

Escola Fundamental e Média. São Paulo; Ed. Pioneira Thompson Learning, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Teoria e prática. 5ª Ed. Goiânia, GO. Editora Alternativa, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernado et al. (Orgs). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo. Cortez, 2002.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2001.

MINAYO, Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. 1.a Edição Brasília – DF, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001647.pdf>. Acesso em: 28/01/2016

ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES UNIDAS – ONU. Carta do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, 1992. apud DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1998.

PEDRINI, Alexandre de Gustavo. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis – RJ. Vozes, 1997.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 63P.

REIGOTA, Marcos. **A Floresta e a escola: por uma educação ambiental. Pós-moderna**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, C. **Educação física, educação ambiental e educação infantil no contexto escolar: uma sinergia possível**. 2007. 98 p. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 34ª ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 3.ed. Campinas: Papirus Editora, 1995.

# **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA PÚBLICA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O ENSINO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Silva, Adriana Ferreira da<sup>3</sup>

## **RESUMO**

A discute a importância da educação ambiental desde os primeiros anos de vida. Por isso, o objetivo geral buscou analisar na Educação Infantil conceitos e práticas que fundamentem a inserção de práticas de preservação do meio ambiente. E os específicos foram: Entender qual a importância que a temática Educação Ambiental ocupa no ensino e na vida escolar das crianças; Perceber como a formação docente pode contribuir com práticas direcionadas ao ensino e conservação da natureza; discutir alternativas de ensino que favoreçam a educação ambiental nas escolas para crianças. Autores como Galvão (2002), Pedrini (1997), Loureiro (2002) Reigota (1994/2001/2002) entre outros, foram selecionados e incluídos como principais referências ao estudo, pois os autores trazem importantes reflexões sobre a temática. A relevância desse trabalho está em suscitar a reflexão dessa temática e a mesma justifica-se por lançar um novo olhar sobre os diferentes aspectos que envolvem a educação infantil e o ambiente. A metodologia se compõe através da abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica. Considera-se, pois, os professores, agentes do saber, e que discuti essa temática na vida das crianças e na escola pode ser uma forma de contribuir para o progresso do contexto educacional local e Nacional, discutindo e trazendo a problemática à tona, está-se trabalhando para a melhoria da qualidade de vida do meio ambiente.

## **INTRODUÇÃO**

Desde o início dos tempos à sociedade modifica-se, transformando-se a si e o ambiente ao seu redor. O homem tem procurado compreender a sua missão em mundo de divergências e possibilidades.

A questão que envolve o meio ambiente se tornou nos dias atuais uma preocupação constante, pois a cada dia que passa as ações dos homens sobre a natureza se apresenta visivelmente como algo que precisa ser revisto e refletido por toda a sociedade, inclusive na base da educação sistematizada, que é a educação infantil.

Recentemente surgiram notificações sobre os resultados de uma pesquisa do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) em relação às práticas de Educação Ambiental desenvolvidas nas escolas de educação infantil. É imprescindível que a educação das crianças seja permeada por conceitos de conservação e preservação do ambiente,

---

<sup>3</sup> INFORMAÇÕES DO ALUNO

respeito e cuidados com a natureza e o espaço em que vivemos, e que nesse mesmo processo nos construímos.

O interesse sobre a temática surgiu através da experiência no estágio realizado na educação Infantil o que permitiu perceber que a maior parte das crianças não respondia a noções básicas sobre conservação e preservação do meio ambiente. A partir daí, passou-se a revisar bibliografias, realizando leituras sobre o tema, para entender o que os professores e as crianças pensam e sabem sobre conservação e preservação do meio ambiente. A principal questão que incitou a pesquisa foi: Que dificuldades são encontradas para iniciar o trabalho sobre conservação e preservação nas turmas de educação infantil?

A relevância do tema apresentado neste estudo se funda na perspectiva de que preservar e conservar o meio ambiente é também um ato de responsabilidade da nossa sociedade com a vida no planeta. Comumente presencia-se situações em que nem mesmo pessoas adultas conseguem compreender os riscos e a dimensão de suas ações sobre o mau uso dos recursos que nos são fornecidos pela natureza.

Vale ressaltar que a sociedade é formada por grupos e comunidades que vivem em alto poder de precipitação ambiental, pois muitos exploram de forma errada e irracional os recursos naturais e assim devastam o meio ambiente, isso acontece por que o ser humano através de sua ganância produz uma sequência de eventos que envolve não apenas a sua vida em risco, mas como a vida do planeta, o que é muito preocupante e inadmissível.

O capitalismo e o consumismo tornam o homem cada vez mais desumano, praticando os apelos da industrialização e da globalização que o objetivo é crescer, ter, obter e poder, sem se preocupar com os danos que podemos causar ao planeta, além de não ajudar na estrutura adequada para construir hábitos e uma vida saudável dentro de um convívio respeitável com a natureza, dessa forma, acreditamos que esses fatores contribuem para uma crise ambiental.

Segundo Loureiro (et al., 2002) a educação ambiental deve ser implantada na sociedade por ser entendida como sinônimo de cidadania, ela deve distinguir uma consciência onde todos os cidadãos possam agir no individual ou coletivo respeitando e cuidando da natureza como um todo. Sobretudo, a educação ambiental precisa ser cultivada no dia a dia, nas ruas, nas escolas, no trabalho e em casa. A educação pode exercer a tarefa de afiançar a todas as pessoas o direito de deleitar-se de um ambiente saudável.

Desse modo, objetivo geral buscou analisar na Educação Infantil conceitos e práticas que fundamentem a inserção de práticas de preservação do meio ambiente. E os específicos foram: Entender qual a importância que a temática Educação Ambiental ocupa no ensino e na vida escolar das crianças; Perceber como a formação docente pode contribuir com práticas

direcionadas ao ensino e conservação da natureza; discutir alternativas de ensino que favoreçam a educação ambiental nas escolas para crianças.

Quanto ao procedimento técnico adotamos o tipo de pesquisa bibliográfica, tendo em vista a natureza da presente investigação (GIL, 2008), buscando através dessa metodologia coletar os fatos, além das peculiaridades que envolvem a importância do ensino e práticas de conservação do meio ambiente na educação infantil, “[...] proporcionando maior familiaridade com o problema a partir de levantamentos bibliográficos” (op.cit., p.12), a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (op.cit., p.14), perquirindo nos principais teóricos clássicos que estudam a questão. O material coletado, organizado em categorias de análise e posteriormente analisado e interpretado através do Método Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979; TRIVIÑOS, 1987; GOMES, 1994).

Autores como Galvão (2002), Pedrini (1997), Loureiro (2002) Reigota (1994/2001/2002) foram selecionados e incluídos como principais referências ao estudo, pois os mesmos trazem importantes reflexões sobre a temática.

Entende-se, pois, que a educação infantil não se direciona apenas a pintar e brincar, ela é uma etapa importante e por isso deve permitir que a criança possa construir seus conhecimentos de forma consciente e crítica. Em relação ao meio ambiente, é necessário, discutir como preservar e conservar, um exemplo é fazer com que se conscientizem sobre o consumo de água abusivo, que necessariamente fará todo o planeta sofrer com a falta dela. É nessa etapa que o professor precisa trabalhar intencionalmente o hábito de preservar e conservar a árvore da escola, do quintal de casa e também a do quintal do vizinho. Pois quando os seres humanos pensarem em si e no outro poderão assumir uma postura correta frente aos problemas de conservação e preservação do meio ambiente.

Vale destacar que apesar de haver muitos escritos e materiais sobre a EA na internet e em livros pouco conseguimos encontrar sobre a educação infantil, e este fator dificultou um pouco a caminhada investigativa, já que a educação infantil é a modalidade que foca-se para escrever este trabalho. Talvez ainda não se tenham pensado nas crianças como a futura geração, como sucessores que reproduzirão os conhecimentos adquiridos hoje. Nesse sentido, o estudo traz boas contribuições para essa área.

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INFANTIL**

A natureza sempre ofereceu ao homem o alimento e a matéria prima, o que o homem esqueceu foi de devolver para ela, numa ação de troca, os cuidados necessários para que a mesma pudesse seguir naturalmente produzindo vida. É nesta perspectiva que este primeiro capítulo se pauta, visando apresentar a EA e compreender a importância do meio ambiente e o papel da educação frente os desafios atuais. Reigota (2004) avigora que o meio ambiente é “lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas

relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído” (*op.cit* p. 14).

Para Reigota (2004) a educação ambiental não é apenas uma forma de transmitir conhecimentos sobre ecologia e natureza dentro de uma proposta pedagógica pensada na conscientização, mas “(...) Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais (...), mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental” (REIGOTA, 1994, p. 10). Para o autor a prática que cada pessoa constrói sobre o meio ambiente depende basicamente da concepção que ela tem sobre a natureza, o que permite que ela a relacione aos interesses políticos e sociais.

O meio ambiente em suma pode ser percebido como um elemento simples e natural, “(...) um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica, processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade” (REIGOTA, 1994, p. 21).

Sabemos que os problemas que envolvem educação ambiental estão cada vez mais sendo discutidos, mas nem sempre foi assim, tardiamente as pessoas passaram a se preocupar com o meio ambiente, a se perguntar o significado do mesmo e a função de cada sujeito na conservação e preservação da natureza. Nesse sentido Reigota (2001, p. 12), salienta que “os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão às soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs”.

Sabemos que a sociedade passou por diversas transformações, sendo essas responsáveis por mudanças no ambiente. As decisões tomadas por órgãos responsáveis pela preservação e conservação da natureza nem sempre foram as mais precisas, porém, algumas delas ainda não impedem o desmatamento desenfreado por parte de pessoas, indústrias e do sistema capitalista.

Em 1940 surgiram diversas discussões que trouxeram à tona várias questões sobre proteger a natureza. Tais questões foram idealizadas por cientistas ligados as Nações Unidas. Porém, a expressão educação ambiental só foi utilizada em 1965 na Conferência de Educação da Universidade de Keele (Grã Bretanha).

Contudo, no Brasil a história da EA se relaciona diretamente com os movimentos sociais, dentro de uma perspectiva ambientalista, que produz a mudança de práticas ultrapassadas propiciando o crescimento humano, além de vislumbrarem melhor qualidade de vida. Em meados da década de 50, segundo Galvão (2007, p. 41) “emergiu um ambientalismo científico via UIPN, organização criada por cientistas ligados às Nações Unidas”.

Na década de 60, o ambientalismo amplia-se com as organizações não governamentais, tendo como marco a fundação, em 1961, da

WWF – Fundo Mundial para a vida selvagem. Nos anos 70 e 80, os atores políticos e estatais inserem-se também ao movimento ambientalista, dando início ao período das Conferências intergovernamentais, nacionais e estaduais (GALVÃO 2007, p. 41 apud FERRAZ, 2004, p. 91).

Parques e reservas naturais resumiam o conservadorismo no país, documentos específicos como o código florestal criado neste período não tinham o interesse de preservar o meio ambiente. A conferência sobre o meio ambiente em 1972 na Suécia ajudou a modificar a forma de pensar o meio ambiente, “apresentando detalhados estudos, chamando a atenção para a relação entre o aumento da pobreza no Terceiro Mundo e a degradação ambiental” (GALVÃO, 2007, p. 41). Desse modo, o documento mostrava que não haveria soluções para a sistematização do assunto ambiental em virtude de combater a pobreza de forma eficaz.

A Educação Ambiental passa a ser conhecida como a sigla EA a partir da Conferência de Estocolmo que tinha como base o pensamento de “ensinar o cidadão para a resolução de problemas ambientais” (GALVÃO, 2007, p.43). Vale ressaltar que a Educação ambiental era ensinada eventualmente ou nas disciplinas de Biologia e Geografia. “O Plano de Ação da Conferência de Estocolmo recomendou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos institucionais para a EA” (PEDRINI, 1997, p. 26).

Entendemos que a educação é um dos meios principais para se transmitir informações importantes para a sociedade e quando se trata da EA, podemos dizer que é uma extensão emergente do conhecimento humano, por isso “[...] cada ser cidadão deveria buscar a transformação da realidade perversa a que possa estar submetido, tanto o ambiente natural (sem o homem) como o meio social humano (sem a natureza humana), pois este não sobrevive sem aquele” (PEDRINI, 1997, p.16).

A sociedade deve atentar para o que for melhor e viável numa concepção de bem comum, assim as futuras gerações poderão usufruir de conhecimentos e fazer parte da construção dele. O trabalho crítico precisa acontecer, pois, “[...] a degradação do meio ambiente em grandes extensões de nosso planeta vem afetando massas populacionais de todos os setores da sociedade e é de abrangência internacional” (PEDRINI, 1997, p. 23 apud ALMEIDA, 1990). Evidentemente, os problemas considerados de natureza ambiental não serão tratados cientificamente, mas por órgãos responsáveis, governo e povos do terceiro mundo, já que somam a maior população do planeta.

Em 1975 na Conferência de Belgrado, foi gerado o primeiro documento denominado como a “Carta de Belgrado”, onde ficaram definidos os objetivos da EA. Esta Conferência “[...] preconizava uma nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humana” (PEDRINI, 1997, p. 26). Admoestava o grande desenvolvimento de uma sociedade sobre a outra,

ou seja, as custas de outra, foi assim que surgiu um Programa Mundial de Educação Ambiental.

Pouco tempo depois, em 1977 houve a Conferência de Tbilisi na Geórgia que se instaurou como um marco por ter estabelecido orientações aos países do mundo inteiro referente às políticas públicas do meio ambiente e da EA. Constatou-se, pois, que na resolução Nº. 1 da conferência de Tbilisi que:

Cabe a EA dar conhecimentos necessários para interpretar os fenômenos complexos que configuram o meio ambiente, fomentar os valores éticos, econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, que favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria deste ambiente, assim como a ampla gama de habilidades práticas à concepção e aplicação de soluções eficazes aos problemas ambientais (GALVÃO, 2007, p.44).

A partir daí, campanhas, informativos, formação de professores, incentivo a pesquisas, além de trocas de experiência entre interessados no tema EA foram realizados. Porém, alguns dos objetivos traçados nesse percurso se configuram dentro de um aspecto bitolado já que estão condicionados a resolver os problemas ambientais, deixando de lado a principal característica que seria pensar a EA como uma ferramenta para ter uma sociedade sustentável que compreenda os princípios e a relação natureza/sociedade. Assim, a Professora Galvão (2007, p. 45 apud FERRAZ 2004) lista dez princípios e cinco objetivos da Resolução N.º 2 que trata da EA:

21. Considerar o ambiente em sua totalidade;
22. Construir um processo permanentemente e contínuo;
23. Aplicar um enfoque interdisciplinar (unir conhecimentos específicos com a perspectiva global e integrada à realidade);
24. Examinar as questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional;
25. Concentrar-se nas questões ambientais atuais e nas futuras dentro de uma perspectiva histórica (contextualizada);
26. Insistir no valor e na necessidade de cooperação local, nacional e internacional para prevenir problemas ambientais;
27. Promover a participação de alunos na organização de suas experiências de aprendizagem (autonomia e responsabilidade), buscando desenvolver valores, conhecimentos, habilidades e atitudes na compreensão;
28. Promover a participação de alunos na organização de suas experiências de aprendizagem (autonomia e responsabilidade), buscando desenvolver valores, conhecimentos, habilidades e atitudes na compreensão dos sintomas, causas reais e soluções para os problemas ambientais;



29. Destacar a complexidade dos problemas ambientais e a necessidade de desenvolver senso crítico e habilidades para desenvolvê-los;
30. Utilizar diversos ambientes educativos e uma gama de métodos para transmitir e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente (atividades práticas e experiências pessoais).

Objetivos da EA, de acordo com Galvão (2007, p. 46 apud Ferraz 2004):

11. Adquirir a consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizar-se por essas questões;
12. Adquirir uma diversidade de experiência e conhecimento sobre o meio ambiente e os problemas ambientais anexos;
13. Comprometer-se com valores de comportamento, fundamentados no interesse, preocupação e participação na melhoria e na proteção do meio ambiente;
14. Adquirir habilidades necessárias para determinar e solucionar os problemas ambientais;
15. Proporcionar sua participação ativa na resolução dos problemas ambientais.

Assim, “[...] foram formados 41 recomendações que primam pela união internacional dos esforços para o bem comum, tendo a EA como fator primordial para que a riqueza e o desenvolvimento dos países sejam atingidos mais igualmente” (PEDRINI, 1997, p. 28). E tratando-se de todos os povos, os convida a:

- i) Incluir em suas políticas de educação conteúdos, diretrizes e atividades ambientais contextualizadas em seus países;
- j) Intensificar trabalhos de reflexão, pesquisa e inovação em EA por parte das autoridades em educação;
- k) Estimular os governos a promover intercâmbios de experiências, pesquisas, documentação, materiais e formação de pessoal docente qualificados entre os países;
- l) Fortalecer os laços de solidariedade internacionais em uma esfera de atividade que simbolize uma adequada solidariedade entre os povos com o fim de promover a união internacional e a causa da paz (PEDRINI, 1997, p. 28).

Apesar das boas intenções a Conferência de Tbilisi não contemplou as demandas pedagógicas que lhe cabia, e isso só foi possível na Conferência de Moscou, que educadores que não eram do governo puderam participar sem restrições. A Conferência de Moscou teve uma função importante, pois sua meta era apontar um plano de ação para os anos 90. E resumindo, são nas intenções da conferência citada:

- aa) Desenvolvimento de um modelo curricular;
- bb) Intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do currículo;
- cc) Desenvolvimento de novos recursos instrucionais;
- dd) Promoção de avaliações de currículos;
- ee) Capacitar docentes e licenciados em EA;

- ff) Capacitar alunos de recursos de recursos profissionalizante, priorizando o de turismo pela sua característica internacional;
- gg) Melhorar a qualidade das mensagens ambientais veiculadas pela mídia ao grande público;
- hh) Criar um banco de programas audiovisuais;
- ii) Desenvolver museus interativos;
- jj) Capacitar especialistas ambientais através de pesquisa;
- kk) Utilizar unidades de conservação ambiental na capacitação regional de especialistas;
- ll) Promover consultoria interinstitucional em âmbito internacional;
- mm) Informar sobre legislação ambiental; dentre outras medidas não menos importantes (PEDRINI, 1997, p. 29-30).

No Brasil, as questões ambientais e as discussões aconteciam e se moldavam paulatinamente. Tivemos avanços e retrocessos, enquanto uma pequena parte lutava para conservar os bens naturais, outra grande parte atentava apenas para os bens materiais que poderiam conseguir retirando matéria da natureza.

Somente na década de 1980 surgiram pensamentos sobre abordagens curriculares que favorecessem a conscientização para conservar e preservar o meio ambiente.

Isto pode significar, ou não, uma orquestração afinada das práticas curriculares. Muitos educadores, preocupados com problemática ambientalista, concordam que educação ambiental é a realização de atividades voltadas à formação de uma consciência ambientalista estrita, conservacionista e/ou preservacionista (CASCINO, 2003, p. 53).

Desse modo, professores e instituições responsáveis pela educação precisam em comum acordo orientar e refletir sobre a forma de como irão ensinar e instruir as crianças, jovens e adultos sobre ações de conservação e preservação do ambiente. Os problemas enfrentados em todas as esferas públicas e privadas precisam ser discutidas pela população brasileira, dentro e fora da escola.

Revisitar o passado para compreender o presente ainda é uma das principais estratégias para entendermos como agentes e instituições se movem sob o mesmo interesse de preservar à vida.

Na legislação temos a lei n. 9795, de 1999, que conceitua Educação Ambiental da seguinte forma:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A lei orienta que os indivíduos deva conscientemente construir valores coletivamente que permitam a convivência na sociedade, porém, essas parcerias só podem ser vislumbradas através de conhecimentos voltados a

conservação e preservação do meio ambiente, ou seja, do espaço habitado por tudo, pessoas, animais, natureza.

A educação ambiental deve ser inserida e desenvolvida por cidadãos conscientes dos seus deveres para com a sociedade, por sujeitos que em processo de construção possam propiciar condições de mudanças.

### **EDUCAÇÃO INFANTIL**

A educação ambiental na educação infantil deve ser considerada uma possibilidade de mudança de postura e de conceito sobre o que conhecemos e o que realmente é o meio ambiente, já que muitas vezes as crianças não são educadas pelos pais sobre a relevância da ação de preservar e conservar. Inculcar nas crianças desde cedo a importância de se preservar e conservar a natureza pode ser uma forma de combater a falta de cuidado com os bens naturais que nos são fornecidos tão generosamente pela natureza.

Desse modo Loureiro (et al, 2002, p. 69) salienta que “a educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúdica e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente”.

A educação ambiental funciona como uma forma de conscientizar e esclarecer a sociedade sobre a importância de pensar criticamente sobre o que estamos fazendo com o ambiente em que vivemos, e mais, nos faz refletir sobre nossa função social e as ações do ser humano sobre a natureza. Assim, consideramos que “[...] a educação é essencialmente política, pois político é o espaço de atuação humana em que nós formamos e moldamos as características objetivas que nos cercam” (LOUREIRO et al, 2002, p.70 apud DEMO, 1988).

Do mesmo modo que o espaço em que nós formamos é político, todas as relações que tecemos no ambiente social se materializam principalmente sob os interesses dos grupos socialmente estabelecidos, que agem na sociedade com intenções carregadas de implicações sistêmicas. Pensando assim, Loureiro (et al 2002, p. 71) elencou duas razões para que pudéssemos elucidar a dimensão política da educação, segundo ele:

- e) O conhecimento transmitido e assimilado e os aspectos técnicos desenvolvidos fazem parte de um contexto social e político definido. O que se produz em uma sociedade é resultado de suas próprias exigências e contradições. Assim, o domínio do conhecimento técnico-científico confere ao indivíduo maior consciência de si mesmo e capacidade de intervir de modo qualificado no ambiente. O saber técnico é parte do controle social e político da sociedade.
- f) As relações sociais que se estabelecem na escola, na família, no trabalho ou na comunidade possibilitam que o indivíduo tenha uma percepção crítica de si e da sociedade, podendo, assim, entender sua posição e inserção social e construir a base de respeitabilidade para com o próximo. As relações estabelecidas em cada campo educativo, formal ou não, constituem espaços pedagógicos de

exercício da cidadania. Tal compreensão política da educação só é legítima na modernidade, a partir do momento em que pressupõe que a história das sociedades humanas não é previamente determinada, mas resultante de processos dinâmicos estabelecidos, construídos e transformados por sujeitos históricos: os cidadãos, seja em suas ações individuais ou coletivas.

Por tanto, a educação torna-se parte inerente do movimento social que discute a relação que se estabelece entre natureza e sociedade. Ela é a base da construção do pensamento crítico, ou pelo menos, deveria ser, pois assim poderia propiciar uma consciência de cidadania ecológica e planetária.

Quando pensamos em um mundo em que as pessoas, como cidadãos que são, pudessem pensar e agir democraticamente lembramos que, os direitos conquistados de um cidadão não garante que os sujeitos sejam assistidos dentro de uma dimensão plena do que se entende por igualdade. Nessa conjuntura, entendemos que a cidadania “[...] não possui origem divina ou natural, nem é fornecida por governantes, mas se constitui ao dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade, em cada fase histórica” (LOUREIRO et al 2002, p. 75).

Por vivermos em um planeta fisicamente limitado, o conceito e as práticas cidadãs na atualidade incorporam diversas dimensões incorporadas de significados decorrentes das limitações estruturais. Aqui está a importância dos movimentos sociais que discutem a questão ambiental e a educação na perspectiva crítica. Entretanto,

[...] ver a sociedade como um todo dinâmico traz para o âmbito do movimento ambientalista, em que sua perspectiva crítica, a necessidade de construção de estratégias dialeticamente locais e globais, comunitárias e governamentais, instrumentais e educativas, que cumpram a mediação entre as esferas econômica e político-cultural e apontem para um ambientalismo comprometido com as lutas sociais e populares (LOUREIRO et al 2002, p.80).

Para que consigamos conquistas e melhoramentos para o ambiente precisamos nos pautar em uma práxis educativa que se construa através do diálogo e do conflito, agindo e raciocinando criticamente dentro do processo democrático e social.

Consideramos, pois, que a educação ambiental deve ser discutida na educação infantil, uma vez que seu papel na escola é formar cidadãos que possam formular pensamentos críticos, pois é na idade pré-escolar que a criança está formando os seus valores e conceitos. Então, vemos o que diz o autor:

a criança na idade pré-escolar encontra-se em formação inicial de seus conceitos e valores [...], identificando-se e envolvendo-se com sua realidade. Nesse sentido, torna-se essencial que a educação ambiental crítica, dialógica, já faça parte da sua realidade, para que a criança possa criar e se expressar nessas relações, ampliando sua rede de relações e sua visão de mundo [...]. (RODRIGUES, 2007).

A educação infantil é um dos principais meios para chegarmos a um comportamento aceitável de preservação e conservação do meio ambiente e da vida. Certo que é um investimento a longo prazo, e quanto mais demora a investir nesta modalidade de ensino, e não apenas nessa, mas em todas, perdemos em qualidade de vida.

Para Brandão (1998) a educação é feita para quebrar paradigmas e a pessoa que não tem acesso a ela não consegue alcançar criticidade. A educação não deve ficar presa dentro de uma sala de aula, ela deve percorrer outros espaços, pois ao mesmo tempo que muda a vida do homem, ela também transforma. Segundo o autor, a escola precisa ser um espaço democrático, cheio de conhecimentos que enriqueça o processo de aprendizagem de cada pessoa que por ela transite.

Outro autor que traz grandes reflexões sobre educação é Saviani (2001), pois o mesmo considera que a educação é um instrumento que dissemina cultura em todos os espaços que a apreende. O estudioso também ressalta a função do professor como uma das mais importantes, já que esse profissional tem nas mãos a capacidade de estimular os alunos para o melhor caminho a ser seguido.

Desde muito pequenas, as crianças são cada vez mais expostas a diversas formas de aprendizagens, elas brincam, se relacionam com outras crianças, aprendem características da cultura dos seus pais e de outros colegas. Os costumes, as crenças, os hábitos e as características de cada comunidade vão se tornando cada vez mais compreensíveis à medida que se relacionam com culturas diferentes, com comportamentos distintos.

A história mostra que a educação infantil assim como outras modalidades de ensino sofreram fragmentações. Conforme Souza (2007, p. 15-16)

A educação institucionalizada de crianças pequenas surgiu no Brasil no final do século XIX. [...] O setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites - os jardins-de-infância de orientação fröebeliana-, já tinha seus principais expoentes no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro, desde 1875, e na Escola Americana anterior a isso.

[...] No setor público, o jardim-de-infância da Escola Normal Caetano de Campos, que atendia à elite paulistana, foi inaugurado apenas em 1896, mais de vinte anos depois das fundações da iniciativa privada. O jardim-de infância da Escola Caetano de Campos, cujo trabalho pedagógico se baseava em Fröebel, tinha como princípios educativos os conteúdos cognitivo e moral.

Nas duas primeiras décadas do século XX, foram implantadas em várias regiões do Brasil, as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas.

Com todas essas questões ainda não era o bastante para se contemplar uma educação infantil de qualidade. No entanto, os tempos passaram e a história ganhou novos rumos. A criança deixou de ser vista como um adulto

em miniatura e ganhou espaço social como agente multiplicador do saber e por isso, os adultos passaram a valorizar a instrução infantil.

Nos dias atuais a educação infantil que se configura entre 0 e 6 anos é reconhecida como etapa inicial da educação básica, não sendo apenas uma obrigação, mas um direito da criança. É relevante, destacar que é imprescindível a formação da criança nessa idade escolar e que a família e a escola devem estar unidas colaborando para a aprendizagem da criança. No Brasil o atendimento a crianças nessa faixa etária foi conhecido como Educação Infantil a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no. 9394 de dezembro de 1996. Essa lei determina que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, assim, integrando o sistema de ensino brasileiro. A educação infantil passa a ser composta de: creche, designada a crianças de 0 a 3 anos de idade e pré-escola, designada a crianças de 4 a 6 anos. A lei ainda especifica nos artigos 29, 30 e 31 do capítulo II:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 2004, p.23).

As crianças tem uma capacidade enorme de internalizar conceitos sobre o mundo a sua volta, pois cada situação nova transforma-se numa descoberta, e tudo que antes não fazia sentido, passa a ter forma e cor. Elas precisam de estímulos e orientação para compreender os desafios pessoais que só elas poderão enfrentar.

Todos os dias, nós adultos, nos deparamos com situações cotidianas que parecem rotineiras, como ir ao banheiro sozinho, comprar algo no supermercado perto de casa, mas para as crianças todas estas situações são interessantes e precisam de atenção e sensibilidade para serem compreendidas assim como os problemas ambientais.

Necessário é trabalhar nessa etapa a EA como possibilidade, pois vemos que a criança é percebida na atualidade e evidenciada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) quando este alega que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio” (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.20). Sendo assim, durante o processo de construção do conhecimento, precisamos discutir a EA como tema já que “as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar”. Assim,

o conhecimento constituído pelas crianças “é fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação” (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.21).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de ser uma temática atual ainda não está fortemente inserida na educação infantil, não é cobrada com rigor e nem obrigatoriedade. As professoras de educação infantil demonstram dificuldades para trabalhar com esse tema por falta de informação, material e até mesmo incentivo por parte das próprias instituições.

A educação ambiental é trabalhada no dia-a-dia, em rodas de conversa e situações oportunas para o tema. Muitas professoras relacionam o trabalho com educação ambiental com à natureza, como a fauna e a flora. Independentemente das diferentes concepções adotadas pelas professoras, os princípios da educação ambiental devem ser mantidos, para que ela auxilie favoravelmente na formação dos indivíduos.

É necessário ainda considerar as diferentes realidades sociais onde ocorrem as práticas de educação ambiental e entender os seus diferentes objetivos. A Educação Ambiental deve ser considerada um processo permanente de desenvolvimento dos próprios indivíduos e suas comunidades, no qual estes adquiram conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinações que os tornem aptos a agir.

Face à magnitude dessa tarefa a Educação Ambiental formal deve promover uma mudança de comportamentos contribuindo na transição para o desenvolvimento sustentável.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial, Imprensa nacional: Brasília, 1990.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente e Saúde – Vol. 9**. Ministério da Educação e do Desporto, Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Brasília, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues: **O que é educação**. 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CASCINO, Fabio. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores**. 02.ed.São Paulo: SENAC, 2000.

CHALITA, Gabriel. **Educação, a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. Ed. Olho D'água. São Paulo, 2001.

GALVÃO, Maria Neuma Clemente. **Educação Ambiental nos assentamentos rurais do MST**. João Pessoa: Editora Universitária. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 3ª Ed. Campinas, SP. Editora Papirus, 1995.

KENSKI, V.M. **O papel do Professor na Sociedade Digital**. In: CASTRO, A. D. de CARVALHO, A.M.P. de (Org.). **Ensinar a Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média**. São Paulo; Ed. Pioneira Thompson Learning, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Teoria e prática. 5ª Ed. Goiânia, GO. Editora Alternativa, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernado et al. (Orgs). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo. Cortez, 2002.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2001.

MINAYO, Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. 1.a Edição Brasília – DF, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001647.pdf>. Acesso em: 28/01/2016

ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES UNIDAS – ONU. Carta do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, 1992. apud DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1998.

PEDRINI, Alexandre de Gustavo. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis – RJ. Vozes, 1997.



REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 63P.

REIGOTA, Marcos. **A Floresta e a escola: por uma educação ambiental**. Pós-moderna. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, C. **Educação física, educação ambiental e educação infantil no contexto escolar**: uma sinergia possível. 2007. 98 p. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 34ª ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org). **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 3.ed. Campinas: Papyrus Editora, 1995.

## **SUPERVISOR ESCOLAR: ARTICULADOR DO PROCESSO PEDAGÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

Silva, Ruth Vieira da

### **RESUMO**

O presente estudo possui como propósito trazer compreensão ao aprimoramento do trabalho pedagógico que vem sendo desenvolvido pelo Supervisor Escolar, pessoa muito importante na escola. Essa reflexão através das suas atribuições contribui para um novo significado de sua identidade, visto que sua ação atualmente encontra-se permeada por questionamentos e conflitos. Nessa temática, buscou-se uma resposta para a pergunta: Qual a função do supervisor escolar juntamente com a equipe de docentes para alcançar a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos educandos? E como objetivo geral: fazer a identificação de como é a relação do supervisor escolar com os demais integrantes da equipe de professores, e com os alunos em busca da qualidade do processo ensino-aprendizado, dentro de uma concepção de gestão democrática. Quanto aos objetivos específicos procurou-se investigar como, e se acontece, a articulação do supervisor escolar aos processos pedagógicos, visando à melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem e por fim observar como é elaborada a proposta de trabalho dos supervisores escolares conforme a instituição escolar em que o mesmo trabalha. Foi feita uma pesquisa bibliográfica, onde notou-se que esses profissionais, organizam o trabalho pedagógico da escola, com intuito de atender turmas do ensino fundamental e médio, nos variados turnos: diurno e noturno. A investigação foi realizada com o paradigma qualitativo, sendo que a metodologia teve como referência a observação participante, por ser considerada a melhor opção para focalizar os objetivos desta pesquisa. Os resultados da investigação apontaram para uma nova visão das práticas do Pedagogo Supervisor no espaço escolar, a partir de uma intervenção pautada na ação coletiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Supervisão Escolar. Gestão Democrática. Profissional de Educação.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo, a partir de revisões bibliográficas, possui por objetivo identificar e compreender o papel do supervisor no ambiente escolar contemporâneo, pois sabemos que enfrentar uma sala de aula em nossa atualidade não está sendo uma tarefa fácil e liderar uma equipe está cada vez mais desafiador.

A partir desses questionamentos, faz-se necessário uma pesquisa para que possamos identificar e entender qual é o papel do supervisor, não somente entre os muros de uma escola, mas em toda a comunidade escolar.

Primeiramente, é necessário saber o que é um supervisor escolar, para posteriormente, atribuir-lhe funções. É necessário saber que o supervisor escolar é o profissional que organiza, que orienta o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores em uma instituição escolar.

É o profissional que tem uma visão ampla, abrangente, visão panorâmica de tudo que acontece no contexto escolar, tanto no âmbito pedagógico quanto no âmbito administrativo.

Atualmente, notamos que as escolas passam por desafios diários, pois além de ensinar, transmitir conhecimento, conteúdos, transmitem também princípios, valores morais e éticos, elementos fundamentais para a formação humana, transformando crianças e jovens em cidadãos conscientes e críticos para atuarem na sociedade.

Segundo LIBÂNEO (2002) é necessário educar para a participação social, para que o aluno saiba reconhecer as diferenças entre diversos grupos sociais, para a diversidade cultural, para os valores e os direitos humanos. Esse reconhecimento dito por Libâneo, só é possível através da troca de experiências e das relações comunicativas uns com os outros, seja ela dentro ou fora da escola. Contudo, não podemos deixar de observar que a escola é um lugar privilegiado para essas trocas de informações e experiências, pois é um ambiente vasto de culturas e saberes e, portanto, tem papel fundamental e de grande relevância na formação desses alunos que são sobretudo, seres humanos, dotados de sentimentos e anseios.

Para que isso se concretize, é preciso uma atuação coletiva, ou seja, é preciso que todos os envolvidos na educação, professores, supervisores, diretores busquem o mesmo objetivo, que é o sucesso educacional de seus alunos.

Segundo o que afirma LIMA (2006) nem sempre a supervisão será bem aceita por todos, pois em um ambiente escolar, permeia as diferenças e diferentes opiniões e, muitos profissionais ainda resistem às mudanças, mas para uma educação eficaz e de qualidade, é necessário que haja união e consenso entre os envolvidos na educação, para que todos, principalmente os alunos se beneficiem.

### **O PAPEL DO SUPERVISOR ESCOLAR**

O supervisor é extremamente importante para um bom desempenho da educação escolar, pois sua função é direcionar o trabalho pedagógico e zelar para que se efetive um ensino de qualidade.

O supervisor é o profissional responsável por liderar a equipe escolar, sua função, além de orientar e coordenar o trabalho dos professores, é de manter o ambiente escolar agradável, harmonioso, estar sempre aberto às discussões, amenizar possíveis conflitos, o que é natural em um ambiente com tantas pessoas e com tantas opiniões diferentes.

Entretanto, liderar não significa se achar superior aos demais membros da escola, é preciso sabedoria e humildade para lidar com os diferentes tipos de pessoas, com as frustrações do dia a dia, para que o ambiente de trabalho não se torne pesado e carregado de negatividades, mas sim, propício ao diálogo e ao bom convívio.

Para Medina (1995) o objeto de trabalho do supervisor escolar é a produção do professor, ou seja, o que o professor ensina, a maneira como ensina, o que o aluno aprende e a forma como o aluno aprende e, principalmente, a qualidade dessa aprendizagem.

O objeto de trabalho do supervisor é a aprendizagem dos alunos através do professor, é o trabalho coletivo em prol de uma educação eficaz e, principalmente, de qualidade e que faça sentido na vida do estudante. Paulo Freire, Educador e filósofo brasileiro já dizia:

a escola deve respeitar os saberes dos educandos, sobretudo os das classes mais populares, cujos saberes são socialmente construídos na prática comunitária {...}, discutir com alguns alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino de alguns conteúdos {...} porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina. (FREIRE, 2006, p.30)

Nessa perspectiva, o supervisor deve ajudar o professor em seu planejamento e a colocá-lo em prática e sempre propondo novas metodologias para o aperfeiçoamento e enriquecimento de suas práticas educacionais.

Para alcançar bons resultados, é preciso que o supervisor estude detalhadamente o Projeto Político Pedagógico da escola em que atua, pois é nesse documento que se encontra a missão da escola, sua filosofia, seus objetivos e suas estratégias para atuar na sociedade em que se está inserida, detectando problemas e discutindo junto aos demais, possíveis soluções para saná-los e a partir dessa análise, traçar o perfil da escola e identificar a clientela que a instituição atende.

O papel do supervisor também está ligado diretamente à elaboração e ao planejamento coletivo do currículo, responsável por trazer a realidade dos alunos para dentro da sala de aula.

Somente a partir desse estudo e dessa análise é possível estipular metas a serem alcançadas e se preciso for, juntamente com a comunidade escolar e de forma democrática, fazer todas as alterações necessárias no Projeto Político Pedagógico, para que as necessidades da escola sejam atendidas da melhor maneira.

Posteriormente a essa análise, o profissional deve expor suas ideias, suas opiniões e propostas de trabalho de maneira clara e objetiva, para que todos compreendam e realizem os projetos com êxito, projetos estes que devem ser abordados, discutidos e trabalhados de forma interdisciplinar, ou

seja, com o envolvimento de todos. É dever do supervisor escolar estimular a troca de experiências vividas pelo corpo docente da escola.

Cabe também ao supervisor agir e interagir com a comunidade escolar, é ele quem deve promover a interação entre os grupos que atuam dentro da escola, fazendo a intermediação entre os diferentes setores de uma instituição, sempre ouvindo e auxiliando os principais envolvidos no processo de ensino- aprendizagem que são os professores, pais e alunos.

Para a melhoria da educação atual, é importantíssimo ouvir os pais de nossos alunos, porque o primeiro contato que a criança tem com a educação acontece dentro de casa, e a escola precisa cada vez mais do apoio e do estímulo dos pais na luta contra o frequente desinteresse dos alunos em estudar e em aprender coisa novas, pois quando a escola não é importante para os pais, também não é para os filhos.

Portanto, se faz necessário conhecer o ambiente familiar em que nossos alunos estão inseridos e se todos, pais, alunos, supervisores, diretores, etc., desenvolverem suas obrigações adequadamente e de forma produtiva é possível alcançar os objetivos almejados.

O supervisor é um mediador para uma educação de qualidade, e para isso, ser criativo, inovador, crítico, flexível, moderno, ter uma boa comunicação, saber se expressar, gesticular, saber dialogar, argumentar e ser capaz de se reinventar a partir de situações adversas é fundamental.

A atuação do supervisor não pode ser limitada, inquestionável e estagnada no tempo, ela deve ser analisada, reavaliada, reformulada e atualizada constantemente, pois a escola dos dias atuais, compete com as mais variadas tecnologias que estão significativamente presentes na vida de nossos alunos e com milhares de situações que dispersam e que despertam neles mais interesse e prazer.

É de extrema importância, que os profissionais sejam competentes e comprometidos com o ensino de seus alunos, é preciso que suas ações sejam preparadas e planejadas, principalmente, quando o assunto é educação.

Na execução de um trabalho, é necessário que haja flexibilidade, dinamismo e não improvisação. O bom profissional não fica à mercê de improvisos, pois é o que acontece quando uma ação não é planejada.

Só assim será possível o aperfeiçoamento de sua atuação e a elevação do nível e qualidade do ensino e, assim, auxiliar professores e alunos na subida de cada degrau rumo ao sucesso educacional.

### **DESAFIOS ENFRENTADOS PELO SUPERVISOR ESCOLAR**

Embora a função do supervisor seja voltada para a coordenação das atividades pedagógicas de uma instituição de ensino, sabemos que a realidade da educação brasileira encontra-se precária, e o supervisor, desvalorizado e desestimulado, acaba obrigado a cumprir funções que são incompatíveis a suas atribuições e a sua verdadeira área de atuação, qualificação e especialização é deixada de lado ou sendo abordada de forma superficial, totalmente diferente de como deveria ser.

A maior parte do tempo, o profissional encontra-se sobrecarregado solucionando problemas, indisciplina de alunos, questões administrativas e vários outros.

O que encontramos hoje, são supervisores responsáveis pela parte burocrática da escola, incumbidos de preencher formulários, de verificar diários, lançamentos de notas e atividades realizadas fora classe, elaborando pautas de reuniões, coordenando conselhos de classe, dentre outros, e o que realmente importa e o que deveria ser constantemente abordado, que é o aproveitamento e o rendimento escolar dos alunos e as práticas adotadas pelos docentes acabam não sendo discutidos.

Isso prejudica o bom desempenho do profissional, pois envolvidos nas questões ditas anteriormente, as ações voltadas para recuperar alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem acabam esquecidas ou guardadas dentro de uma gaveta.

Atualmente, no Brasil, ainda não há uma lei específica que regule e especifique quais são as reais funções do supervisor escolar. O que há hoje, em Brasília, é um projeto de regulamentação da profissão em tramitação na Câmara dos Deputados.

O supervisor necessita ter habilidade estratégica e disponibilidade para escutar os membros da equipe escolar e assim perceber, com antecedência, as reais necessidades do grupo, evitando que empecilhos e conflitos impeçam a construção de uma educação transformadora.

Para Tostes (2013, p.6) poderemos alcançar os objetivos educacionais, se o supervisor e o professor estabelecerem um diálogo problematizador. Nesse diálogo serão debatidos os anseios coletivos, ou seja, como os projetos que envolvam os docentes e os discentes podem ser concretizados. Para ser o facilitador desse processo, O supervisor deve conquistar a confiança do grupo, pois a comunicação interna consolida os projetos educativos. Assim, a linguagem se torna o principal instrumento de trabalho com que pode contar o supervisor. É através dela que ele consegue implantar o sentimento de pertencimento ao grupo.

Por essa falta de regulamentação e muitas vezes pelo descaso com profissão, o supervisor é mais um fiscalizador dos trabalhos executados pelos professores do que um mediador das atividades pedagógicas, que hoje, encontra-se limitada pela falta de critérios.

Assim, podemos chegar ao consenso de que a escola é o local do trabalho docente, onde acontece a organização sendo espaço de aprendizagem, no qual o professor realiza com sua prática e suas convicções, suas competências pessoais e profissionais. Nessa troca de experiências com os colegas o professor acaba aprendendo mais sobre o seu trabalho.

O professor participa ativamente da organização do trabalho escolar, formando com os demais colegas uma equipe de trabalho, aprendendo novos saberes e competências, assim como um modo de agir coletivo, em favor da formação dos alunos.

Se fizermos uma comparação com trabalhadores de indústrias, os professores, passaram a ser vistos como cumpridores de tarefas, sobre as quais não era necessário refletir; subordinadas a um supervisor fiscalizador de seu trabalho e avaliador de seu desempenho, sendo, também mal remunerados para isso.

Nesse contexto, cabe ao Supervisor planejar, implementar e avaliar o currículo, distanciando-se dos demais professores que executam a função de educar.

O professor que se busca construir é aquele que consegue de verdade ser um educador, que conhece o universo do educando, que tenha bom senso, que permita e proporcione o desenvolvimento da autonomia dos seus alunos. Que tenha entusiasmo, paixão; que vibre com as conquistas de cada um de seus alunos.

Ninguém se torna um professor perfeito, aliás aquele que se acha perfeito e, portanto, nada mais tem a aprender, acaba se transformando num grande risco para a comunidade educativa. A grande responsabilidade para a construção de uma educação de qualidade está nas mãos do professor. Por mais que o diretor ou o supervisor tenham boa intenção, nenhum projeto será eficiente se não for aceito, abraçado pelos professores porque é com eles que os alunos têm maior contato.

No entanto, a partir da década de 90, com a LDB 9394/96 que a ação supervisão escolar começa a ser considerada como sinônimo de coordenação pedagógica. A LDB no seu artigo 64 diz:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou nível de pós-graduação a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

O Supervisor deixa de ser apenas controlador, inspetor, alterando sua relação com os demais integrantes da comunidade escolar, devendo ser um articulador dos processos pedagógicos.

É fundamentalmente um gestor e animador de situações, necessitando então para desempenho de sua função uma formação especializada pressupondo alguns pré-requisitos, entre eles: capacidades humanas e técnico profissionais específicas.

Na escola o supervisor é aquele profissional que desde sempre é professor, vivencia experiências em sala de aula, interage com os alunos, ensina, aprende, sistematiza conhecimentos além dos específicos de sala de aula e, na trajetória de ser professor/supervisor, torna-se, ao mesmo tempo, um pesquisador do cotidiano de escola sempre recomeçada.

Muitas das vezes as dificuldades dos alunos podem residir na compreensão metodológica do trabalho. Essa metodologia pode estar na interação do supervisor com os professores e vice-versa, e também contida na proposta de trabalho da escola.

Segundo Medina (1995, p.153) relatou que “o supervisor tem como objeto de trabalho a produção do professor – o aprender do aluno – e preocupe-se de modo especial com a qualidade dessa produção”.

Desse modo, portanto, o objeto de trabalho do supervisor tem o foco a aprendizagem do aluno através do professor. Devemos considerar como é fundamental o papel do supervisor: vir a ser o grande harmonizador do ambiente da escola.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das análises feitas, é possível perceber o quão importante é o supervisor no ambiente escolar contemporâneo.

Seu papel é fundamental no processo de ensino- aprendizagem, pois é o profissional responsável por mediar e facilitar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor em sala de aula, e com isso efetivar um ensino de qualidade, que atenda as reais necessidades dos alunos, formando assim, cidadãos críticos e atuantes na sociedade em que vivemos.

O supervisor é responsável também por participar ativamente na organização da escola, o que é fundamental, pois se a escola não é bem organizada e se as ações de todos os profissionais não são bem planejadas, nada adianta ideias e projetos grandiosos. Para alcançar o sucesso educacional é preciso o envolvimento de todos, de forma coletiva.

Em meio a tantas dificuldades, desafios enfrentados todos os dias, o profissional se desdobra para concluir todas as funções que lhe são cabíveis e até mesmo as que não são de suas atribuições, mas que pela falta de regulamentação específica e a desvalorização deste profissional são incumbidos a fazer.

Conclui-se que tal profissão necessita urgentemente de uma revisão, de uma regulamentação que especifique suas funções, pois o profissional sobrecarregado com questões burocráticas acaba deixando de lado as questões pedagógicas, que é sua principal área de formação e visando a aprendizagem do aluno.

Dessa maneira haverá possibilidades de produção de um ensino e educação de qualidade que se concretizará pela difusão do saber, que pressupõe solidariedade, encaminhando a igualdade entre as pessoas.

### **REFERÊNCIAS**

CELESTINO, A. S. J. **Nove olhares sobre a supervisão**. São Paulo: Papyrus, 1997.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.



GARCIA, R. L.; ALVES, N. **O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

GUEDES, B.; BASTOS, R. **Sol de Primavera. CD "Beto Guedes ao Vivo"**. Faixa 11,1980.

HOFFMANN, J. **Avaliar para Promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002.

MEDINA, Antônia da Silva. **Supervisão Escolar: da ação exercida à ação repensada**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LIMA, Elma Correa. **Refletindo políticas públicas e educação. In: Supervisão e Orientação Educacional: perspectivas de integração na escola**. Cortez Editora, 2006

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PLACCO, V. M. N. de S. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. Editora Loyola, 1. ed., 2001.

REDIN, E. **Nova fisionomia da escola necessária**. São Leopoldo: Unisinos (p.07),1999.

SÁ, R. A. **Orientação e supervisão escolar**. Curitiba: Ibpx, 2006.

TAYLOR, F. W. **Supervisão educacional - uma reflexão crítica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

# **A REALIDADE DA LEITURA E ESCRITA NO CONTEXTO ATUAL DA ESCOLA PÚBLICA**

Baldez, Darlene Oliveira

## **RESUMO**

A escolha por este tema se deu pelo fato de a leitura e a escrita serem duas habilidades de extrema importância não somente na escola, mas também fora dela, porém as escolas públicas não estão dando a devida importância para as mesmas. Com o objetivo de entender como está a realidade do assunto em questão, pesquisamos autores que estudaram o tema, e assim procuramos maneiras de resolver essa problemática. Como conclusão, afirma-se que o profissional da educação precisa ter como finalidade formar cidadãos críticos e reflexivos, só assim a realidade das escolas públicas pode melhorar. E a escola, como parceira do professor, tem que agir em conjunto para que o seu aluno consiga se tornar um leitor competente e eficaz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leitura. Escrita. Escola. Aluno.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo aborda um tema muito importante que faz parte do cotidiano dos professores, que é a realidade da leitura e escrita nas escolas públicas. Sabe-se que as capacidades de ler e escrever são fundamentais para todas as matérias escolares, e também para a vida, portanto, devem ser bem trabalhadas pelo professor, e o aluno deve se esforçar para desenvolver cada vez mais essas competências.

Ao optar pelo tema em questão, o objetivo do trabalho é mostrar qual é a realidade da leitura e escrita no contexto atual da escola pública, enquanto os objetivos específicos são: entender porque o índice de analfabetismo é tão alto; pesquisar sobre as principais dificuldades de trabalhar com leitura e escrita e entender o que pode ser feito para melhorar essa situação.

A escolha por essa temática se deu pelo fato de que na atualidade encontramos altos índices de analfabetismo, e isso é preocupante, pois eles necessitam dessas capacidades para desenvolverem bem os conteúdos, e caso isso não aconteça, as dificuldades surgem em todas as áreas, dificultando muito a aprendizagem.

A leitura e a escrita são fundamentais para que o aluno participe efetivamente da sua vida escolar, e também fora dela, pois é a partir do incentivo a estas habilidades que a criança vai tendo noções de como criar um texto, de como fazer uma leitura simples, ou até mesmo uma redação, e esse conhecimento será levado para a vida toda.

O papel do professor frente a essa realidade é fundamental, pois ele como mediador da aprendizagem, é quem vai levar o conhecimento para a sala de aula, é quem vai propor situações de aprendizagem para o aluno desenvolver essas habilidades, e portanto, também deve ser bastante valorizado, tendo em vista a importância de suas funções.

A metodologia utilizada para a realização deste artigo é a pesquisa bibliográfica, baseada em livros e fontes documentais, para melhor conhecimento do tema. Pretendemos analisar os trabalhos mais pertinentes acerca do assunto, para então refletir sobre a realidade da leitura e escrita no contexto atual da escola pública.

A realidade atual do ensino da leitura e da escrita é um tanto alarmante, pois muitas pesquisas informam que o índice de analfabetismo de alunos advindos das escolas públicas é alto, e isso se relaciona ao fato de que a leitura é trabalhada, mas falta interpretação de texto, os alunos aprendem a decodificar os símbolos, mas não entendem o principal, que é o significado do texto.

Segundo Pereira:

O Letramento apresenta-se como um exercício efetivo da escrita e implica habilidades, como a de ler e escrever para obter informação, para interagir, ampliar conhecimento, interpretar e produzir diferentes tipos de texto, de inserir-se completamente (2011, p. 19).

De acordo com Carvalho (2010), alfabetização e letramento são coisas distintas, pois, alfabetizar significa ensinar o alfabeto, enquanto letrar propõe fornecer possibilidades para que o aluno consiga fazer o uso social da língua:

Conforme aponta Maria Conceição e Maria Inês:

A questão fundamental no processo de alfabetização é a compreensão da estrutura dos códigos com a representação da língua e não como uma representação gráfica, ou seja, não é a escrita que significa o que queremos dizer, é sim o que entendemos e representamos que simbolizamos através do sistema alfabético (2009, p. 105).

Para Martins (1994), o sucesso dos alunos nas práticas de leitura está ligado às atividades que o professor utiliza para fornecer o subsídio necessário para despertar o interesse dos alunos, caso isso não aconteça, ele não tem como conseguir sozinho desenvolver a aprendizagem.

A escola pública não tem acompanhado o desenvolvimento da sociedade, tendo em vista que vivemos em um mundo globalizado, e os alunos estão

totalmente mergulhados na tecnologia, mas o que vemos nas instituições é que o trabalho com a leitura e a escrita tem deixado a desejar, pois ele é solto, sem ligação com a realidade dos discentes, e isso faz com que as práticas dos professores não concentrem a atenção deles, pois o método utilizado é antigo, sem levar em conta a cultura, ou os aspectos locais dos sujeitos:

Entre as leis sociais que modelam a necessidade ou a capacidade de leitura, as da escola estão entre as mais importantes, o que coloca o problema, ao mesmo tempo histórico e contemporâneo, do lugar da aprendizagem escolar numa aprendizagem da leitura, nos dois sentidos da palavra, isto é, a aprendizagem da decifração e do saber ler em seu nível elementar e, de outro lado, esta outra coisa de que falamos, a capacidade de uma leitura mais hábil que pode se apropriar de diferentes textos (CHARTIER, 1996, p.240).

Conforme os Indicadores da qualidade na Educação, os alunos não sabem utilizar a leitura e a escrita no cotidiano:

Um dos problemas detectados no Brasil pelo Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) do Inep) e pelo Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) da OCDE e também na experiência de muitos educadores é o fato de que muitos alunos até chegam a se alfabetizar, mas não desenvolvem adequadamente suas habilidades de leitura e escrita ao longo do ensino fundamental. São alunos que têm baixo desempenho nas avaliações, dificuldade de compreender o que leem e dificuldade de se expressar. Por isso, é importante que todos os professores estabeleçam um plano de progressão das habilidades de leitura e escrita dos alunos, colocando metas para a série, ano ou ciclo (2006, p. 15-16).

Um dos motivos que dificulta o trabalho com a leitura e a escrita nas escolas públicas é o pensamento de que a leitura é responsabilidade exclusiva do professor de português, tirando o papel das outras disciplinas de trabalhar com a leiturização. Desse modo, o que vemos nas escolas são aulas repetitivas, em que as atividades de leitura e escrita são monótonas e não tem ligação com a aprendizagem.

Quando o educador trabalha com a leitura de forma isolada, acontece o que é chamado analfabetismo funcional, que conforme aponta Kleiman (1989), é quando o sujeito conhece o alfabeto, mas não sabe fazer uso do mesmo, ou seja, não consegue aplicá-lo nas situações do seu cotidiano. As crianças aprendem a ler, juntando as sílabas, mas lhes falta subsídio para entender o que está por trás da leitura, mostrando dessa forma, que muito dos nossos jovens estão alfabetizados, mas não letrados:

A alfabetização, enquanto aquisição da língua escrita, não é simplesmente um ato mecânico de decodificação do código escrito, mas ocorre numa construção do conhecimento que envolve questões de ordens diversas e exige uma postura crítica para que se concretize plenamente. Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá

num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (FERREIRA, 1990, p. 60).

Segundo Solé (1998), a escola deve incentivar o aluno a ler e a escrever, não somente gêneros típicos da sala de aula, mas também textos que tenham relação com a política, com a educação, entre outros, pois assim poderiam compreender melhor o mundo em que vivem, e ficariam mais motivados a discorrer sobre esses assuntos, pois teriam base para falar, bem como, para escrever.

A escrita atualmente é vista como um artigo de poder:

Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso, friso que ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um status mais alto, chegando a simbolizar, educação, desenvolvimento e poder (Marcuschi, 2005).

É importante ressaltar que para escrever um bom texto é preciso ter um conhecimento prévio acerca do assunto, e isso só é possível através das leituras realizadas pelo aluno antes dele planejar escrever, e do conhecimento de mundo que ele possui:

Quando refletimos sobre a alfabetização devemos pensar que os alfabetizados, sejam eles crianças ou adultos, são necessariamente membros de grupos étnicos e de classes sociais, assim como os próprios alfabetizadores. Eles compartilham atitudes, crenças, hipóteses sobre a escrita, sua natureza, suas funções e os valores que a ela estão associados, da mesma forma que nós (os alfabetizadores reais ou em tempo sócio-histórico) compartilhamos atitudes, crenças, hipóteses sobre a escrita. Só se partimos de uma perspectiva deste tipo podemos perceber que estamos envolvidos num processo de interpretação recíproca: assim como em outras atividades, também na atividade específica do processo de alfabetização, interpretações recíprocas defrontam-se: nós os interpretamos e ao seu mundo, projetamos sobre eles nossa perspectiva profundamente letrada e grafocêntrica do nosso mundo sociocultural (GNERRE, 1991, p. 45-46).

O professor precisa entender que a criança não está acostumada a escrever, que em sua casa ela pode não ter tido nenhum contato com a leitura nem com a escrita, e por vezes isso pode ser muito difícil para ela. Se o educador pedir textos enormes, sem ter ligação nenhuma com o mundo da criança, pode trazer pontos negativos para a vida do aluno, que vai se sentir desmotivada toda vez que tiver que realizar uma produção de texto.

De acordo com Soares:

É de obrigação da escola, dar amplo acesso ao mundo da leitura, e isto inclui a leitura informativa, mas também a leitura literária: a leitura com fins programáticos, mas também situações de leitura

que nos permite escapar por alguns momentos da vida real (2006, p. 06).

Para Britto (2004), a escrita tem como função formar cidadãos críticos e conscientes da realidade em que vivem, mas isso só é possível através de práticas inovadoras, em que o cidadão desenvolva sua criatividade, e não com aulas codificadas, em que o aluno copia o conteúdo do quadro e é apenas um sujeito passivo no seu próprio aprendizado.

Uma sala de aula com o objetivo de formar cidadãos críticos deve ser inovadora até mesmo em seu espaço, pois assim pode contribuir com a aprendizagem. Segundo Zóboli:

O acompanhamento do trabalho do aluno é muito importante para orientar e prevenir possíveis erros de raciocínio. O professor deve circular pela classe, observando as crianças enquanto elas trabalham, acompanhando o que elas estão fazendo, observando como estão pensando e as dificuldades que estão encontrando (2000, p. 23).

Quando o aluno sente dificuldade na aprendizagem, ele precisa de um mediador que consiga aproximá-lo do conteúdo, por isso, é fundamental que a leitura e a escrita sejam bem trabalhadas nos anos iniciais, e o educador deve participar ativamente dessa fase, pois assim consegue trabalhar as potencialidades dos discentes, desde que sempre seja realizada uma reflexão sobre a prática realizada.

A escola pública muitas vezes recebe alunos que não tiveram nenhum contato com a leitura e a escrita em sala de aula, portanto, deve ter como objetivo fornecer o conhecimento, e principalmente onde há crianças menos favorecidas, esse trabalho deve ser bastante explorado:

[...] se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo, mesmo quando isso parecer ir contra as demandas dos alunos (e às vezes de seus pais). As escolas devem perguntar: "Este currículo é poderoso?". Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares. Não há nenhuma utilidade para os alunos em se construir um currículo em torno da sua experiência, para que este currículo possa ser validado e, como resultado, deixá-los sempre na mesma condição (YOUNG, 2007, p. 1297).

É muito importante salientar que ao ingressar na escola, pode ser a única opção de crescimento de um ser humano que muitas vezes advém de uma família humilde, que os pais matriculam na rede pública, pois é a única maneira de lhes garantir um futuro decente.

Dessa forma, mais uma vez reiteramos a importância de que o trabalho com a leitura e a escrita seja bem feito na escola, e tudo deve ser feito da

melhor forma possível, para que assim os alunos não sejam vítimas de processos escolares deficitários.

### **A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COM A LEITURA E A ESCRITA**

A escola é o local em que devem ser trabalhadas as habilidades de leitura e escrita, pois ela é responsável por ensinar as mesmas, e portanto, deve oferecer situações para que o aluno desenvolva tais capacidades (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Fuza & Menegassi (2007), é preocupante o número de alunos que apresentam analfabetismo funcional, pois muitos passam para a série seguinte sem condições de acompanhar o nível dos outros alunos, e com isso, eles sentem muitas dificuldades, pois à medida que passam sem ter o domínio da leitura e da escrita, apresentam sérias dificuldades nos anos seguintes.

Ao ingressar na escola, o aluno tem contato com vários tipos de textos, e isso é muito importante para desenvolver a leitura, pois ele precisa ser incentivado a ler diversos gêneros, pois assim aos poucos vai exercitando estas atividades.

Conforme apontam Rangel & Machado (2012, p. 02):

A escrita e a leitura bem feitas no sentido de levar à compreensão do escritor e do leitor configuram-se como grandes conquistas a serem realizadas também no espaço escolar, visto que esse é um espaço de conhecimento formal e sistematizado. De certo modo, essa sistematização deveria contribuir para que os alunos e os professores, eles mesmos, pudessem se apropriar do código linguístico escrito e oral com excelência. Entretanto, isso nem sempre acontece, pois há vários índices de pesquisas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal que constata as dificuldades dos alunos quando inquiridos de forma oral e de forma escrita: - há dificuldades não só no que se refere à compreensão e interpretação de textos, como também na comunicação de seus pensamentos, posições, saberes e desejos.

Essas dificuldades citadas pelos autores são percebidas não somente nos anos iniciais, mas em todos os anos, pois é uma continuação da aprendizagem, e hoje em dia, percebe-se que há resistência dos alunos quando se deparam com a leitura, pois a grande maioria afirma não gostar de ler, e isso é visto como consequência quando trabalhamos com produção e interpretação de textos.

Para José e Coelho (2001), a aprendizagem é fruto de um estímulo, em que os docentes promovem situações para seus alunos se desenvolverem, a partir de situações-problema, como é o caso do trabalho com a leitura e a escrita, para assim mudar o comportamento deles através de novas experiências.

Quando falamos em leitura, sabemos que não é um exercício fácil, e não se trata apenas de decodificar signos, mas sim de entender o que estamos lendo, de conseguir interpretar o que determinado texto quer dizer. A leitura faz parte de nossa vida desde os primeiros anos de nosso

nascimento, quando pronunciamos as primeiras palavras, e nos acompanha para sempre. Tudo que está ao nosso redor exige que saibamos não somente ver os símbolos escritos, mas sim, atribuir-lhes sentido.

Para Martins:

Seria preciso, então considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem. Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre leitor e o que é lido (1994, p. 30).

A leitura se dá através do contato entre a pessoa que está lendo e o objeto que está sendo lido, que não precisa ser necessariamente algo escrito, mas uma imagem, ou até mesmo um som. Ela depende de uma motivação contínua, pois assim vai treinando a sua capacidade, e a prática faz com que o indivíduo adquira cada vez mais conhecimento.

De acordo com Koch (2009), a leitura é um ato social, ou seja, entre dois sujeitos, e leva em consideração os conhecimentos do leitor, pois disso depende a interpretação, sendo assim, não é um ato passivo, em que um dos indivíduos apenas lê um determinado gênero, mas é mais do que isso, ele deve decodificar os signos, para assim construir um significado sobre o que leu.

A partir do contato com várias leituras, o sujeito aprende a levantar hipóteses, e passa a entender melhor o que está acontecendo, portanto, é imprescindível que como professores, possibilitemos aos nossos alunos a aproximação com diversos gêneros e tipos textuais, pois assim eles exercitam suas opiniões, com base na comparação entre outros textos que já leram, e também isso lhes permite ter um conhecimento prévio acerca do assunto, que é impossível ter sem uma leitura contínua.

Segundo Solé (1998), as crianças constroem conhecimentos a partir de atividades que lhes façam interagir com a leitura e a escrita, desse modo, os professores devem saber como agir frente a essa realidade, pois o contexto atual mostra que o trabalho com essas duas capacidades não é fácil, e em muitas escolas nos deparamos com alunos no 5º ano que estão alfabetizados, mas não letrados, apontando um nível deficitário no que diz respeito à interpretação de textos:

A função do educador não seria precisamente a de ensinar a ler, mas a de criar condições para o educando realizar a sua própria aprendizagem, conforme seus próprios interesses, necessidades, fantasias, segundo as dúvidas e exigências que a realidade lhe apresenta. Assim, criar condições de leitura não implica apenas alfabetizar ou propiciar acesso aos livros. Trata-se, antes, de dialogar com o leitor sobre sua leitura, isto é, sobre o sentido que ele dá, repito, a algo escrito, ideias, situações reais ou imaginárias (MARTINS, 1994, p. 34).



Por isso é tão importante que os professores promovam iniciativas para incentivar a leitura dentro da sala de aula, porque por mais importante que seja a função de ensinar a ler, é preciso ainda, fornecer atividades que os próprios alunos busquem por si próprios, pois assim eles construirão a própria aprendizagem.

A família também tem papel importante no que diz respeito à familiarização da criança com a leitura, os pais, por exemplo, podem contar histórias para seus filhos quando pequenos, indagar-lhes sobre o que entenderam da história que ouviram, e também colocá-los frente a diferentes tipos de textos, como fotos e gravuras, sempre fazendo perguntas acerca do que estão vendo, para estimular a leitura e fazê-los perceber como é gostoso ler e entender sobre as coisas (SOLÉ, 1998).

A autora afirma que ao desenvolver atividades de leitura é preciso levar em consideração os conhecimentos prévios que a criança tem, e aproveitá-los juntamente com o que está sendo desenvolvido, pois a cultura e o conhecimento que ela já tem não pode ser deixado para trás.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a leitura tem por objetivo formar leitores competentes:

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção e significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita (Parâmetros Curriculares Nacionais: Secretaria de Educação Fundamental – Brasília, 1997, p.53).

A tarefa mais importante quando se lê é compreender o significado que o texto quer passar, e não apenas juntar as palavras. Para Kleiman (2011) “a compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de conhecimento prévio”, por isso, como mencionamos anteriormente, temos que saber utilizar o conhecimento que a criança adquiriu ao longo de sua vida, pois assim o aluno consegue fazer inferência de significados, e quando se depara com diversos textos, consegue entender melhor o que leu:

A ativação do conhecimento prévio é, então, essencial à compreensão, pois é o conhecimento que o leitor tem sobre o assunto que lhe permite fazer inferências necessárias para relacionar diferentes partes discretas do texto num todo coerente. Este tipo de inferência, que se dá como decorrência do conhecimento de mundo e que é motivado pelos itens lexicais no texto é um processo inconsciente do leitor proficiente (KLEIMAN, 2011, p. 25).

A autora afirma que a exposição a diversos tipos de textos facilita a compreensão, pois muitas vezes um se relaciona com o outro, e de tanto o

leitor se deparar com textos parecidos, ele já se sente íntimo do que está aprendendo. E isso não se dá somente com a leitura, mas sobre cada coisa com a qual temos contato diariamente, pois assim aprendemos mais sobre cada assunto.

De acordo com os PCNs, um bom leitor deve ter algumas habilidades:

Formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos (1997, p. 54).

O desejo de ler e escrever não nasce com a criança, ela aprende a gostar ao longo dos anos, quando tem contato com estas habilidades, e cabe ao professor promover essa interação, pois é na escola muitas vezes que o aluno se depara com atividades em que tem que fazer uso da leitura e da escrita, pois em casa nem sempre isso acontece.

Sendo assim, é responsabilidade da escola oferecer estratégias que despertem o interesse do aluno pela leitura, visto que uma está ligada a outra, pois quando o aluno desenvolve bastante a ação de ler, conseqüentemente vai se sentir mais preparado para escrever, e o professor como mediador desse conhecimento, tem a função de possibilitar que os discentes desenvolvam uma aprendizagem significativa.

Essa aprendizagem deve ter como objetivo formar leitores que aprendem a partir dos textos que leem, ou seja, que são capazes de compreender e a partir destes, serem capazes de escreverem novos textos:

Formar leitores autônomos também significa formar leitores que sejam capazes de aprender a partir dos textos. Para isso, quem lê deve ser capaz de interrogar-se sobre sua compreensão, estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte de seu acervo pessoal, questionar seu conhecimento e modificá-lo, estabelecer generalizações que permitam transferir o que foi aprendido para outros contextos diferentes (SOLÉ, 1998, p. 72).

É importante lembrar que o trabalho com a leitura deve ser bem trabalhado na escola, principalmente nos anos iniciais, pois esse conhecimento será muito exigido dos alunos nos anos seguintes:

Há que se desenvolver o gosto pela leitura, a fim de que possamos formar um leitor para toda a vida. Tal tarefa, no entanto, requer inicialmente que a leitura seja tratada naquela perspectiva mais ampla, e também que o material seja capaz de levar o aluno a descobrir a sua capacidade libertadora e criativa. (VILLARDI, 1999, p. 11).

Para que a leitura seja prazerosa para o aluno é necessário que as atividades sejam significativas para o mesmo, pois assim ele se encanta pelo que está fazendo, e aprende a sentir gosto por isso, favorecendo a aprendizagem de outras disciplinas, tendo em vista que a interpretação de

textos é fundamental para interagir com as demais matérias, como os problemas matemáticos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos observar através das consultas bibliográficas realizadas, que o trabalho com a leitura e a escrita está deixando a desejar nas escolas públicas, pois o que encontramos são professores desestimulados, que aplicam atividades soltas, sem levar em consideração a cultura e o conhecimento prévio dos alunos. Existem ainda muitos problemas relacionados à leitura e à escrita, principalmente no que diz respeito a produção textual e a interpretação de textos, pois a leitura não está sendo vista como fundamental para o crescimento dos alunos.

É importante verificar que muitos desses problemas se deve ao fato de a leitura ser trabalhada somente nas aulas de língua portuguesa, sendo que em todas as disciplinas tem-se oportunidades para desenvolver essa capacidade, até porque ela é utilizada em todas as áreas.

Se os professores e a escola forem mais comprometidos com seu papel frente ao papel de alfabetização e letramento, que tenham como objetivo realmente realizar um trabalho para os alunos conseguirem desenvolver a leitura de forma satisfatória, poderemos ter uma visão melhor da nossa educação.

A alfabetização é a parte mais importante dos anos iniciais, e a escola tem papel fundamental em trabalhar essa questão, pois os alunos muitas vezes começam a ter contato com as letras apenas quando ingressam na vida escolar. Sendo assim, a criança deve ser incentivada não somente a ler, mas também a escrever diversos tipos de textos, pois em contato com diversos gêneros textuais, ela tem mais facilidade para desenvolver produções textuais.

Porém, o professor como mediador da aprendizagem, deve fornecer possibilidades para tornar o ambiente da sala de aula enriquecido com novas didáticas, e assim contribuir para mudar a realidade das escolas públicas. Dentre essas alternativas, propõe-se que a alfabetização seja trabalhada de uma forma diferente, com atividades lúdicas, para que o aluno seja capaz de entender o significado dos textos que estão lendo, e não apenas juntar as letras e as sílabas.

O educador deve promover aulas que visem mostrar a importância da leitura, pois muitas vezes o aluno não entende o motivo de ter que aprender tal conteúdo, por isso é importante explicar como ela se faz presente em nossa vida todo o tempo, e como temos que dominar essa área para crescermos pessoalmente e profissionalmente.

Ao trabalharmos com a importância dos textos, os discentes conhecem muito sobre o mundo ao seu redor, e além de treinar bastante a capacidade de ler, eles aprendem cada vez mais após cada texto lido, e assim vão construindo suas opiniões, e já tem condições até mesmo de fazer um texto sobre o seu aprendizado, tendo em vista uma aprendizagem significativa.

O texto salientou a questão do analfabetismo funcional, que o aluno conhece os símbolos, mas não sabe aplicar no seu cotidiano. Eles mesmos afirmam saber ler e escrever, mas não conseguem fazer uma interpretação de texto, que também é uma questão que deve ser trabalhada.

Se muitos alunos que estão hoje em dia na sala de aula não tiveram nenhum contato com a leitura através dos seus pais, é a escola juntamente com o professor que deve proporcionar esse encontro, tendo em vista que o conhecimento da leitura na sociedade em que vivemos atualmente é imprescindível para que os alunos possam se posicionar criticamente frente aos problemas do mundo.

Um ponto a ser considerado é o investimento em aulas que aproximem o educando da leitura, como por exemplo, organizando o dia da leitura, ou até mesmo o cantinho da leitura, com o objetivo de proporcionar atividades divertidas, que de início podem até não surtir efeito, mas a longo prazo com certeza trará benefícios para os alunos.

A partir do exposto, afirma-se que o profissional da educação precisa ter como finalidade formar cidadãos críticos, reflexivos e conscientes da sua própria aprendizagem, só assim a realidade das escolas públicas pode melhorar. E a escola, como parceira do professor, tem que agir em conjunto para que o seu aluno consiga se tornar um leitor competente e eficaz.

## **REFERÊNCIAS**

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

CARVALHO, Marlene. **Primeiras Letras: Alfabetização de Jovens e Adultos em espaços populares**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

CHARTIER, Roger. **Práticas de Leitura**. Tradução Cristiane Nascimento; revisão da tradução Angel Bojadsen. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

FERREIRA, Maria José Vale. **Princípios político-pedagógicos do MOVASP**. São Paulo, MOVA-SP, Caderno nº. 2, Secretaria Municipal de Educação, abril de 1990.

FUZA, Ângela Francine & MENEGASSI, Renilson José. **A escrita na sala de aula do ensino fundamental**. Relatório final de pesquisa, 2007. Disponível em: <http://www.escrita.uem.br/escrita/pdf/affuza4.pdf> Acesso em 15/09/2018.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 13ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

**Indicadores da qualidade na educação: dimensão ensino e aprendizagem da leitura e da escrita/Ação Educação, SEB/MEC (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa, 2006.**

JOSÉ, Elisabete da Assunção & COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem.** 12ª Ed. São Paulo: Ática, 2001.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor.** Campinas: Pontes, 1989.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e Leitor: aspectos cognitivos da leitura.** 14. ed. São Paulo: Pontes, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e Compreender: os sentidos do texto.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, A. A. et al. **Leitura na escola: espaço para gostar de ler.** Instituto de Ensino Superior da FUNLEC-IESF. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/\\_GT4%20PDF/LEITURA%20NA%20ESCOLA%20ESPA%C7O%20PARA%20GOSTAR%20DE%20LER.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT4%20PDF/LEITURA%20NA%20ESCOLA%20ESPA%C7O%20PARA%20GOSTAR%20DE%20LER.pdf) Acesso em 16/08/2018.

**Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

PEREIRA, Regina Celi Mendes. **Práticas de leitura e escrita na escola: construindo textos e reconstruindo sentidos.** Editora UFPB, João Pessoa, 2011.

RANGEL, Mary & MACHADO, Jane do Carmo. **O papel da leitura e da escrita na sala de aula: estratégias de ensino para dinamização dos processos de leitura e escrita.**

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/323432360\\_O\\_PAPEL\\_DA\\_LEITURA\\_E\\_DA\\_ESCRITA\\_NA\\_SALA\\_DE\\_AULA ESTRATEGIAS\\_DE\\_ENSINO\\_PARA\\_DINAMIZACAO\\_DOS\\_PROCESSOS\\_DE\\_LEITURA\\_E\\_ESCRITA](https://www.researchgate.net/publication/323432360_O_PAPEL_DA_LEITURA_E_DA_ESCRITA_NA_SALA_DE_AULA ESTRATEGIAS_DE_ENSINO_PARA_DINAMIZACAO_DOS_PROCESSOS_DE_LEITURA_E_ESCRITA) Acesso em 18/08/2018.

SOARES, M. B. **Alfabetização e treinamento.** São Paulo: Contexto, 2006.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6ª ed. Porto Alegre: Artimed, 1998.

VILLARDI, R. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya Ed. 1999.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287- 1302, set./dez. 2007. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em: 20 de setembro de 2018.

ZOBOLI, Graziela. **Práticas de ensino: Subsídios para a atividade docente**. Ática, 2000.

## **A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE JOGOS NO ENSINO DA MATEMÁTICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Costa, Fernando Campos<sup>4</sup>

### **RESUMO**

Esta pesquisa é um levantamento sobre a importância da utilização dos jogos lúdicos na sala de aula direcionados aos alunos das séries finais do Ensino Fundamental, desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica realizada através de estudos em sites, artigos científicos e livros acerca da temática. O problema desta pesquisa é descobrir de que forma a utilização de jogos em sala de aula pode contribuir para melhorar o desempenho dos alunos nos conteúdos de Matemática. Seguindo a problemática levantada, sabemos que existem pesquisas, artigos e livros revelando que: quando os professores usam em suas aulas materiais e jogos lúdicos o rendimento dos alunos em relação aos assuntos matemáticos melhoram. Portanto este trabalho vem de fato mostrar que com a utilização de jogos em sala de aula o aproveitamento dos alunos é muito satisfatório. No entanto devido a grande dificuldade mostrada pelos alunos na compreensão dos conteúdos, fez-se necessário realizar este trabalho para mostrar os professores de Matemática que existem materiais e jogos disponíveis para serem utilizados em suas aulas. O objetivo principal é descobrir quais jogos podem ser utilizados pelos professores em suas aulas de matemática e de que maneira através destes o aluno possa compreender melhor os assuntos abordados pelos educadores. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e descritiva constituída da análise e estudos de artigos científicos e livros que abordam o tema proposto. Durante o desenvolvimento procurou-se o aporte teórico dos autores: José Carlos Libâneo, Odenise Maria Bezerra, Ubiratan D' Ambrósio e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O uso do lúdico nas aulas de Matemática torna a sala de aula um ambiente mais agradável, prazeroso e desafiador, diferente da mesmice do dia a dia. Estas atividades além de aperfeiçoar a prática pedagógica, farão com que o professor perceba a necessidade de atrair os estudantes valendo-se dos jogos Matemáticos. Portanto apresentaremos três jogos envolvendo conteúdos de Matemática, possíveis de serem trabalhados em sala de aula com os alunos do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental. Vale destacar que os jogos aqui apresentados são adaptados de jogos tradicionais, e estes, podem ser adequados a outras disciplinas bastando que o professor faça a adequação dos conteúdos a serem trabalhados.

---

<sup>4</sup> Graduado em Licenciatura de Matemática pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Trabalha na Empresa Banco do Brasil S.A em Chapadinha-MA. E-mail: Fernando\_camposjogador@hotmail.com

**PALAVRAS – CHAVE:** Jogos. Atividades Lúdicas. Ensino de Matemática. Ensino Fundamental.

## **INTRODUÇÃO**

A Matemática assim como outras disciplinas foi desenvolvida a partir da necessidade encontrada pelo homem para resolver seus problemas no dia a dia. Logo não dá para entender o motivo pelo qual a Matemática seja tão rejeitada por muitos alunos, como se a mesma não fizesse parte do seu cotidiano. Para aumentar a qualidade no ensino da Matemática é necessário usar novos métodos de Ensino, ensinar e aprender de forma lúdica talvez resgate a capacidade e o interesse de nossos alunos e trazendo a realidade deles para construir um trabalho em sala de aula, com certeza trará resultados positivos.

O ensino aprendizagem em todas as áreas é muito complexo quando não há métodos adequados para um bom entendimento e desenvolvimentos dos conteúdos. Como todas as disciplinas o ensino da Matemática tem suas particularidades, e há um diferencial que não atrai muito o interesse de muitos alunos, é possível perceber em sua estrutura a abstração, precisão, etc., que por sua vez, faz com que esse grande desinteresse pela disciplina apareça, existem problemas em que alunos e professores tem dificuldades em ensinar/aprender/entender. Portanto Procurar metodologias diferentes, mudar o contexto, sair da mesmice, alterar a rotina, seja uma solução para resolver esse problema que de fato inibi o interesse dos alunos.

Os alunos precisam de inovações em métodos de ensino, que despertam neles as suas capacidades de raciocínio, observação, autocrítica, etc., precisam ser levados para o caminho que muitos perderam: a vontade de estudar, o interesse em aprender.

A Matemática tem como um de seus objetivos promover uma educação que propõem ao discente ter contado com desafios que despertem a curiosidade em desenvolver soluções com responsabilidades, compromisso e seriedade, e descobrindo a capacidade de promover suas próprias conclusões. Desenvolvendo assim, seu raciocínio lógico, senso crítico, observação criatividade, interação, dentre outras habilidades.

A realização deste trabalho visa apresentar a importância da utilização dos jogos no processo de ensino aprendizagem, como ferramenta indispensável no auxílio ao professor neste contexto de inserção de novos métodos de aprendizagem. Nesta proposta abordaremos o aspecto lúdico apresentando três tipos de jogos que devem ser usados em sala de aula com os alunos do 6º, 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental, deixando claros os objetivos, a construção e desenvolvimento de cada jogo com suas respectivas regras. Aprender a ensinar brincando, foi o que impulsionou o desenvolvimento desta pesquisa, acreditando assim que expor conteúdos de Matemática de forma descontextualizada e desconectada da realidade dos alunos, como se



faz tradicionalmente, não faz tanto efeito positivo, e além do mais é desestimulante e nada prazeroso. Logo o objetivo geral é estudar, analisar e realizar um levantamento de alguns jogos pedagógicos que podem ser usados em aulas de Matemática das series finais do ensino fundamental. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e descritiva constituída da análise e estudos de artigos científicos e livros que tratam da temática. Portanto procurou-se alcançar neste trabalho de forma sucinta contribuir com o desenvolvimento social e intelectual do aluno, destacar a importância dos jogos para ensino aprendizagem e estimular o trabalho e convívio em equipe.

### **A IMPORTÂNCIA DE UTILIZAR ABORDAGENS LÚDICAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA**

Mediante a falta de interesses da maioria dos alunos nas aulas de Matemática que muitos pesquisadores encontraram na ludicidade uma forma de aproximar o aluno desse mundo que eles julgam ser tão diferente e difícil, levantando questionamentos sobre a utilização de novos métodos como pratica pedagógica e possivelmente uma certeza de uma aprendizagem mais significativa para esses discentes.

Analisando o trabalho da Matemática nas series finais do Ensino Fundamental, a ideia principal é promover um ambiente agradável, favorável e organizado, pois, não é possível abandonar assuntos já planejados e que podem fazer enorme falta no Ensino Médio, por isso, é necessário inovar criar novos métodos e abordagens lúdicas, que ofereçam ao mesmo tempo conteúdos que deem prazer aos alunos e possam favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos mesmos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

A Matemática pode dar sua contribuição á formação do cidadão ao desenvolver metodologias que enfatizem a construção de estratégias, a comprovação e Justificativa de resultados, a criatividade, a iniciativa pessoal, o trabalho coletivo e a autonomia advinda da confiança na própria capacidade para enfrentar desafios. (PCNs, 1998)

Camila Nicola Boeri em uma pesquisa – Abordagens em Educação Matemática “Avaliação no Ensino de Matemática”, comenta que a educação formal tem sido tradicionalmente baseada na simples transmissão de explicações e teorias, no ensino pratico com exercícios repetitivos. O grande desafio que se encontra na educação é justamente sermos capazes de interpretar/entender as capacidades de cada aluno.

As necessidades do nosso cotidiano faz com que os alunos desenvolvam uma inteligência essencialmente prática, que permite conhecer problemas, buscar e selecionar informações, tomar decisões e, portanto, desenvolver uma ampla capacidade para lidar com a atividade matemática. Quando essa capacidade é potencializada pela escola, a aprendizagem apresenta melhor

resultado. (PCN- vol. 3 - Matemática - O aluno e o saber matemático, p.29).

O jogo Lúdico é mais um mecanismo que dispomos para o ensino aprendizagem da Matemática. Conforme os PCN's (1998):

...conhecer diversas possibilidades de trabalho em sala de aula é essencial para que o educador construa sua prática docente. Dentre elas, destacam-se a História da Matemática, as tecnologias da comunicação e os jogos como recursos que podem e devem fornecer os contextos dos problemas, como também os instrumentos para a construção das estratégias de resolução de problemas.

A Matemática está inserida em nosso cotidiano, então porque não trazer para dentro de sala de aula a realidade do aluno? Seria uma motivação para eles poder trabalhar com a Matemática de maneira real. A ideia de o educador propor em sala de aula um ambiente que se aproxime ao máximo da realidade vivida pelos alunos é saber que o importante é resgatar o interesse dos discentes nas aulas de Matemática.

"as atividades lúdicas são inerentes ao ser humano, se observarmos nossas atividades diárias, identificaremos várias atividades lúdicas sendo realizadas".

Os PCNs (2000) Parâmetros Curriculares Nacionais apontam os jogos como um caminho a ser seguido para o desenvolvimento do ensino da Matemática. E ainda nos mostra vários objetivos que têm como finalidade, levar o aluno a: identificar os conhecimentos Matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo a sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual característico da matemática (PCNs, 2000, p.51).

Os PCNs (2000) destacam ainda que a Matemática tem como um de seus objetivos formar cidadãos, ou seja, preparar para o mundo do trabalho estabelecer entre os indivíduos uma relação social. A educação matemática deve atender aos anseios do ensino fundamental nos Parâmetros Curriculares Nacionais: adotar a linguagem matemática como mecanismo para produzir, expressar e comunicar suas ideias e saber usar diferentes recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimento.

Neste contexto o educador de Matemática é considerado o elo principal de ligação entre ensino aprendizagem e aluno. No entanto ele precisa realizar pesquisa tanto relacionadas ao conteúdo como também em relação às metodologias a serem utilizadas para a transmissão de tais conteúdos. O professor deve ter a preocupação em conhecer a realidade vivida por seus alunos, explorando seus interesses, necessidades e expectativas em relação ao ensino, a instituição escolar e a vida.

Na proposta da resolução de problemas, a inserção de jogos como estratégia de ensino-aprendizagem na sala de aula é um importantíssimo recurso pedagógico que apresenta excelentes resultados, pois revela

situações que permitem ao discente desenvolver métodos de resoluções de problemas, explora a sua criatividade num ambiente desafiador e ao mesmo tempo gerador de motivação e prazer.

Grando (2000) revela que o jogo desperta o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas no momento em que possibilita à investigação no tocante a exploração do conceito através da estrutura matemática vizinha ao jogo e que pode ser vivenciada pelo aluno no momento em que ele está jogando, revelando assim estratégias e testando-as com o objetivo de vencer o jogo.

O uso de materiais e jogos deve ser aplicado em sala de aula não somente durante o Ensino Fundamental I, II ou no Ensino Médio, mas ainda na pré-escola, pois segundo Piaget "A Matemática é", antes de tudo, um modo de pensar. Quanto mais cedo esse modo pensar de raciocinar for trabalhado com as crianças, mais significativa será a aprendizagem dessa disciplina, principalmente se esta for trabalhada partindo de jogos e brincadeiras.

É essencial que o educador não esqueça que só com a introdução de materiais e jogos não garantem por si só uma aprendizagem eficaz e significativa. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), (1998, p.46):

Os jogos constituem uma maneira interessante de propor problemas, pois permitem que estes sejam apresentados de modo atrativo e favorecem a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca de soluções, além de possibilitar a construção de uma atitude positiva diante dos erros, uma vez que as situações sucedem-se rapidamente e podem ser corrigidas de forma natural, no decorrer da ação, sem deixar marcas negativas.

Segundo Alves (2001), a importância da Matemática de um modo geral é indiscutível, no entanto, a qualidade do ensino dessa área de conhecimento se encontra em um nível muito baixo. Portanto, podem-se utilizar os jogos como um método facilitador de aprendizagem, ou seja, usa-los como uma ferramenta de trabalho.

Notamos que, para o ensino da matemática, que se apresenta como uma das áreas mais caóticas em termos da compreensão dos conceitos nela envolvidos, pelos alunos, o elemento jogo se apresenta com forma específica e características próprias, propícias a dar compreensão para muitas das estruturas matemáticas existentes e de difícil assimilação (GRANDO, 1995 P.22).

No intuito de trazer o lúdico para dentro da sala de aula, os jogos nos últimos anos veem ganhando cada vez mais seu espaço, no entanto é preciso que os educadores estejam bem preparados e capacitados para trazer aos seus alunos jogos que estimulem e despertem o interesse dos alunos.

No pensamento de Smole, Diniz e Milani (2007), a utilização dos jogos em sala de aula é um dos recursos que favorece o desenvolvimento da

linguagem, diversos processos de raciocínio e de interação entre os colegas, uma vez que durante um jogo, cada participante tem a possibilidade de observar o trabalho de todos os demais, defender pontos de vista e aprender a ser crítico e o mais importante aprender a conviver com regras. Borin (1998) ratifica a visão dos autores acima, afirmando que dentro da situação de um jogo, é impossível ter uma atitude passiva, pois a motivação é grande e percebe-se, no entanto que estes alunos falam de matemática apresenta uma melhora no seu desempenho e demonstram uma atitude mais positiva frente aos processos de aprendizagem. Portanto a introdução dos jogos nas aulas de matemática é a possibilidade de diminuir as dificuldades encontradas por muitos alunos que temem a Matemática e sentem-se incapacitados em aprendê-la.

Outro fator importante com a inserção dos jogos é que surge uma oportunidade de socialização entre os alunos, uma busca cada vez mais de cooperação mútua, incentiva o trabalho em equipe fortalecendo assim a busca incansável pelas resoluções dos problemas propostos pelo professor. E neste contexto o papel do educador é muito importante, pois, ele precisa fazer um bom planejamento e escolher um jogo que desperte no aluno o interesse em buscar o resultado, ele precisa ser interessante e desafiador.

Portanto o professor, ao preparar suas aulas com abordagens de jogos ele precisa escolher técnicas para uma exploração de todo o potencial do jogo; também deve analisar quais metodologias deverão ser utilizadas levando em consideração o tipo de resultado que ele pretende alcançar de seus alunos.

### **PRINCIPAIS AUTORES QUE FALAM DA IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DOS JOGOS EM SALA DE AULA**

Os PCNs (2000) Parâmetros Curriculares nacionais mostram que os jogos devem ser um caminho a ser seguido para o desenvolvimento no ensino de Matemática. E ainda vários objetivos que tem como finalidade, levar o aluno a "Identificar os conhecimentos matemáticos como forma compreender e transformar o mundo a sua volta e reconhecer o caráter do jogo intelectual característico da Matemática".

Alves (2006) nos cita alguns autores que defendem a utilização de jogos na educação. Dentre eles estão: Piaget, Vygotsky, Callois, Kamil e DeVries. No decorrer dos séculos tivemos vários filósofos e pensadores que expressavam e defendiam suas ideias com relação à importância do lúdico. Vejamos o que alguns filósofos e pensadores disseram a respeito da importância dos jogos para o ensino aprendizagem.

**Platão (427 -348)** afirmava que os primeiros anos da criança deveriam ser ocupados com jogos educativos, praticados em comum pelos dois sexos, sob vigilância e em jardins da infância. Platão criou também uma prática lúdica. Ele aplicava exercícios de cálculos ligados a problemas concretos da vida e dos negócios.

**Jean Piaget:** Piaget acredita que os jogos não são somente forma de distração para a criança, mas sim mecanismos que enriquecem o desenvolvimento intelectual. Para Piaget, quando a criança brinca, ela assimila o mundo a sua volta, sem que perceba correspondência com a realidade, pois sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui. Piaget acrescenta ainda que o trabalho com a Matemática em sala de aula representa um desafio para o professor na medida em que exige que ele conduza de forma significativa e que consiga estimular o aluno.

**Vygotsky:** os jogos e brincadeiras têm funções efetivas no desenvolvimento da criança. Seguindo a ideia de que o aprendizado se dá por interações, o jogo lúdico e o jogo de papéis, como brincar de “mamãe e filhinha” permite que haja uma atuação na zona de desenvolvimento proximal do indivíduo, ou seja, criam-se condições para que determinados conhecimentos ou valores sejam consolidados ao exercitar no planejamento imaginativo capacidades de ilustrar situações, seguir regras de conduta de sua cultura e etc.

**Maria Montessori:** Remonta as necessidades dos jogos educativos de Froebel para a educação de cada um dos sentidos. “os jogos sensoriais”.

**Froebel (1782 – 1852):** estabelece que a pedagogia deva considerar a criança como atividade criadora e despertar, mediante estímulos, suas faculdades próprias, para criação produtiva. Foi com as contribuições pedagógicas de Froebel que os métodos lúdicos na Educação se fortaleceram.

**Dewey (1859 – 1952):** para este Filósofo o jogo faz o ambiente natural da criança e as referências abstratas não correspondem ao interesse da criança. “O jogo é tão importante na vida da criança como o trabalho na vida do adulto”.

**Pestalozzi (1746-1827):** Foi um dos pioneiros juntamente com Froebel a inserir no campo da educação a prática do lúdico fazendo com que a criança entre no universo escolar através dos jogos e brincadeiras. Ele defende que o jogo é um fator decisivo que enriquece a responsabilidade e fortifica as normas de cooperação.

**Georges Snyders: (1917-2011):** Caracteriza o jogo como uma atividade séria que exige esforço, porém sem perder o prazer de brincar.

**Paulo Freire (1921-1997):** considera o conceito do trabalho – jogo e segue o pensamento de Makarenko e Snyder, tendo como princípio que apesar de penoso ou trabalhoso que o aprendizado possa parecer deve-se ter prazer e alegria em fazê-lo.

A proposta de um jogo em sala de aula é muito importante para o desenvolvimento intelectual e social de uma criança, pois, possuem uma grande capacidade de raciocinar e colocar em prática toda sua habilidade de resolver situações – problemas, caracterizando objetos e buscando uma

maneira de resolução baseadas em elucidações próprias. Portanto trabalhar os jogos de forma lúdica nos conteúdos de Matemática favorece e desperta o interesse dos alunos.

### **JOGOS QUE PODEM SER UTILIZADOS EM SALA DE AULA**

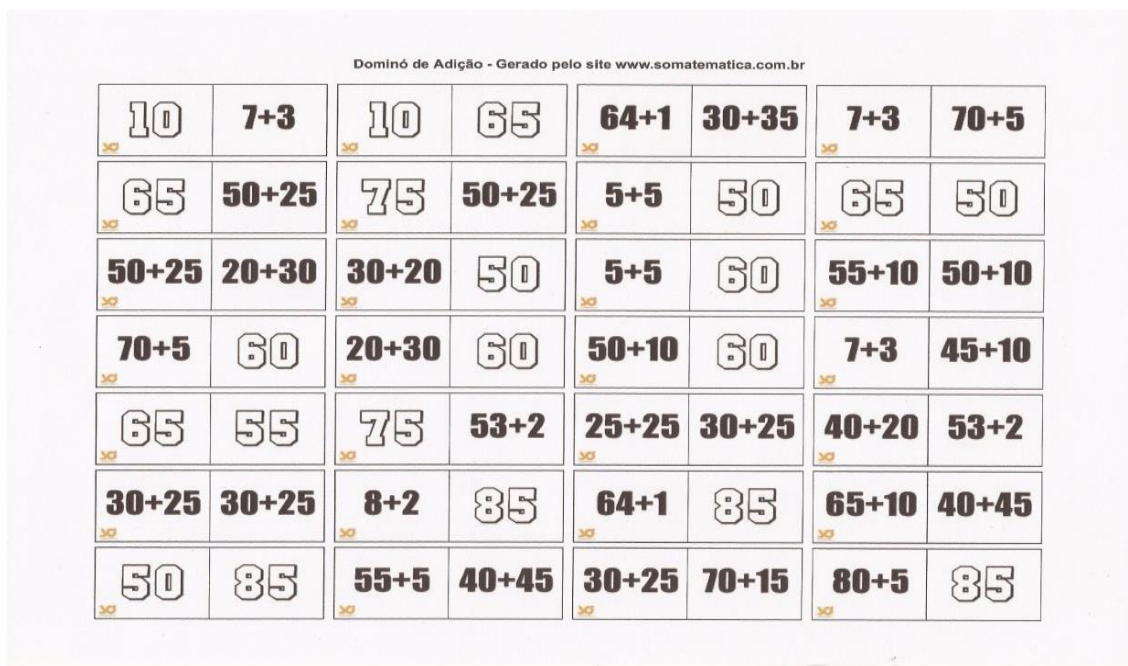
O primeiro jogo que apresentaremos é o **Dominó de Adição** (ilustração 1) este é um jogo que o professor não terá trabalho algum na sua confecção, pois, o mesmo está disponível para download no site: [www.somatemática.com](http://www.somatemática.com). O educador só precisa imprimir o jogo no site e recortar as 28 peças. O dominó tradicional é constituído de 28 peças, logo utilizaremos também 28 somas de números naturais, onde em uma parte do domino estará uma soma de dois números naturais e na outra metade conterá um número natural.

Os objetivos deste jogo são: desenvolver a habilidade do cálculo mental, realizar um exercício de memória e raciocínio lógico, auxiliarem os alunos que tenham dificuldade em aprender a tabuada da operação adição assim como as demais, aprender a conviver com a existência de regras e desenvolver seu relacionamento em equipe.

Este jogo é indicado para alunos do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, no entanto cabe ao professor perceber em cada uma de suas turmas, o momento mais adequado para propor a realização deste jogo em sala de aula.

Como regras para o jogo, propomos a participação de quatro participantes, que as peças sejam bem misturadas e que cada jogador retire sete peças a sua escolha sem que os outros jogadores as vejam, os participantes podem decidir entre si quem começará o jogo.

Após o início do jogo cada aluno deverá colocar uma peça sobre a mesa e o jogador seguinte deverá fazer a combinação da operação com o resultado correspondente sem fazer qualquer tipo de justaposição das peças. Caso o jogador não tenha a peça correspondente passará a vez. Ganha quem colocar todas as suas peças sobre a mesa.



**Ilustração 1: Foto do Dominó de Adição**

O segundo jogo que apresentaremos neste trabalho é o chamado **Plano Cartesiano dos Times de Futebol**. Este jogo tem como objetivos: desenvolver habilidades de percepção em relação ao plano cartesiano de acordo com os pares ordenados dos pontos indicados e exercitar a localização espacial, promover a aprendizagem brincando, instigar o aluno a analisar e interpretar os pontos cartesianos, induzir o aluno a lidar com situações de desafios e estabelecer limites entre o ganhar e perder.

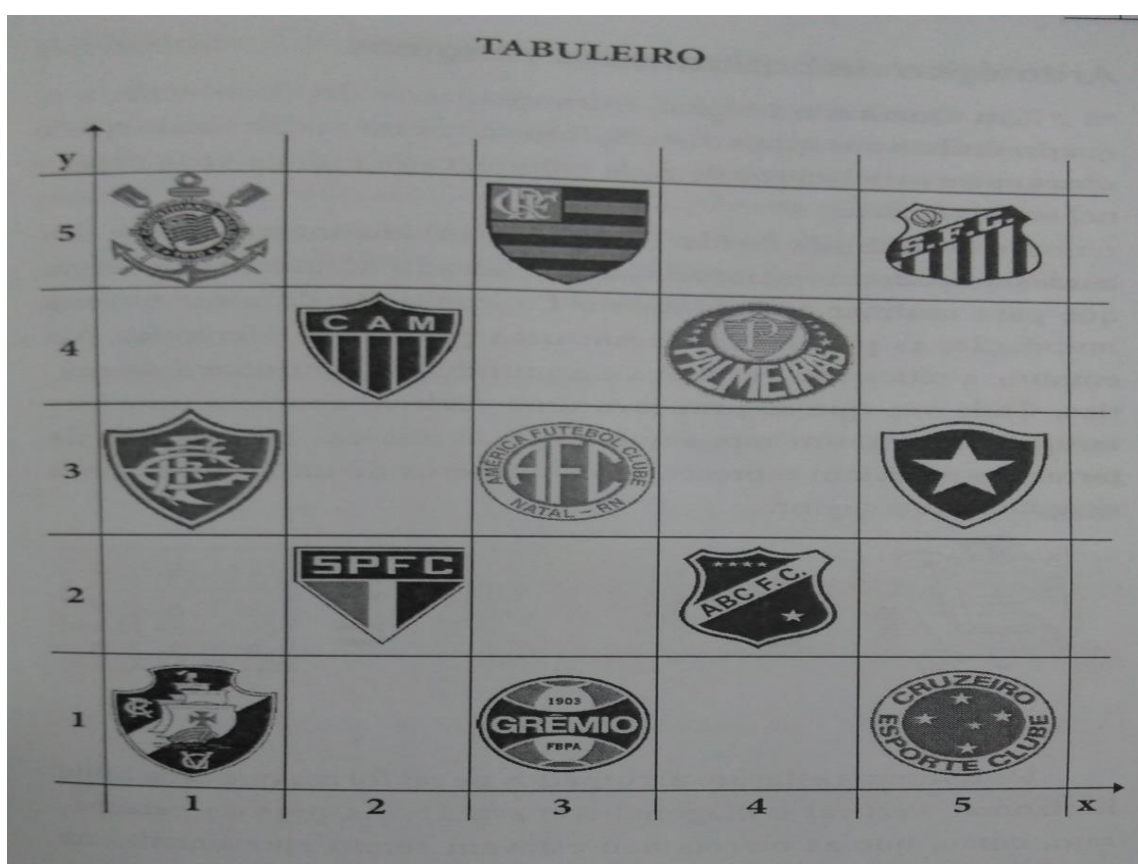
Este jogo é indicado para alunos do 9º ano do ensino fundamental. Todavia, cabe ao professor perceber em cada uma de suas turmas, o momento mais adequado para fazer a realização desta atividade em sala de aula.

Para confeccionar o jogo é necessário apenas uma cartolina e um pincel para desenhar o tabuleiro (conforme ilustração 2). Como regras para este jogo propõem-se ao professor que divida a turma em equipes de no máximo quatro participantes para que assim cada integrante possa se divertir a vontade brincando de aprender os pares ordenados formados pelos times de futebol.

O professor distribuirá cinco perguntas para cada equipe sendo que as quatro primeiras valem dois pontos cada e a quinta é um desafio valendo dois pontos para a equipe que conseguir acertar. Totalizando assim os dez pontos, a equipe que responder primeiro de forma correta as cinco questões será a vencedora. As perguntas que poderão ser elaboradas pelo professor são as seguintes:

1. Qual o par ordenado que se encontra o escudo do time do palmeiras?
2. Qual o par ordenado que se encontra o escudo time do Flamengo?

3. Qual o par ordenado que se encontra o escudo do time do Corinthians?
4. Gostaria que o escudo do time do grêmio ficasse entre os escudos do América e do Botafogo qual seria o par ordenado?
5. Qual time forma o par ordenado (5,3)?
6. Se o escudo do Vaco fosse para os espaços vazios da ordenada 5, quais seriam os pares ordenados que ele iria ocupar?
7. Qual o escudo do time que se encontra no par ordenado (3,1)?
8. Escreva todos os pares ordenados dos times que estão localizados na linha em que se encontra o escudo do Santos?
9. (questão desafio) para quais pares ordenados (espaços vazios) o escudo do Fluminense deverá ir para ficar vizinho ao escudo do Atlético Mineiro?



**Ilustração 2: Foto do Jogo Plano Cartesiano dos Times de Futebol**

O terceiro jogo que abordaremos são as **Palavras Cruzadas – Divisibilidade** (ilustração 3); por estar presente em revistas e principalmente na publicação em jornais as palavras cruzadas são bastante conhecidas no cotidiano das pessoas, por esse motivo procurou-se estabelecer uma maneira prática de se aprender a divisibilidade utilizando o recurso das palavras cruzadas.



Os objetivos deste jogo são: ajudar o aluno a memorizar as regras e os critérios de divisibilidade, desenvolver habilidades cognitivas e intelectuais dos alunos, explorar o conhecimento dos alunos em relação aos critérios de divisibilidade e proporcionar a atividade em equipe.

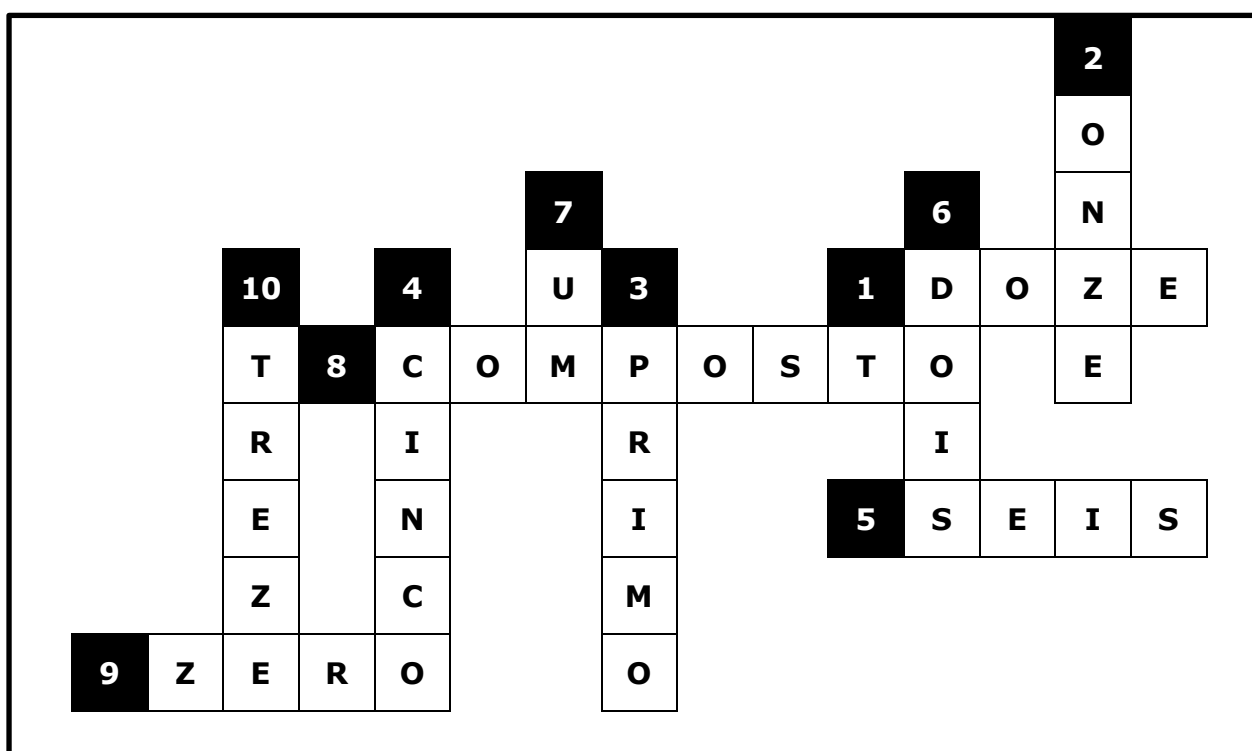
Este jogo é indicado para alunos do 6º, 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental. Contudo, cabe ao educador perceber em cada uma de suas turmas, o momento mais adequado para fazer a realização desta atividade em sala de aula.

Para confeccionar o jogo será necessário de: cartolina, folha em branco, régua, cola e um pincel, o professor desenha o modelo de palavra cruzada no quadro e pede para que as equipes transcreva-a para a folha de papel e depois cole na cartolina. Fica a critério do professor a quantidade de alunos em cada equipe aconselha-se, no entanto que os grupos nem contenham muitos integrantes, pois assim dificulta a aprendizagem de todos os envolvidos.

O professor distribuirá as dez perguntas para cada equipe preencher os quadradinhos destinados a compor as palavras cruzadas (conforme ilustração 3), o grupo que completar de forma correta todos os quadradinhos da palavra cruzada primeiro será o vencedor.

Apresentaremos abaixo as dicas de perguntas que podem ser utilizadas pelo professor no preenchimento da cruzada:

1. O terceiro múltiplo de seis.
2. O primeiro número primo formado por dois algarismos.
3. Como é chamado o número que possui apenas dois divisores
4. Para o número ser divisível por cinco deve terminar em zero ou...
5. A quantidade de divisores do número doze.
6. Único número primo que é par.
7. Único número que nem é primo nem composto.
8. Como é chamado o número que tem mais de dois divisores.
9. Para o número ser divisível por dez, precisa terminar com qual algarismo?
10. Primeiro número primo formado por dois algarismos diferentes.



**Ilustração 3: Jogo Palavras Cruzadas - Divisibilidade**

Os jogos apresentados neste trabalho encontram-se no livro: Matemática em atividades, jogos e desafios dos escritores Odenise Maria Bezerra, Elaine Souza de Macedo e Iran Abreu Mendes.

**ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS**

O Trabalho com jogos matemáticos mostra-se nos dias atuais bastante eficazes, pois permitem aos alunos realizar o contato direto com os materiais envolvidos e exploram a capacidade intelectual de cada participante no decorrer dos jogos.

Os resultados obtidos mostram que é possível introduzir os jogos Pedagógicos nas aulas de matemática nos anos final do ensino fundamental como recurso importante no ensino-aprendizagem. Ressaltando ainda o trabalho em equipe que pode ser explorado pelo professor no momento de realizar as atividades.

Durante toda esta pesquisa procuramos encontrar materiais e jogos que pudessem ser utilizados em sala de aula, e depois de inúmeras buscas em artigos científicos, sites, revistas e livros, apresentamos aqui três tipos de jogos que podem ser explorados pelo professor em sala de aula, pois mostraram ser bastante eficaz para os alunos na compreensão dos conteúdos matemáticos e, além disso, desenvolvem nestes a capacidade de raciocínio lógico e a integração dos mesmos no convívio social.

Portanto, podemos inferir que com a utilização destes jogos em sala de aula a rejeição outrora mencionada no início deste trabalho pela disciplina de matemática irá reduzir significativamente.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estamos vivendo uma época de grandes mudanças no campo da educação, onde o que se busca alcançar são resultados diferentes. E no ensino da Matemática não é diferente, é necessário que se faça mudanças na maneira de ensinar esta disciplina não cabe mais nos dias atuais ficando expondo conteúdos de forma mecânica e descontextualiza causando na maioria dos alunos uma rejeição cada vez maior por esta disciplina. Essas transformações além propiciar modificações na educação, e por que não dizer na sociedade, em que o avanço de novos métodos, recursos tecnológicos, dentre outros estão em ritmo acelerado.

Portanto ter em mente um trabalho para ser desenvolvido dentro do âmbito escolar, lançando mão de métodos lúdicos de aprendizado na avaliação, bem como abordagens de conteúdos de matemática de maneira diferente, quando iniciado desde a alfabetização até a conclusão do ensino fundamental é essencial no processo de ensino aprendizagem. Logo nossa hipótese levantada no inicio deste trabalho é verdadeira, pois nos revelam que quando os educadores utilizam dos jogos em suas aulas o rendimento dos alunos melhoram bastante.

Ao concluir este trabalho que teve como problema apresentar alguns Jogos Matemáticos que devem ser utilizados em sala de aula pelo professor para facilitar o processo de ensino-aprendizagem nosso objetivo principal foi alcançado, pois exploramos aqui três tipos de jogos que podem ser usados pelos professores em suas aulas de matemática e destacamos também vários fatores relevantes, como as técnicas e os métodos adequados na condução de cada jogo. Pois aprender matemática, bem como ensinar é uma tarefa árdua, para o professor é um desafio enorme, pois além de ter que estudar para aprender os conteúdos terá que transmiti-los aos seus alunos, também precisa saber qual a melhor maneira em aborda-los, e ai que entram as novas tendências, novos métodos, recursos inovadores, onde professor e aluno possam se entender, ou seja, a partir do momento que o professor passa a utilizar esses novos métodos em sala de aula surge um novo caminho aparecerão espaços para o aluno pensar e buscar soluções para os problemas de educação matemática, tornando assim alternativas interessantes em buscas de inovações em sala de aula no ensino – aprendizagem da Matemática.

Através deste trabalho foi possível compreender a importância da utilização dos jogos no processo educativo, como ferramenta de integração, de sociabilidade, de despertar o lúdico no aluno, enfocando na sua necessidade de entender os conteúdos matemáticos. Esclarecemos ainda que os jogos

devem utilizados como instrumentos de apoio ao ensino e que este tipo de prática pedagógica conduza o discente á exploração de sua criatividade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. **A ludicidade e o Ensino de Matemática**: Uma prática possível/ Coleção Papyrus Educação. – Campinas, SP: 2001.

BENIGNO, Barreto Filho. **Matemática Aula por Aula**. São Paulo, FTD, 2003.

BEZERRA, Odenise Maria. **Matemática em atividades, jogos e desafios**: para os anos finais do ensino fundamental - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013.

BORIN, J. **Jogos e resolução de problemas**: uma estratégia para as aulas de matemática. 5. Ed. São Paulo: CAEM/IME-USP, 2004, 100P.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental**. Matemática secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

GIOVANNI, José Ruy, **A Conquista da Matemática**. São Paulo, FTD, 2002.

<http://www.brasilescola.com/matematica/plano-cartesiano.htm>. Acesso em: 15 setembro de 2018.

<http://www.jogos.antigos.nom.br/domino.asp>. Acesso em: 10 agosto de 2018.

<http://www.mathema.com.br/>. Acesso em: 05 setembro de 2018.

<http://www.somatematica.com.br/jogos.php>. Acesso em: 08 setembro 2018.

IEZZI, Gelson. **Fundamentos de Matemática Elementar**. São Paulo, Atual Editora, 1977.

PAIVA, Manoel, **Matemática Paiva**. São Paulo, Moderna, 2009.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

SMOLE, K.S.; DINIZ, M.I.; MILANI, E. Jogos de Matemática do 6º ao 9º ano. Cadernos do Mathema. Porto Alegre: Artmed 2007.

SOUZA, Joamir Roberto de **Novo Olhar Matemática**. São Paulo, FTD, 2010.

Zaslavsky, Claudia. **Mais jogos e atividades matemáticas do mundo inteiro**: diversão multicultural a partir de 9 anos. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

## A IGREJA CATÓLICA NO PERÍODO MEDIEVAL

Mota, Francinaldo Eugenio Barros da<sup>5</sup>  
Queiroz, Liliana Martino Bertola de<sup>6</sup>

### RESUMO

Trata-se de um estudo de natureza reflexiva datado do período (medieval) por meio da revisão bibliográfica de obras relacionadas a Igreja Católica, buscando uma fundamentação que desconstruísse a concepção de que não houve avanços na sociedade medieval. Desta feita, o assunto em questão tem como objetivo encontrar no campo da história da Igreja Católica, uma fundamentação que desconstrua a concepção de que não houve avanços em diferentes áreas da sociedade - Porém, a intenção foi a de trazer esclarecimentos quanto a doutrina da referida igreja e sua influência na sociedade medieval entendendo-as como afirmações equivocadas de que esse tempo foi considerado de "trevas", não havendo um avanço expressivo na história da humanidade. Contudo, verificou-se que apesar dos entraves detectados houve melhorias sociais. Portanto, espera-se que esse estudo venha abrir um espaço de discussão ao tema abordado, e que este sirva de fundamentação para outros trabalhos congêneres.

**PALAVRAS – CHAVE:** Idade Média. Igreja Católica Romana. Cultura Religiosa Medieval.

### INTRODUÇÃO

Ao perpassar ao passado da história da igreja católica verifica-se que pouco há de novo debaixo do sol, principalmente, quanto ao surgimento de equívocos doutrinários a serem referendados pela própria Escritura Sagrada. Por conta disso surgiu a necessidade de examinar de forma sucinta, os ensinamentos doutrinários da igreja romana, considerado um tanto ortodoxo a doutrina apostólica, buscando dar destaque ao poder hegemônico consolidado pela própria Igreja de Romana no período medieval.

Desta feita, o assunto em questão tem como objetivo encontrar no campo da história da Igreja Católica, uma fundamentação que desconstrua a

---

<sup>5</sup>Mestrado em Teologia – livre (FAETEO/MG-2017); Licenciatura em Pedagogia (FBN/AM-2016); Pós-Graduado em Direito Educacional (FBN-2015); Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior (FATIN/PE-2017); professor de Ensino Superior da Faculdade Executive de Educação e Teologia do Amazonas. E-mail: franciscnaldobarros@oi.com.br

<sup>6</sup> Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Coordenadora do Curso de Pedagogia da UNIPAC. Assessora Pedagógica da Editora Moderna. Professora-orientadora de TCC do Instituto Souza de Uberlândia (MG).

concepção de que não houve avanços em diferentes áreas da sociedade. Nesse sentido, torna-se relevante esse estudo por trazer a tona uma reflexão, mesmo que de forma breve sobre o objeto de investigação, com a intenção de trazer esclarecimentos quanto a doutrina da igreja católica no período medieval e sua influência na sociedade da época.

Para tanto, foi feita revisão bibliográfica de obras relacionadas ao tema proposto, com a ideia de relacionar o período medieval, como as ações da Igreja Católica, observando em especial, sua tradição de ensino e dogmas influenciadores de cultura.

Procurou-se, portanto, fundamentar o contexto do período medieval no contexto histórico cultural e exegético dos fatos conhecido diante do desenvolvimento doutrinário e histórico-social da referida Igreja, com suas influências em reinos e governos que causaram impacto na cultural, na arquitetura, na moda, no trabalho e em vários outros vieses que não somente os religiosos.

Assim sendo, apresenta-se inicialmente um panorama histórico-cultural do cristianismo e a igreja católica, examinado a forma como a igreja romana atuava nesse período e sua influência nos diversos segmentos sociais (servos da gleba, os cavaleiros medievais), e também como transcorria a vida cotidiana direcionada pelos seus ensinamentos até o estabelecimento das cruzadas religiosas. Para em seguida compreender, inclusive o estilo de vestimentas (moda) diante das exigências feitas pela própria igreja aos fieis, especialmente, as mulheres. Além de verificar o estilo arquitetônico das moradias (castelos), destacando-se ao final um espaço para o período da inquisição imposto pela igreja católica aos fieis.

Por tanto, espera-se que esse estudo venha a mostrar um quadro reflexivo e de discussão ao tema abordado e que sirva de fundamentação para outros trabalhos congêneres.

### **A IGREJA CATÓLICA SURTIU DURANTE O IMPÉRIO ROMANO**

Em uma breve palavra sobre a origem e formação do Império Romano, podemos afirmar que sua existência tratou-se de um tempo glorioso e ao mesmo tempo sofrendo seus períodos de declínio e disputas internas de poder, principalmente envolvendo questões do comando maior, o religioso sempre desta cose como fator de importância em grandes decisões das mais variadas possíveis, desde o início e posteriormente nos séculos de sobrevivência até sua queda, no ocidente em 476 quando Rômulo Augusto foi forçado a abdicar ao chefe militar germânico Odoacro - O Império Romano do Oriente ou Império Bizantino, em 1453 terminou com a morte de Constantino XI e da tomada de Constantinopla pelos turcos.

Império



Fonte:  
Romano -

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Idade\\_M%C3%A9dia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Idade_M%C3%A9dia)

Indiscutivelmente um dos maiores ou os maiores impérios da história da humanidade, Império Romano - foi um Estado que se desenvolveu a partir da península Itálica, durante o período pós-republicano da antiga civilização romana, caracterizado por uma forma autocrática de governo e de grandes propriedades territoriais na Europa e em torno do Mediterrâneo.

Seu início e duração, em um período de mais de quinhentos anos de idade da República Romana que o precedeu, foram enfraquecidos e subvertidos por várias guerras civis. Muitas datas são comumente propostas para marcar a transição da república ao império, incluindo a data da indicação de Júlio César como ditador perpétuo (44 a.C.), a vitória de seu herdeiro Otaviano na Batalha de Áccio (2 de setembro de 31 a.C.), ou a data em que o senado romano outorgou a Otaviano o título honorífico Augusto (16 de janeiro de 27 a.C.). Assim, Império Romano tornou-se a designação utilizada, por convenção, para referir ao Estado romano nos séculos que se seguiram à reorganização política efetuada pelo primeiro imperador, César Augusto. Embora Roma possuísse colônias e províncias antes desta data, o Estado pré-Augusto é conhecido como República Romana.

A expansão Romana começou na época da república, mas o império alcançou sua maior extensão sob o imperador Trajano - Por causa da vasta extensão do império e sua longa duração, as instituições e a cultura de Roma tiveram uma profunda e duradoura influência sobre o desenvolvimento dos idiomas, religião, arquitetura, filosofia, direito e formas de governo nos território governado, particularmente a Europa e, por meio do expansionismo europeu, em todo o mundo moderno, é nesse contexto histórico que surge a Igreja Católica que sobrevive até os nossos dias atuais.

### **Origem: Surgimento da Igreja Católica**

O histórico do surgimento da Igreja Católica se deu como explanado acima no período de domínio do Império Romano sobre vários povos e os quais vieram a se tornarem província romana, isso ocorreu com a nação Judaica o povo Israel - o povo de Israel recebera a promessa da vinda do redentor



da nação, nas palavras dos profetas desta nação: O Messias, palavra hebraica que tem sua tradução no grego de Cristo, entende-se - por o salvador ungido que viria para julgar o mundo e galardoar os fieis livrando o povo do domínio inclusive o domínio romano e de outros povos que os perseguiriam no decorrer da história da nação.



Fonte: Surgimento da Igreja Católica

<https://pt.aleteia.org/2017/07/25/vocesabe-como-surgiram-os-vitrais-das-igrejas>

## **JESUS CRISTO E A IGREJA**

A Igreja no Evangelho – em sua vida pública, Jesus Cristo não perderá de vista a Igreja.

a) Anuncia que vai funda-la – Mateus 16:18; que ela começará pequenina mas se estenderá a toda a terra – Mateus 13:31-32.

b) De sua organização, reunindo discípulos, escolhendo apóstolos a quem confere poderes espirituais; - lançando ele próprio como o único fundamento dessa Igreja que nascerá firmado nele mesmo, como sendo pedra Angular ou Rocha de esquina – Mateus 16: 18-19.

c) Deixa bem claro que é uma instituição permanente “até o fim do mundo” – Mateus 28: 20, e perfeita em Cristo, tem autoridade delegada de Cristo – Mateus 18:17, fim, doutrina, culto, hierarquia, tudo bem traçado – No dia da Ascensão manda que os discípulos esperem em Jerusalém a vinda do Espírito Santo”.

### **A Igreja Nascente e o Mundo Judaico**



Fonte: Mundo Judaico - <http://shaareishalom.net.br/historia-judaica-aula-3-o-mundo-de->

abraao

Primeiras perseguições – Sacerdotes e autoridades, indignadas com Pedro e João que pregavam no templo, lançaram-nos em prisão, no dia seguinte os soltaram, proibindo-lhes anunciarem o nome de Jesus – sua resposta foi: “não podemos deixar de falar”, e continuaram os apóstolos a pregar determinadamente.

### **A IGREJA NASCENTE E O MUNDO OCIDENTAL**

Dispersos os apóstolos – com a perseguição de Herodes, os apóstolos dispersaram-se. A tradição fala de Tomé na Índia, Bartolomeu na Armênia, Mateus no Egito, Tadeu na Mesopotâmia, Tiago na Espanha e João em Éfeso.

### **A IGREJA CATÓLICA NÃO FUNDADA, MAS FORTALECIDA POR CONSTANTINO.**

O imperador Constantino, também conhecido como Constantino Magno - O Grande ou Constantino I nasceu em 274 e faleceu em 337, foi imperador durante 31 anos: de 306 a 337. Era filho de Constâncio Cloro e Helena, uma cristã que se tornou Santa Helena. Casou-se com Faustina, filha de Maximiliano Hércules.

No início século quarto, o cristianismo já estava espalhado por quase todo o mundo, penetrando até na classe nobre e era muito perseguido pelos imperadores que tentavam a todo custo, com o poder das armas destruir o poder da fé, mas não conseguiam.

Após a morte do imperador Galério o poder ficou dividido entre Maxêncio que se intitulou imperador; e Constantino, aclamado como imperador pelos soldados. Os dois ambicionavam pelo poder absoluto, tal luta se encerrou no dia 28 de outubro de 312, com a vitória de Constantino junto à Ponte Mílvia. Ocorre que Constantino viu no céu uma cruz com a inscrição “In hoc signo vinces” – “Com este sinal vencerás” – este foi um marco para sua conversão, que não se deu de uma hora para outra, foi batizado somente em 337, no fim de sua vida.

Em 313 deu liberdade de culto aos cristãos com o chamado Edito de Milão : “Havemos por bem anular por completo todas as restrições contidas em decretos anteriores, acerca dos cristãos – restrições odiosas e indignas de nossa clemência – e de dar total liberdade aos que quiserem praticar a religião cristã”. Era Papa Melcíades, que se tornou São Melcíades, o 32º Papa, tendo Pedro como o primeiro, assim não há que se falar que Constantino é o fundador da Igreja de Cristo, ele apenas deu liberdade aos cristãos, acabando com dois séculos e meio de perseguição e martírio.



**Edito de Milão** - <http://millenium1618.blogspot.com/2009/05/o-edito-de-milao.html>

Reconhece-se que quem fundou a Igreja Católica, foi o próprio Senhor Jesus Cristo, a palavra igreja deriva de outra palavra grega que significa assembleia convocada. Neste sentido a Igreja é a reunião de todos os que respondem ao chamado de Jesus: "...ouvirão a minha voz, e haverá um só rebanho e um só pastor" (Jo 10,16) - Jesus Cristo tinha intenção de fundar uma Igreja, a prova bíblica de sua intenção, encontramos em (Mt 16,18): "Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela"

### **A ESCOLHA DOS DOZE APÓSTOLOS**

Depois subiu ao monte e chamou os que ele quis. E foram a Ele. "Designou doze entre eles para ficar em sua companhia" - Mc 3,13-14 - A escolha precisa de doze apóstolos tem um significado muito importante, o Senhor lança os fundamentos do novo povo de Deus. Doze eram as tribos de Israel, surgidas dos doze filhos de Jacó; doze foram os apóstolos para testemunhar a continuidade do Plano de Deus por meio da Igreja.



**Os doze apóstolos** - <https://bibliotecabiblica.blogspot.com/2009/07/escolha-dos-doze-apostolos.html>

### **Na história do cristianismo surgiram muitas igrejas não só a católica**

Os luteranos foram fundados por Martinho Lutero em 1524, os anglicanos pelo rei Henrique VIII em 1534, porque o Papa não havia permitido seu divórcio para se casar com Ana Bolena, os presbiterianos por John Knox em

1560, os batistas por John Smith em 1609, os metodistas por John Wesley em 1739 quando decidiu separar-se dos anglicanos, os adventistas do sétimo dia começaram com Guilherme Miller e Helen White no século passado, a congregação cristã do Brasil fundada por Luigi Francescom em 1910, as Assembleias de Deus têm sua origem no despertar pentecostal de 1900 nos EUA. Muitas pessoas saíram de diferentes igrejas evangélicas para formar novas congregações pentecostais. Em 1914 mais de cem destas novas igrejas se juntaram para formar esta nova organização religiosa, a igreja do evangelho quadrangular foi fundada na década de 20 pela missionária canadense Aimeé Semple McPathersom, que passou da igreja batista para a pentecostal, a igreja Deus é amor foi fundada por David Miranda em 1962, a renascer em Cristo surgiu a alguns anos, fundada por Estevan Hernandez, a igreja universal do reino de Deus surgiu em 1977, fundada por Edir Macedo, Isto além de outras denominações menores que foram surgindo a partir dessa, cada uma delas sendo fundada por homens, com diferenças em suas doutrinas e cultos, a pergunta é simples, e poderíamos até perguntar, como o Espírito Santo poderia animar tantas divisões, sendo que é Ele a fonte de toda unidade, fica a questão a ser respondida.

### **PANORAMA: HISTÓRICO E CULTURAL DA IDADE MÉDIA**

Durante a Idade Média igreja católica consolida-se como a mais importante instituição da Europa ocidental, naquela época não havia quem dividisse da existência de Deus – ser católico era tão natural quanto o ato de respirar, e a partir do século XV, os europeus levariam sua cultura para diversas regiões do mundo, dentre esses valores estava o catolicismo, além de ser a única instituição com ramificações em todas as regiões e lugares, possuía muitas terras e riqueza e era obedecida e temida pela quase totalidade dos habitantes.

Junto a toda essa riqueza, a igreja Acumulou cultura e conhecimento, pois controlava grande parte do saber herdado da antiguidade clássica, os mosteiros medievais ficaram célebres por sua política de hospitalidade, dando abrigo temporário a peregrinos e andarilhos e palas minuciosas e caprichosas cópias manuais de textos e livros da antiguidade.

Nos dias atuais não mudou muito a cosmovisão católica no decorrer da sua história continua muitíssimo próxima da visão de mundo da era Medieval, de que ela está acima do Estado, portanto, Deus governa as autoridades por meio da igreja, dito isso, fica nítido o exemplo da Era Medieval onde a Igreja tinha grandes poderes sobre os reinados, ducados, repúblicas e feudos, Contudo, essa visão de sistema político e tradição foram abaladas primeiramente pela Reforma Protestante, onde países se rebelaram politicamente contra os Estados Papais não reconhecendo mais a autoridade papal sobre os reis. De certo, atualmente, essa cosmovisão de política religiosa tem sido abalada pelas ideologias existentes, a Igreja Católica Chinesa, com o aval do Vaticano, se curvou ao governo comunista chinês

na escolha dos bispos e na aceitação antibíblica de uma sociedade redigida pela palavra de Karl Marx, Lenin e Mao tse-tung com um toque de Economia de Mercado, este ato vai contra a própria visão da tradição Católica.

Reconhecidamente na Era Medieval era defendido que biblicamente, Deus governa sobre todo tipo de autoridade, pois ele constituiu o poder autoritativo - Rm 13, Por isso, igreja e estado não precisam estar juntos, no entanto, a igreja tem o seu próprio papel dentro da sociedade, Influenciar o mundo a ser uma sociedade conforme a cosmovisão da Palavra de Deus – claro esta seria uma visão coerente defendida hoje em plena modernidade.

### **A IGREJA DIANTE DA SOCIEDADE MEDIEVAL**

A sociedade medieval era hierarquizada; a mobilidade social era praticamente inexistente. Alguns historiadores costumam dividir essa sociedade em três ordens: a do clero; a dos guerreiros e a dos camponeses. (encaixar, um teórico)

Ao clero cabia cuidar da salvação espiritual de todos; aos guerreiros, zelar pela segurança; e aos servos, executar o trabalho nos feudos.

No mundo medieval, a posição social dos indivíduos era definida pela posse ou propriedade da terra, principal expressão de riqueza daquele período, a educação, artes e cultura na Idade Média - era para poucos, pois só os filhos dos nobres estudavam marcados pela influência da Igreja, ensinava-se o latim, doutrinas religiosas e táticas de guerras, grande parte da população medieval era analfabeta e não tinha acesso aos livros, a arte medieval também era fortemente marcada pela religiosidade da época, as pinturas retratavam passagens da Bíblia e ensinamentos religiosos, as pinturas medievais e os vitrais das igrejas eram formas de ensinar à população um pouco mais sobre a religião. Podemos dizer que, em geral, a cultura medieval foi fortemente influenciada pela religião, na arquitetura destacou-se a construção de castelos, igrejas e catedrais.

Alguns apontam o complexo sistema de cobranças de impostos e de indulgências como principal origem dos bens da Igreja. Além do dízimo, 10% das rendas de cada fiel, os padres cobravam pesados tributos dos camponeses que viviam nas terras do clero e, em períodos excepcionais, promoviam a venda de indulgências nos lugarejos, nas vilas e nas cidades. Para outros, a posse de terras pela Igreja provinha principalmente das doações feitas por fiéis arrependidos dos seus pecados e por nobres e reis, que entregavam parte de suas conquistas de guerra. Além disso, com o movimento das Cruzadas, a própria Igreja conquistou extensas áreas territoriais.

Junto a toda essa riqueza, a Igreja acumulou cultura e conhecimento, pois controlava grande parte do saber herdado da Antiguidade Clássica. Os mosteiros medievais ficaram célebres por sua política de hospitalidade, dando abrigo temporário a peregrinos e andarilhos e pelas minuciosas e caprichosas cópias manuais de textos e livros da Antiguidade Clássica.

Como os livros, pergaminhos, manuscritos e documentos ficavam nos mosteiros e nas universidades da igreja, os padres detinham praticamente o monopólio da cultura erudita que, segundo a visão predominante na época, representava um perigo para as mentes e as crenças cristãs.

O próprio sistema de organização e hierarquia da Igreja medieval ajudava a garantir a consolidação do seu poder, e o papa, como representante máximo do poder espiritual, acumulou também poder político ou temporal. Por ser a única autoridade reconhecida como universal, ele agia como árbitro nos conflitos entre reinos e impérios.

Segundo a classificação bastante simplificada da época, a sociedade medieval estaria dividida em três ordens: a Igreja, Primeira Ordem, tinha a função de orar; os nobres pertenciam à Segunda Ordem, com a missão de garantir a segurança, ou seja, guerrear; e a Terceira ordem era composta pelos trabalhadores, que deveriam prover as necessidades das duas primeiras ordens.

Assim como tudo na sociedade medieval, a primeira Ordem tinha sua própria hierarquia: o Alto Clero, composto pelo papa, bispos, cardeais e abades; e o Baixo Clero, formado pelos clérigos, padres e monges. A maioria dos membros da Igreja provinha de famílias nobres, que impunham a formação religiosa aos seus filhos não primogênitos, mesmo que não tivessem vocação ou vontade de servir a Igreja.

Com presença e atuação ostensivas, a Igreja impôs seus valores e crenças e criou na Europa daquele tempo uma atmosfera de religiosidade que se manifestava até nas mais simples atividades cotidianas: ao nascer, o indivíduo recebia o sacramento do batismo, ao casar, o do matrimônio e ao morrer, a extrema-unção também era enterrado no cemitério da Igreja; a contagem e divisão do tempo era baseada em acontecimentos religiosos, assim como as festas e o descanso semanal.

O poder da Igreja era tão grande nessa época que aqueles que enfrentavam seu poder eram chamados de hereges ou infiéis. *Herege* é uma palavra de origem grega, que significa "aquele que escolhe", mas na Idade Média passou a denominar a pessoa ou o grupo que defendia doutrina contrária à Igreja ou discordava dos seus dogmas, das suas verdades.

Para enfrentar os hereges e consolidar seu poder na sociedade, a Igreja Católica instituiu o Tribunal do Santo Ofício que perseguia os hereges e aqueles que tinham comportamentos e preferências contrários aos seus ensinamentos morais e disciplinares.

### **RELAÇÕES DA IGREJA COM OS TRABALHADORES DA TERRA - SERVOS**

O servo era obrigado a trabalhar nas terras do senhor durante três dias por semana. Além disso, tinha de entregar ao senhor parte do que produzia para o próprio sustento, o trabalho nas terras do senhor era prioritário: ela tinha de ser preparada; semeada e ceifada em primeiro lugar. Apenas

depois de cuidar das terras do senhor, o servo poderia se dedicar às suas plantações.

O limite de todas essas regras entre o senhor feudal e o servo era muito bem definido, dentre as obrigações dos servos, estavam: a talha, imposto pago sobre a produção no manso servil; a corvéia, trabalho compulsório nas reservas senhoriais; as banalidades, imposto pago pelo uso de instalações pertencentes ao senhor, como forno e moinho.

## **OS CAVALEIROS MEDIEVAIS DIANTE DA IGREJA**



Os Cavaleiros Medievais - <https://filhosdoarquiteto.blogspot.com/2016/06/cavaleiros-medievais-quem-eram.html>

Os *cavaleiros* eram nobres que se dedicavam à guerra, a lealdade a seu senhor e a coragem representavam as principais virtudes de um cavaleiro. Por muito tempo, para ser cavaleiro, bastava possuir um cavalo e uma espada, em roca de serviço militar a um senhor, o cavaleiro recebia seu feudo, onde erguia uma fortaleza, pouco a pouco, porém, as exigências para se tornar um cavaleiro foram se tornando mais rigorosas: além de defender o seu feudo e o de seu senhor, ele deveria professar a fé católica e honrar as mulheres.

O jovem nobre iniciava a aprendizagem aos sete anos, servindo como pajem na casa de um senhor, onde aprendia equitação e o manejo das armas. Aos 14 anos, tornava-se escudeiro de um cavaleiro, passando, pelo menos, a seu serviço, tratando de seu cavalo e de suas armas, ao mesmo tempo em que aprendia com ele as artes do combate.

Tomava parte em corridas, em lutas livres e praticava esgrima, para se preparar para torneios e combates, aprendia a *correr a quintana*: tratava-se de galopar em grande velocidade em direção a um boneco de madeira e cravar-lhe a lança entre os olhos, o boneco era munido de um braço e montado sobre um pino de ferro. Quem não acertava o alvo com a lança, fazia o boneco girar; ao girar, o braço do boneco batia nas costas do cavaleiro; depois do tempo de aprendizagem, se o jovem fosse considerado preparado e digno, estava pronto para ser armado cavaleiro.

Como o Período Medieval foi bastante longo aproximadamente mil anos, todos os aspectos da vida cotidiana – moradia, vestuário, alimentação, –

passaram por mudanças importantes e variaram muito de um lugar para o outro.

De modo geral, a população estava concentrada no campo cerca de 80% das pessoas viviam na zona rural e, apesar de alguns períodos de maior crescimento demográfico, o número de habitantes era pequeno. Estima-se que em Paris, a maior cidade europeia da época, tinha uma população de 160 mil habitantes, em 1250. E, em 1399, o número total de habitantes do continente europeu não passava de 74 milhões, o baixo crescimento da população resultava do elevado número de mortes, pois a média de vida, na época, não ultrapassava os 40 anos de idade. Os historiadores calculam que, de cada 100 crianças nascidas vivas, 45 morriam ainda na infância. Era comum a morte de mulheres durante o parto e os homens jovens morriam nas guerras ou vítimas de doenças para as quais ainda não se conhecia uma cura.

Na sociedade medieval, profundamente dominada pela religiosidade e misticismo, era senso comum interpretar o surgimento de doenças e epidemias como sendo resultados da ira divina pelos pecados humanos.

A falta de higiene, de água tratada e de um sistema de esgoto, provocou surtos de epidemias que mataram milhares de pessoas, a Peste Negra, por exemplo, que se espalhou pela Europa, somente no período de 1348 a 1350, matou cerca de 20 milhões de pessoas.

Além das pestes, nesta época, outras doenças provocavam altos índices de mortalidade: tuberculose, sífilis e infecções generalizadas provocadas pela falta de assepsia no tratamento das feridas, bastante limitada, a medicina não tinha ainda desenvolvido tratamento adequado para muitas doenças. Além disso, as distâncias, as dificuldades de locomoção e o número reduzido de médicos tornavam ainda mais crítica a situação dos doentes que na maioria das vezes eram atendidos em boticários ou curandeiras e se medicavam com ervas e rezas, aliás, essas mulheres curandeiras, que a Igreja tratava como feiticeiras, também foram duramente perseguidas e mortas pela Inquisição, a partir do século XII.

Mais dramática ainda era a situação das crianças, muitas vezes abandonadas em estradas, bosques ou mosteiros pelos pais, que não tinham como sustentá-las. Além disso, havia também grande número de órfãos, devido ao elevado índice de mortalidade no parto, a falta de higiene provocava a chamada febre puerperal, que causava a morte da mãe, e a incidência de blenorragia, doença sexualmente transmissível - muitas vezes contaminava o filho, causando cegueira.

Numa população supersticiosa, que interpretava todos os acontecimentos naturais como expressão da vontade divina, a doença era vista como punição pelos pecados. Para se livrar desses pecados, as pessoas faziam então penitências, compravam indulgências e procuravam viver de acordo com os mandamentos da Igreja. Mas, como nem sempre conseguiam manter uma vida regrada, casta e desapegada das coisas e prazeres



materiais, homens e mulheres viviam em constante preocupação com a morte e com o julgamento de Deus, sendo praticamente a única referência para a população, em quase todos os assuntos, já que não havia Estados organizados e normas públicas, a Igreja assumia a tarefa de controlar e organizar a sociedade. Um exemplo: como não havia registro público dos nascimentos, o único documento da pessoa era o batistério.

Devido à elevada taxa de mortalidade infantil as crianças eram batizadas logo que nasciam, pois os pais queriam garantir para seus filhos um lugar no Paraíso.

Os nomes dos bebês derivavam, em sua maioria, dos nomes de santos, de personagens da Bíblia ou dos avós ou amigos influentes, e em diversas regiões não se usava o nome da família.

Também não existia casamento o casamento civil, como hoje, mas apenas um contrato entre as famílias dos noivos. Em geral, e principalmente entre nobres, o casamento era negociado pelas famílias de acordo com o seu interesse em aumentar a posse de terras, a riqueza e o poder, ou para fortalecer alianças militares. Os noivos não participavam desses acordos e, em muitos casos, só se conheciam no dia da cerimônia a mulher, com cerca de 12 anos, e o homem com mais do dobro da idade dela. O casamento por amor, de verdade, só passou a existir na Europa por volta do século XVII. Geralmente, nas famílias nobres, só o filho mais velho se casava, e os outros se tornavam membros do clero ou cavaleiros errantes, que partiam para as guerras ou em busca de aventuras e fortuna, já que toda a herança dos pais era reservada para o filho primogênito, as mulheres que não se casavam iam para conventos ou se tornavam damas de companhia das casadas.

O matrimônio só se tornou um sacramento da Igreja a partir de 1439, por decisão do Concílio de Florença, que também tornou o casamento indissolúvel e proibiu a poligamia e o concubinato, para a Igreja, a única finalidade do sexo era a procriação e, por isso, os cristãos deveriam regular a frequência e os limites do ato sexual, casamentos assim, sem que os noivos se conhecessem, acabavam abrindo espaço para grande número de relações extraconjugais, embora os padres ameaçassem os adúlteros com o "fogo do inferno" - Por isso, a literatura medieval é tão fértil em romances proibidos.

## **A VIDA COTIDIANA NA IDADE MÉDIA**



**Cenas da vida real nos tempos da Idade Média -**  
<https://maquinadeescrever.org/2015/05/02/cenas-da-vida-real-nos-tempos-da-idade-media>

Nas famílias camponesas, todos trabalhavam muito, além de cuidar das terras do senhor do feudo, homens, mulheres e crianças faziam a colheita, moíam os grãos e construíam pontes, estradas, estábulos e moinhos, ao mesmo tempo, cultivavam seus lotes e cuidavam dos animais e dos trabalhos artesanais e domésticos.

Os camponeses viviam em cabanas cobertas de palha, com piso de terra batida e a área interna escura, úmida e enfumaçada, em geral as cabanas tinham apenas um cômodo, que servia para dormir e guardar alimentos e até animais, os móveis, bastante rústicos, resumiam-se à mesa e bancos de madeira e os colchões de palha.

No almoço ou no jantar, comiam quase sempre pão escuro e uma sopa de vegetais, legumes e ossos, carne, ovos e queijo eram caros demais, só em ocasiões especiais, em vários períodos houve falta de alimentos e a fome se espalhou por muitas regiões da Europa, vitimando, os mais pobres.

Na mesa dos nobres, entretanto, não faltava uma grande variedade de peixes e carnes, quase sempre secas e salgadas, para se conservar durante o inverno, no verão, para disfarçar o gosto ruim e o mau cheiro da carne estragada, a comida era cozida com especiarias e temperos fortes, raros e exóticos, que vinham do Oriente, custavam caro e eram difíceis de obter, o açúcar, outra raridade, era considerado um luxo e usado até como herança ou para pagamento de dotes, o vinho era consumido em grande quantidade em quase todas as regiões, e os habitantes do norte da Europa também costumavam consumir a cerveja.

As festas, em especial as de casamento, duravam dias com bebida e comida farta e diversificada, serviam-se vitelas, cabritos, veados e javalis, acompanhados de aves como cisnes, gansos, pavões, perdizes e galos, havia também apresentação de cômicos, acrobatas, dançarinos, trovadores, cantadores e poetas, para diversão dos convidados.



As festas de casamento na idade média -

<http://www.mulhersingular.com.br/2010/04/casamentos-e-vestidos-de-noiva-na-historia-os-casamentos-mais-famosos-de-todos-os-tempos-ate-o-vestido-branco-e-a-fotografia>

Os jogos e a bebida, bastante comuns nas tavernas de todas as cidades, atraíam os homens que consumiam muito vinho, jogavam dados e se envolviam em brigas e confusões, por isso, os padres amaldiçoavam as tavernas, apontadas como antros de perdição, mas nem por isso conseguiram acabarem com elas, ao contrário, esses costumes se acentuaram cada vez mais, com o crescimento dos centros urbanos, sujas e barulhentas, sem esgoto e sem água tratada, as cidades se tornaram focos de contágio e disseminação de doenças e pestes.

Nas cidades, aglomeravam-se e conviviam todos os tipos de pessoas e profissões, ricos, comerciantes, taberneiros, artesãos, padeiros, relojoeiros, joalheiros, mendigos, pregadores, vendedores ambulantes, menestréis, e na periferia das cidades, bastante discriminados pela maioria da população, viviam outros grupos; judeus, muçulmanos, hereges, leprosos, homossexuais e prostitutas, que estiveram entre os quais perseguidos e reprimidos pela Inquisição, a partir do século XII, analfabeta, em sua maioria, a população falava a língua dominante em sua região de origem e os idiomas ainda hoje falados na Europa foram formados nessa época, em consequência dos contatos com pessoas e com línguas de origem germânica ou de outras regiões com o latim, a língua romana, como não sabiam ler, essas pessoas só tinham acesso à literatura por meio de artistas que se apresentavam em público para ler e contar histórias, declamar poesias ou cantar e encenar espetáculos de teatro nas praças, ruas e tavernas das aldeias e cidades, muitas vezes durante as festas.

As moradias dos nobres também se modificaram bastante, ao longo do tempo, até o século XII, seus castelos se resumiam a uma torre, onde habitava a família do senhor, e eram feitos de madeira, sendo por isso mesmo muito vulnerável a incêndios e a ataques de invasores, a partir dos

anos 1200, tornaram-se comuns as construções em pedra e tijolos e os castelos ganham novas dependências, como celeiros, estábulos, muralhas, fossos e torres de vigia, para sua defesa, a mobília também se sofisticou e os nobres passaram a usar tapeçaria e pratarias vindas do Oriente.

### **A IGREJA ESTABELECE AS CRUZADAS RELIGIOSAS**



Fonte: Cruzadas Religiosas - <https://blog.msma.com.com.br/oitava-cruzada>

Chama-se cruzada a qualquer um dos movimentos militares, de caráter parcialmente cristão, que partiram da Europa Ocidental e cujo objetivo era colocar a Terra Santa - nome pelo qual os cristãos denominavam a Palestina, e a cidade de Jerusalém sob a soberania dos cristãos, estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII, época em que a Palestina estava sob controle, dos turcos muçulmanos.

Os ricos e poderosos cavaleiros da Ordem de São João de Jerusalém – Hospitalários, e dos Cavaleiros Templários foram criados pelas Cruzadas, o termo é também usado, por extensão, para descrever, de forma acrítica, qualquer guerra religiosa ou mesmo um movimento político ou moral.

Tradicionalmente se fala em nove Cruzadas, mas, na realidade, elas foram um movimento quase permanente, no final do século XI, a sociedade feudal começava a apresentar sinais de mudanças. A igreja, principal instituição da Europa ocidental, enfrentava problemas com a corrupção de muitos de seus bispos e abades, que levavam uma vida luxuosa e abandonavam suas obrigações religiosas. Nos feudos, uma população cada vez mais numerosa não encontrava meios de produzir alimentos suficientes para todos.

Nesse contexto, surgiram as Cruzadas, uma espécie de guerra santa empreendida pelos católicos contra os muçulmanos que dominavam Jerusalém e outras regiões consideradas sagradas pelos cristãos do Oriente Médio, Nobres, camponeses, crianças, mendigos, enfim, grande parte da sociedade europeia se envolveria nesses combates, que se estenderam por mais de duzentos anos e representaram, para todos esses personagens, uma alternativa econômica e social.

Entretanto, a importância maior das Cruzadas está no fato de elas terem ajudado a iniciar um processo que colocaria fim ao isolamento da sociedade feudal, ao mesmo tempo que cruzavam o continente e o mar Mediterrâneo e estabeleciam contatos com outros povos, os europeus fortaleciam as cidades e o comércio, com isso, subvertiam a ordem do mundo rural, na qual a sociedade medieval estava fundamentada.

Assim, as Cruzadas, que de início representaram uma alternativa para a manutenção da sociedade medieval, com o tempo se mostraram responsáveis pela formação de outra ordem social; Na sociedade medieval, profundamente dominada pela religiosidade e misticismo, era senso comum interpretar o surgimento de doenças e epidemias como sendo resultados da ira divina pelos pecados humanos, a falta de higiene, de água tratada e de um sistema de esgoto, provocou surtos de epidemias que mataram milhares de pessoas, a Peste Negra, por exemplo, que se espalhou pela Europa, somente no período de 1348 a 1350, matou cerca de 20 milhões de pessoas.

### **CONVOCAÇÃO DAS CRUZADAS**

Durante a Idade Média, muitos cristãos costumavam ir à peregrinação aos locais, onde Jesus Cristo viveu e fez suas pregações - Jerusalém, Belém, Nazaré - Esses locais, conhecidos como Terra Santa, eram considerados sagrados para os cristãos.

Em consequência do expansionismo dos povos árabes, Jerusalém foi tomada no ano de 638, os árabes eram muçulmanos – acreditavam em Alá como seu único deus e no profeta Maomé, mas toleravam os peregrinos cristãos.

Em 1071, entretanto, Jerusalém foi conquistada pelos turcos, também muçulmanos, desde então passou a haver perseguição aos cristãos que iam visitar a Terra Santa, os turcos estavam expandindo os seus domínios e ameaçavam conquistar Constantinopla, capital do império Bizantino, também de tradição cristã.

A tensão entre cristãos e muçulmanos levou o papa Urbano II a convocar uma expedição de retomada da terra Santa. O papa, que acusava os turcos de assassinar os peregrinos e profanarem os lugares santos, procurou encorajar os cristãos do ocidente à guerra. Para viabilizar a expedição, convocou senhores feudais, bispos e população em geral.

Os primeiros voluntários escolheram como símbolo da expedição uma cruz pintada nas suas roupas, daí o nome *Cruzadas* para esse movimento, os participantes da Quarta Cruzada, financiada por comerciantes venezianos, ao chegarem a Constantinopla, saquearam a cidade e invadiram as igrejas para tirar os objetos de valor. Os saques provocaram o enfraquecimento do comércio de Constantinopla e o fortalecimento das cidades da península Itálica, que passaram a monopolizar o comércio de especiarias no Mediterrâneo.

Com a Quarta Cruzada ficou claro que, além de motivos religiosos, os cruzados estavam mobilizados também por interesses econômicos, apesar de não terem alcançado totalmente seu objetivo religioso, as Cruzadas promoveram grandes mudanças em toda a Europa, como a reabertura do Mediterrâneo à navegação e ao comércio europeu. Isso possibilitou a intensificação do comércio entre o Ocidente e o Oriente, interrompida em grande parte pela expansão muçulmana.

O fenômeno das cruzadas foi, sem dúvida muito importante na Idade Média, diversas ordens de cavaleiros foram criadas com o intuito de lutar na Terra Santa neste período, costuma-se dizer que existiram oito cruzadas - Entretanto, alguns autores classificam como tal alguns movimentos populares e sem apoio da Igreja ou do Estado como a "Cruzada do Povo" e a "Cruzada das Crianças". Alguns consideram a "Cruzada Veneziana" como um movimento meramente político que não merece ser considerado como campanha cruzadista visto que o objetivo primordial destes movimentos era expulsar os muçulmanos da Terra Santa unindo, assim, o Mundo Cristão.

Apresenta-se campanhas um tanto mais políticas, como a Comandada por Pedro, o eremita, era composta por uma massa de aproximadamente dezessete mil homens sem equipamentos nem experiência de combate, marcharam até Constantinopla, onde o Imperador, temendo um saque, embarcou-os o mais rápido possível para a Ásia Menor - Ao chegar, atacaram a cidade de Nicéia sem plano nem estratégia, sendo assim esmagados pelos turcos.

### **A MODA DIANTE DA IGREJA**



**A moda na idade Média** - <https://www.sohistoria.com.br/ef2/medieval/p6.php>

As roupas e os sapatos da época eram bastante volumosos e escondia quase inteiramente o corpo, especialmente o da mulher, as mais jovens até chegavam a revelar o colo, mas a Igreja sempre desaprovou os decotes, pode-se dizer também que já existia moda, naquele tempo, com a introdução de novidades na forma de vestidos, chapéus, sapatos, joias.

Vestuário básico das mulheres incluía roupa de baixo, saia ou vestido longo, avental e mantos, além de chapéus com formas as mais variadas - imitando a agulha de uma torre, borboletas, toucas com longas tiras, e exagerados em alguns locais foi preciso alterar a entrada das casas para que as damas e seus chapéus pudessem passar, na época, cabelos presos identificavam a mulher casada, enquanto as solteiras usavam cabelos soltos.

As cores mais usadas pelas mulheres eram o azul real, o bordô e o verde escuro, as mangas e as saias dos vestidos eram bufantes e compridas - As mais ricas usavam acessórios, como leques e joias. Para os homens, o vestuário se compunha de meias longas, até a cintura, culotes, gibão -uma espécie de jaqueta curta, chapéus de diversos tamanhos e sapatos de pontas longas. Os tecidos variavam de acordo com a condição social dos cavaleiros, o clima, a ocasião e local e, nos dias de festa, por exemplo, usavam ricas vestimentas, confeccionadas com tecidos orientais, sedas, lã penteada e veludo. E festa é o que não faltava, o ano inteiro, nas feiras e nas datas religiosas e profanas da Europa Medieval. Tanto nos castelos quanto nas vilas, aldeias e cidades, em tempos de fartura, tudo era motivo para comer, beber e dançar, com fantasias, máscaras, procissões, muita alegria e até certos excessos, os camponeses, apesar do sofrimento e a da penúria, gostavam de festas, danças e músicas, várias danças folclóricas europeias originam-se de festas e danças populares medievais.

## **OS CASTELOS**



Castelo Medieval - <https://castelosmedievais.blogspot.com/2014/07/em-volta-do-castelo-da-idade-media.html>

Os senhores feudais moravam em castelos fortificados, erguidos em meio às suas terras, até o século X, eram, geralmente, de madeira, com o enriquecimento dos senhores feudais, os castelos passam a ser construídos de pedra, formando verdadeiras fortalezas. Dentro dele viviam, monotonamente, o senhor, sua família, os seus domésticos e, em caso de guerra, todos os vassalos que ali se abrigavam do inimigo comum, o interior do castelo era amplo, mas frio, espartanamente mobiliado, oferecendo pouca comodidade. As únicas diversões eram, especialmente nos dias chuvosos, os cânticos dos jograis e as graças dos bufões, em dias de sol, periodicamente, o senhor do castelo saía à caça, ou promovia torneios com cavaleiros vizinhos, disputando alegremente o jogo das armas.

## **OS SERVOS DA GLEBA**

Os mais humildes dos vassallos eram os servos da gleba, que, de tão humildes, não tinham vassallos, era o mais baixo degrau da sociedade feudal, além de terem de lavrar a terra de seu suserano, davam-lhe o melhor de suas colheitas. Na guerra deviam lutar a seu lado, às vezes armados apenas com paus ou precárias lanças, estavam sujeitos a prestar todo e qualquer serviço a seu senhor - não podiam casar, mudar de lugar, herdar algum bem, se não tivessem a permissão de seu senhor, moravam em miseráveis choupanas, nas próprias terras de seus suseranos.

Na busca de compreender melhor esta relação de poder de classe dominante na esfera do trabalho no período da idade média na Europa ocidental aonde a Igreja aliou-se aos nobres, a classe de onde saíam os seus membros, Chauí mostra como ocorre a troca de interesses que leva ao arranjo ideológico:

A divisão do trabalho, ao separar os homens em proprietários e não proprietários, dá aos primeiros poderes sobre os segundos. Estes são explorados economicamente e dominados politicamente. Estamos diante de classes sociais e dominação de uma classe por outra. Ora, a classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos são dois: o Estado e a ideologia. (CHAUI, 1980, p. 115-116)

Observa-se que a Igreja acabou assumindo o papel de interventor e legislador de todo o processo de mecanismos de trabalho, Assim, como se tornou reprodutora de ideologia, uma vez que o clero tinha a sua origem na nobreza, desta forma os membros da Igreja atuaram como os intelectuais orgânicos da classe dominante na medida em que o saber da época, enquanto poder hegemônico e detentora do saber, sobre a população da Europa Ocidental Cristã, possui terras e títulos de nobreza fazia e ainda faz diferença diante de uma sociedade sem oportunidades de avanços educacionais da plebe, o povo pobres – e pobre de oportunidades a serem concedidas tão somente a nobreza com apoio da igreja.

### **OS DUELOS E O ORDÁLIO**

Os nobres costumavam praticar o duelo, para resolver suas questões pessoais. Também contra isso lutou a Igreja, que procurou levar o julgamento dos crimes aos tribunais dos príncipes e senhores, a quem caberia administrarem a justiça.

Era o costume de submeter o acusado, de um crime a um perigo, para ver se era culpado - Por exemplo: colocar a mão em água fervendo; segurar um ferro em brasa. Acreditava-se que, se inocente, Deus produziria um milagre, não deixando que algum mal acontecesse ao presumível culpado. A Igreja lutou contra esse costume, procurando extingui-lo.

### **A MULHER**

A mulher na sociedade feudal era considerada um mero instrumento, máquina de procriação e objeto de propriedade e posse exclusiva do



marido, seu amo e senhor, não tinha qualquer direito, sequer o de escolher seu futuro marido e quando queriam se casar.

### **O LENDÁRIO CINTURÃO DE CASTIDADE**



Fonte: Cinturão de Castidade - <https://www.magnusmundi.com/cinto-de-castidade-na-idade-media>

Era um artefato de ferro ou de couro que os homens colocavam em suas mulheres e que tinha uma tranca - ou uma espécie de cadeado, para impedir que elas, na ausência de seus maridos, mantivessem relações extraconjugais, o cinto de castidade tinha apenas um orifício - não dois como desenham muitos historiadores e artistas plásticos que tentam resgatar o mito dessa odiosa peça, por onde saíam às fezes e a urina da mulher, o grande problema era que, por não poderem fazer sua higiene, as mulheres acabavam vítimas de infecções urinárias graves por *Escherichia coli*, uma bactéria que é constituinte da flora normal do intestino, mas que no sistema urinário causa uma infecção gravíssima e que pode causar nefrite, nefrose e levar à morte, muitas morriam ainda muito jovens por causa desse tipo de costume.

### **O HOMOSSEXUALISMO**



Homossexualismo -

<https://escrever.com/2016/11/03/a-vida-sexual-feminina-na-idade-media>

Praticamente não existiam homossexuais declarados e assumidos na idade média, pois a Igreja Católica os punia severamente e, diante do quadro de

horrores a que estavam sujeitos, nenhum homem se declarava homossexual ou assumia sua condição e opção sexual.

## **HIGIENE**



Fonte: Higiene na Idade Média - <https://minilua.com/higiene-idade-media>

A higiene na idade média era o ponto fraco, tanto que possibilitou o alastramento de doenças que quase dizimaram com toda a Europa medieval, especialmente a Peste Negra, peste bubônica que exterminou quase dois terços da população.

## **A INQUISIÇÃO DIRIGIDA PELA IGREJA CATÓLICA**

A Inquisição foi criada na Idade Média século XIII, e era dirigida pela Igreja Católica Romana. Ela era composta por tribunais que julgavam todos aqueles considerados uma ameaça às doutrinas conjunto de leis desta instituição. Todos os suspeitos eram perseguidos e julgados, e aqueles que eram condenados, cumpriam as penas que podiam variar desde prisão temporária ou perpétua até a morte na fogueira, onde os condenados eram queimados vivos em plena praça pública.

Aos perseguidos, não lhes era dado o direito de saberem quem os denunciara, mas em contrapartida, estes podiam dizer os nomes de todos seus inimigos para averiguação deste tribunal medieval. Com o passar do tempo, esta forma de julgamento foi ganhando cada vez mais força e tomando conta de países europeus como: Portugal, França, Itália e Espanha. Contudo, na Inglaterra, não houve o firmamento destes tribunais. Muitos cientistas também foram perseguidos, censurados e até condenados por defenderem ideias contrárias à doutrina cristã. Um dos casos mais conhecidos foi do astrônomo italiano Galileu Galilei, que escapou por pouco da fogueira por afirmar que o planeta Terra girava ao redor do Sol - heliocentrismo. A mesma sorte não teve o cientista italiano Giordano Bruno que foi julgado e condenado a morte pelo tribunal.

As mulheres também sofreram nesta época e foram alvos constantes. Os inquisidores consideravam bruxaria todas as práticas que envolviam a cura através de chás ou remédios feitos de ervas ou outras substâncias. As

"bruxas medievais" que nada mais eram do que conhecedoras do poder de cura das plantas também receberam um tratamento violento e cruel. Este movimento se tornava cada vez mais poderoso, e este fato, atraía os interesses políticos. Durante o século XV, o rei e a rainha da Espanha se aproveitaram desta força para perseguirem os nobres e principalmente os judeus. No primeiro caso, eles reduziram o poder da nobreza, já no segundo, eles se aproveitaram deste poder para torturar e matar os judeus, tomando-lhes seus bens.

Durante a esta triste época da história, milhares de pessoas foram torturadas ou queimadas vivas por acusações que, muitas vezes, eram injustas e infundadas. Com um poder cada vez maior nas mãos, o Grande Inquisidor chegou a desafiar reis, nobres, burgueses e outras importantes personalidades da sociedade da época. Por fim, esta perseguição aos hereges e protestantes foi finalizada somente no início do século XIX.

### **A INQUISIÇÃO – NÃO IMPEDIU A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO**

No sistema feudal não existia comércio, as relações eram à base de trocas de produtos, e toda produção era destinada ao sustento local.

As relações de trabalho se realizavam entre o senhor feudal, dono da terra que fazia parte da burguesia, e do outro lado o servo ou camponês, que era subordinado ao senhor feudal.

O servo trabalhava na terra do senhor e pagava um "aluguel" pelo seu uso, além de trabalhar três dias por semana de graça para ele.

O servo devia gratidão ao senhor pelo trabalho e proteção, a essa relação de dependência e gratidão dá-se o nome de vassalagem. Nesse período não existia trabalho assalariado, o que resultava numa dependência social entre senhor e servo.

No capitalismo as relações de produção e trabalho possuem características opostas ao feudalismo, o sistema capitalista deixa explícita a função do dono dos meios de produção e do trabalhador que vende sua força de trabalho, outra característica fundamental do capitalismo é a incessante busca pelo aumento da produção, a busca de novos mercados consumidores e a busca de lucros.

### **ÉPOCA DO RESSURGIMENTO DO COMÉRCIO E DAS CIDADES - CAPITALISMO INDUSTRIAL:**

É caracterizado pela aplicação de capital no setor industrial. O trabalho assalariado se fixa, e então fica nítido a separação de classes, à primeira classe pertencem os donos dos meios de produção e à segunda o trabalhador, que tem apenas sua força de trabalho.

O capitalismo industrial iniciou em meados do século XVIII na Inglaterra, se espalhou no século XIX por toda Europa, Estados Unidos e Japão e finalizou sua fase de expansão no século XX, alcançando as outras nações.

### **CAPITALISMO FINANCEIRO**

É chamado também de capitalismo monopolista, nesta fase o capitalismo ficou marcado pelo poder do capital, das instituições financeiras. Os grupos e gigantescas multinacionais detinham os rumos do mercado, concentrando nas mãos um grande poder de decisão até mesmo no campo político.

### **A VIDA NAS CIDADES**

O crescimento das cidades medievais era limitado pelas muralhas dos burgos. Ninguém desejava morar fora delas, temendo por sua segurança, Hoje, em algumas regiões da Europa é possível encontrar as antigas cidades medievais. Preservadas, elas oferecem uma ideia do que era viver e trabalhar naquele período. Na imagem, cidade de Ávila, na atual Espanha. Suas muralhas foram construídas no século XI.

isso deviam obrigações aos senhores, como o pagamento de taxas pelo uso de pontes e estradas:

[...] Para satisfazer as faltas e as necessidades dos da fortaleza, começaram a afluir diante da porta, junto da saída do castelo, negociantes, ou seja, mercadores de artigos custosos, em seguida taberneiros, depois hospedeiros para a alimentação e albergue dos que mantinham negócios com o senhor [...] O seu dito era: "vamos à ponte". Os habitantes de tal maneira se agarraram ao local que em breve ai nasceu uma cidade importante que ainda hoje conserva seu nome vulgar de ponte, porque brugge significa ponte em linguagem vulgar. (LELONG, 2000. p.150).

Dentro das cidades, porém, como não era possível destruir os muros, e a população aumentavam, as casas cresciam para cima, chegando a ter até três andares. A maior parte das casas era de madeira, o que favorecia os incêndios, que às vezes destruíam completamente uma cidade.



Fonte: Cidade Média de fortificada de Carcassonne, França, em foto de 2007 - <https://www.guiaviagem.org/carcassonne>

Não existiam calçadas nem esgotos, o que facilitava a proliferação de doenças - à noite, quase não havia iluminação de dia, as vilas também permaneciam bastante sombrias, as pessoas circulavam pela cidade no meio dos animais, que comiam restos de alimentos jogados pelas janelas.

Artesãos e comerciantes agrupavam-se por ruas conforme suas atividades. Símbolos divertidos, como um gato que pesca, por exemplo, indicavam as lojas àqueles que não sabiam ler.

Mesmo assim é lugar de cobiça, a as cidades aspira segurança – seus habitantes fecham suas casas à chave, cuidadosamente, o roubo é severamente reprimido – as muralhas segundo o historiador francês Jacques Le Goff, define a cidade medieval, mas esse espaço urbano já não se confunde com o castelo senhorial da Alta Idade Média, em seu interior, a produção e trocas já não estão voltadas prioritariamente para o autoconsumo, como ocorria nos feudos, veremos que a cidade agora é um espaço onde fervilham o comércio.

### **O RESSURGIMENTO DO COMÉRCIO E DAS CIDADES**

Um dos fatores responsáveis pelo ressurgimento do comércio na Europa foram as Cruzadas, pois elas contribuíram para o restabelecimento das relações entre o Ocidente e o Oriente e para a abertura do mar Mediterrâneo aos mercadores da Europa ocidental.

Além disso, com as Cruzadas, os europeus passaram a usar novos produtos trazidos do Oriente, como gengibre, pimenta, canela, cravo-da-índia, óleo de arroz, açúcar, figos, tâmaras e amêndoas. Tapetes vieram substituir a palha e o junco, usados para forrar o chão dos castelos. As sedas e os brocados modificaram as vestimentas, e espelhos de vidro substituíram os discos de metal polido usados até então.

A cidade é agora um espaço de comércio, onde todo aquele que dispõe de dinheiro para comprar, compra os utensílios os mais variados da época, a moeda da época está na base da nova economia, nesse espaço, desenvolve também um sistema valores nascidos da prática criadora do trabalho e do gosto pelo negócio e pelo dinheiro em si.

Percebem-se, nesse sistema de valores - algumas coisas em comum com as cidades nas quais vivemos – elas também são espaços de produção e trocas comerciais e da valorização do negócio e do dinheiro, esse é o ponto de vista do historiador Jacques Le Goff, a cidade contemporânea, conclui ele: “apesar de grandes transformações, está mais próximo da cidade do que a última das cidades antigas”, - ela começa a se fortalecer a partir do século XI, o comércio desenvolveu-se rapidamente e novos atores sociais entram em cena, os habitantes dos burgos, ligados aos negócios urbanos, e um rei interessado em favorecer sua autoridade, apesar das mudanças era uma Europa ainda profundamente cristã, disposta a travar uma guerra santa contra os infiéis.

Os senhorios tendiam a produzir quase todos os artigos necessários a sobrevivência dos moradores, prevalecia “escombo”, - ou seja, a troca direta de produtos, o excedente produzido pelos camponeses, como cereais, leite e carne, era trocado por calçados, tecidos, utensílios domésticos e outros produtos, havia também o comércio a longa distância,

principalmente de artigos de luxo provenientes do Oriente esses produtos eram consumidos pelo alto clero e pelos aristocratas.

A produção de tecidos e o artesanato tiveram grande desenvolvimento nos centros urbanos, especialmente em Bélgica e Itália e na Inglaterra, graças ao aumento da produção de lã, outro setor que ganhou impulso foi o da construção civil, aproveitando a oferta de mão de obra originária dos campos, muitas catedrais, muralhas e casas foram construídas, assim como palácios e hospitais.

### **AS TRANSFORMAÇÕES NA EUROPA CATÓLICA**

Transformações econômicas no período medieval como já sabem, na Idade Média, a maior parte da população da Europa ocidental vivia no campo. Isso acabou gerando a redução da vida urbana e a diminuição da atividade comercial. Apenas com as Cruzadas, a partir do século XI, é que essa realidade começou a se transformar.

O movimento provocado pelas Cruzadas trouxe o crescimento das rotas comerciais entre o oriente e o Ocidente, pelo mar Mediterrâneo, assim como das rotas localizadas no interior da própria Europa. A intensa atividade comercial, por sua vez, favoreceu o desenvolvimento das cidades.

O comércio e a formação de cidades provocaram profundas mudanças no cenário europeu. Após alguns séculos, a estrutura da sociedade feudal não seria mais predominante no continente. Surgiram, então, novos grupos sociais enriquecidos pelo comércio e desejos de controlar também o poder político. Muitos desses produtos eram caros e difíceis de ser comprados. Por isso, alguns deles tornaram-se conhecidos como especiarias – é o caso, por exemplo, da pimenta e do gengibre.

O modo de vida dos mercadores não estava fundamentado na agricultura ou na posse da terra, mas no comércio e no dinheiro. De maneira geral, eles utilizavam como rota comercial as antigas estradas romanas. Transportavam seus bens em caravanas de animais de carga e, muitas vezes, viajavam protegidos contra assaltos.

No ponto de confluência das principais rotas comerciais, realizavam-se grandes feiras. Nelas, podiam-se vender e comprar mercadorias vindas de diversas partes do mundo, à medida que o comércio se expandia, formavam-se vilas e cidades. Por razões de segurança, os mercadores procuravam se concentrar em lugares próximos a uma zona fortificada, cercada de muralhas, denominada *burgo*. Muitas vezes, nesses lugares fortificados, localizavam-se a catedral, a moradia do bispo e, por vezes, o castelo do senhor das terras.

Nos burgos, além dos mercadores encontravam-se as oficinas dos artesãos, como sapateiros, ourives, ferreiros, oleiros e carpinteiros. Esses moradores eram chamados de *burgueses* e, aos poucos, foram se constituindo em um novo grupo social no interior do mundo medieval: a burguesia.

### **AS REVOLTAS DE CAMPONESES**

Com o comércio, a nobreza feudal passou a utilizar novos produtos, sobretudo os de origem oriental. Para garantir os recursos necessários ao sustento desses novos hábitos, a exploração sobre os servos aumentou. Em resposta surgiram revoltas e fugas de camponeses para as cidades.

Além disso, o aumento da população gerou uma expansão das zonas agrícolas, com a ocupação de áreas florestais e de pastagens, a ocupação das pastagens, por sua vez, provocou a falta de adubo animal, como resultado, as colheitas tornaram-se insuficientes, causando fome e subnutrição e tornando os europeus mais vulneráveis às doenças.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das ponderações expostas, certamente, houve avanços no cristianismo Católico, não somente do campo religioso, mas em outras áreas da sociedade, se bem que esta ideia dicotômica de campo religioso é secular, não encontrando amparo nas Escrituras Sagradas. Mas, foi o que não ocorreu entre o sagrado e o profano, pois a igreja impunha sua força dominante sobre a sociedade. No entanto, em contra partida pouco ou quase nada buscou levar o povo a avançar no conhecimento em pesquisa, com um novo olhar de mundo e sociedade, cognominado de "idade das trevas".

Destacam-se na avaliação do surgimento da Igreja Católica pontos positivos e outros por assim dizer com conotação um tanto negativos, como os casos da temível Inquisição – podendo afirmar que foram julgamentos casos peculiares promovidos pela Igreja nem sempre com justiça, mas com certo preconceito e carência de entendimento sócio cultural e até científico - A história do surgimento da Igreja Católica na era medieval, ainda que seja o ponto principal, porém o que lhe torna mais conhecido, como à transformação em culturas e povos onde sua influencia evangelizadora catequética chegou – como é bem mais conhecido; o poderio autoritário da Igreja – a qual mediante alegadas visões pessoais e o gosto de interpretá-las como fonte autoritária, afirmou ser a representante única e exclusiva do cristianismo, e suas decisões sendo obrigatória de todos os adeptos do movimento Cristão.

Não se deve esquecer que o movimento hoje se encontra pelo menos oficialmente, com decisões determinadas de pelo menos de vinte uns concílios, sendo o Concílio Vaticano II o Último a ser realizado, o que mudou a Igreja Católica de forma bem radical em alguma s de suas fortes tradições.

A humanidade sempre progrediu e deve progredir, o evangelho de Jesus Cristo não deve ser um entrave a este progresso nas ciências, nas artes, na cultura e em todos os campos do conhecimento, romper com a Idade Média no sentido de atraso, e como tolidora destes novos conhecimentos a serem buscado foi, e sempre será necessário em todos os períodos se seguiram, e se seguem na historia da humanidade, deve-se construir o desafio de contemplar o novo, de se olhar, mas não somente de um anglo,

hoje na pós-modernidade surgiu um olhar tecnológico chamado quatro dimensões, a qual podemos observar algo em todas as suas dimensões possíveis, se é que isso é possível, pois para a filosofia sempre sobra o questionamento, será que tudo já foi visto, e visto de todas as maneiras possíveis? – verdade é que podemos não obter resposta contundente e certa talvez, mas, o simples questionamento leva a avanços, e como leva, assim caminha ou caminhou a humanidade desde assua simples descobertas até, suas mais fantásticas assertivas, sejam de situações tecnológicas ou científicas por todos os tempos e eras.

A igreja católica romana, pouco mudou em sua postura da Idade Média para nossos dias, um marco significativo tem-se no último dos seus vinte um concílios – o Concílio Vaticano II, Um dos acontecimentos mais significativos no contexto histórico-social da Igreja Católica Apostólica Romana, que aproximou a referida Igreja, sob muitos aspectos da modernidade, principalmente em termos de sua doutrina.

Tendo em vista que foram feitas mudanças expressivas, porém preservando os dogmas essenciais da Igreja Católica. Entretanto, O Concílio Vaticano II em 1961, reuniu mais de dois mil prelados convocados de todas as partes da terra.

Discutiram e regulamentaram vários temas da Igreja Católica, dentre esses que a missa passou a ser rezada no idioma de cada país, com o padre de frente para os fiéis, e não mais em latim, com o padre voltado para o altar e de costa para os fiéis; outra determinação foi a de que mulheres e homens que não fazem parte do clero, pós-concílio, podem ajudar na celebração da missa; ocorreu também um acolhimento e não mais desconfiança em relação aos ensinamentos de religiões consideradas não cristãs, como o Islamismo, o Judaísmo entre outras; Passaram a aceitar a ideia de que, por meio de outras religiões também é possível conhecer a Deus e a salvação; Cristo voltou a ser o centro das atenções na missa, é destituído o uso obrigatório da batina, agora os padres podem usar trajes sociais livremente; houve uma ampliação em relação à liberdade de teólogos para interpretar a Bíblia, entre outras mudanças.

## REFERÊNCIAS

BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar história:** das origens dos homens a era digital/ 2º Edição São Paulo: Moderna, 2015.

CHAUI, Marilena. **O Que é Ideologia?** In: Coleção Primeiros Passos, volume 6. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JESUS, Antonio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci.** São Paulo: Cortez; Campinas: editora da Unicamp, 1989.



RAMOS, Álvaro Negromonte. **História da Igreja**. 3º Edição, – Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1954.

Disponível em 25/08/2018<http://origemdoimperialromano.blogspot.com/>

Disponível em 13/09/2018<http://cleofas.com.br/a-igreja-catolica-foi-fundada-por-constantino>

Disponível em 06/08/2018, **Fonte:** [www.veritatis.com.br](http://www.veritatis.com.br)

## DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS

Lopes, Gabriel

### RESUMO

A gestão pública é uma das áreas mais importantes contempladas pelo estudo da administração. Em um Estado Democrático de Direito como o brasileiro, a gestão pública é um assunto de interesse de toda sociedade e sobre o qual todo cidadão tem direito de ser informado. Entre todos os elementos que cabem ao Estado gerir a segurança pública é um dos elementos que mais preocupam e interessam a população na atualidade. Falar em segurança pública implica em abordar necessariamente a questão da gestão dos presídios e do sistema prisional. Diante disso, este artigo se propõe a discutir os desafios da gestão pública dos presídios brasileiros. Considerando a temática proposta e sua relevância, a presente pesquisa estabeleceu como objetivo analisar a importância da gestão pública dos estabelecimentos penitenciários identificando seus principais problemas e apontando quais melhorias precisam ser efetivadas no mesmo. Como método optou-se pela pesquisa bibliográfica descritiva. Os resultados evidenciam a ineficácia das políticas de gestão pública penitenciárias desde o sistema o período colonial, quando a justiça era aplicada arbitrariamente. O sistema prisional acha-se superlotado, com problemas urgentes a serem resolvidos, os quais somente podem ser completamente sanados com um trabalho conjunto de diversos setores do governo e sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prisão. Políticas. Gestão.

### INTRODUÇÃO

A gestão pública é uma das mais importantes áreas estudadas pela administração, sua relevância está principalmente no fato de que ela cuida de assuntos que são do interesse de toda a sociedade, gerindo aspectos como saúde, educação, transporte e segurança. A preocupação em cuidar e ordenar o espaço urbano é uma constante desde a antiguidade, todas as civilizações sempre buscaram modos de assegurar que os aspectos essenciais ao funcionamento de suas sociedades se mantivessem coesos e atuantes, os quais embora toda a evolução tecnológica não mudaram muito em natureza, pois saúde, educação, transporte, segurança, impostos etc. ainda são fatores básicos de gestão pública (SOUSA; FILHO, 2017).

Na sociedade contemporânea a gestão da coisa pública fica a cargo do Estado, em sociedades como a brasileira, este estado é democrático e de Direito, o que significa que os representantes públicos são escolhidos mediante o voto popular e tem o dever de assegurar que os direitos de todos os seus cidadãos sejam respeitados e cumpridos. Entre esses a segurança é dos mais fundamentais, assim como os direitos da pessoa

humana, fatores que fazem com que o Estado tenha tanto o dever de proteger as pessoas de bem quanto assegurar que aqueles que transgridam a lei tenham um destino adequado, onde possa cumprir sua dívida com a sociedade sem terem seus direitos humanos violados.

Em todo este contexto a segurança pública é uma preocupação social:

O fato é que a história recente da segurança pública no Brasil tem sido marcada por demandas acumuladas e mudanças incompletas. Ganhos, como a forte redução entre 2000 e 2014 dos homicídios em São Paulo, tendem a perder força, na medida em que não há normas técnicas, regras de conduta ou padrões capazes de modificar culturas organizacionais ainda baseadas na defesa do Estado e não da sociedade. Basta vermos a forma como as polícias reagiram às manifestações sociais de julho de 2013, ora com excesso, ora com omissão. Falta-nos um projeto de governança das polícias brasileiras e de alinhamento das políticas de segurança pública aos requisitos da democracia e à garantia de direitos humanos (LIMA; BUENO; MINGARDI, 2015, p.50).

Falar em promover melhorias na segurança pública implica diretamente na questão prisional e na estrutural do sistema penal brasileiro. Pois, de nada adianta aplicar lei pra então aprisionar o condenado em lugares que não sejam aptos tanto a garantir a sua permanência fora das ruas quanto a promover sua ressocialização. Existe uma crise no sistema prisional atual, a qual é explícita a toda sociedade, o sistema está saturado e se acha incapaz tanto de manter os presos devidamente encarcerados quanto de promover sua recuperação, e assim forma-se uma bola de neve da criminalidade, as fugas são ocasiões comuns e dentro dos presídios facções criminosas disputam poder e promovem uma verdadeira escola do crime (SILVA, 2003).

Diante disso, o presente artigo traz como proposta de estudo os desafios da gestão pública dos presídios brasileiros. Este tema é um dos mais importantes no que concerne a situação brasileira, sendo visível a todo aquele que estudá-lo mais de perto a necessidade urgente de promover mudanças em sua organização e estrutura. Para abordar o tema em toda sua profundidade a discussão se apresenta de modo a contemplar o escopo legal e apresentar dados que evidenciam a real situação do sistema penitenciário brasileiro.

É imprescindível discutir essa questão:

As instituições policiais e de justiça criminal não experimentaram reformas significativas nas suas estruturas. Avanços eventuais na gestão policial e reformas na legislação penal têm se revelado insuficientes para reduzir a incidência da violência urbana, numa forte evidência da falta de coordenação e controle. Num exemplo, temos um Congresso que há quase 27 anos tem dificuldades para fazer avançar uma agenda de reformas imposta pela Constituição de 1988, que até hoje possui diversos artigos sem a devida

regulação, abrindo margem para enormes zonas de sombra e insegurança jurídica (LIMA; BUENO; MINGARDI, 2015, p.50).

Segundo dados levantados pelo Ministério da Justiça (2017) a população carcerária no ano de 2016 ultrapassou as 700 mil pessoas pela primeira vez na história, este número representa um aumento de ordem de 707% em relação ao quantitativo de apenados registrado no início da década de 1990, quando este número estava em torno de 100 mil encarcerados. Trata-se de uma das maiores populações carcerárias do mundo, tamanho contingente de pessoas privadas de sua liberdade e sob a guarda do Estado denotam a necessidade evidente de um sistema tão e bem planejado quanto, assim como de recursos financeiros, materiais e humanos, para que a mesma possa ser bem administrada.

Os problemas e atrasos que permeiam o sistema prisional brasileiro tem se arrastado por décadas. O aumento crescente da população carcerária tem servido para agravar ainda mais a situação, tornando a gestão pública dos presídios brasileiros um verdadeiro desafio. O Estado guarda, portanto, uma corresponsabilidade pelas infrações causadas por presos reincidentes como também pelos delitos cometidos por indivíduos que tiveram seus direitos básicos negados, como o direito a vida, saúde e educação, os quais continuam sendo negados aos apenados, promovendo um verdadeiro ciclo vicioso de crimes, pois estas pessoas são excluídas socialmente antes e depois de cumprirem suas penas, pela falta de uma gestão pública adequada (PENAL, 2009).

Desta forma, tendo em vista a relevância do tema e sua importância social e acadêmica, este estudo possui como objetivo analisar a importância da gestão pública dos estabelecimentos penitenciários brasileiros identificando seus principais problemas e apontando quais melhorias precisam ser efetivadas para que o mesmo seja mais eficiente e eficaz cumprindo sua finalidade de aplicar a lei e recuperar socialmente os apenados.

### **MATERIAL E MÉTODOS**

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica do tipo descritiva. Este tipo de estudo busca descrever a realidade pesquisada, seja baseando-se em uma necessidade prática, seja com base na tentativa de comprovar uma tese ou hipótese, em grande parte de suas aplicações servindo para fundamentar e respaldar decisões, é nessa categoria que se enquadram as pesquisas de opinião, as pesquisas eleitorais, as pesquisas de mercado, governamentais e muitas das pesquisas acadêmicas (GIL, 2008).

Optou-se por esta metodologia com intuito de apresentar de forma coesa e de fácil entendimento, os principais fatores que integram o complexo quadro a ser delineado neste estudo. Assim, entende-se que um estudo de caráter descritivo se presta bem a atender o objetivo inicialmente proposto. Pretende-se apresentar um panorama realista do quadro prisional brasileiro, por entender-se que este é um dos melhores modos de atentar para a importância da gestão pública neste setor.

Os textos que integram a discussão apresentada no capítulo a seguir foram selecionados após extensa leitura e análise dos conceitos empregados por seus autores. Buscou-se igualmente por dados oficiais oriundos de entidades do governo e também de entidades não governamentais que tratem da temática escolhida. Foram descartados trabalhos com dados muito antigos (anteriores ao ano 2000) bem como aqueles que apresentam conceitos e teorias que não se coadunam a temática discutida ou a contradizem.

Para a análise dos dados optou-se por um tratamento majoritariamente qualitativo, usando do método quantitativo como apoio para respaldar a discussão. Escolheu-se essa forma de análise pelo entendimento de que o foco desta pesquisa é conceitual e teórico, pois visa afirmar a importância do objeto de estudo escolhido e apresentar a realidade empírica do mesmo. Os estudos qualitativos se aplicam a um grande número de pesquisas, sendo um tipo de metodologia comumente empregada para o trato dos dados apresentadas em estudos de caráter bibliográfico (GODOY, 1995).

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os problemas encontrados nos presídios brasileiros são muitos, e os mesmos tem se complicado com o passar dos anos, pois nenhuma medida realmente eficaz tem sido empreendida em prol de dar a este setor uma gestão mais adequada. Ainda no período colonial, o sistema prisional brasileiro estava contido nas ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, modelos que consagravam as desigualdades sociais perante o crime, onde o juiz deveria aplicar a pena conforme a gravidade do caso e qualidade da pessoa, em outras palavras os nobres e membros da elite social vigente eram privilegiados enquanto que para os pobres e desprestigiados eram dos dados os mais humilhantes e pesados (SILVA, 2003).

O Brasil é um país marcado pelas desigualdades sociais desde o seu nascimento, e segundo o que se constata no presente estudo nem mesmo no âmbito jurídico, que deveria tratar a todos com equidade perante a lei, escapou de privilegiar a alguns enquanto os demais ficavam desamparados. Indivíduos em um contexto de marginalização social, cujos direitos básicos são constantemente negados, tem uma propensão muito maior a adentrarem no mundo do crime, muitas vezes pela própria necessidade de sobreviver, e uma vez neste contexto dificilmente saem, pois dentro dos presídios longe de encontrar um ambiente que favoreça a recuperação social, encontra-se mais situações de violência, desamparo e crime organizado (PENAL, 2010).

Este é um dos primeiros e mais importantes desafios que a gestão pública dos presídios precisa enfrentar: quebrar o círculo vicioso de violência e criminalidade que faz com que mesmo um preso de baixa periculosidade adentre aos presídios e saia mais perigoso e propenso ao crime do que quando entrou, e aqueles que representam maior perigo social saem

igualmente ainda mais perigosos. O quadro que se apresenta inspira preocupação:

A administração do sistema penitenciário brasileiro é bastante preocupante, apresentando diversos problemas como a superlotação, a falta de atendimento à saúde, rebeliões e fugas, corrupção, ineficiência na reabilitação, entre outros, o que impossibilita o retorno, adequado, do apenado ao convívio em sociedade. A pena é aplicada e cumprida, mas em condições inadequadas, em condições degradantes e contrárias ao princípio da dignidade humana e dos direitos humanos, ficando patente a necessidade de mudanças (RABELO; VIEGAS; RESENDE, 2011, p.02)

Com a conquista da independência e mesmo após a proclamação da república o país nunca conseguiu efetivas políticas públicas que realmente conseguissem sanar a problemática da desigualdade social e de fato garantir a todos acessos à educação, saúde, transporte, trabalho e segurança. O atual quadro vivenciado nos presídios públicos do Brasil não é fruto do acaso, nem mesmo um problema cuja gênese se encontre no presente, mas sim é o reflexo de uma conjectura oriunda do processo de formação histórica da nação (RABELO; VIEGAS; RESENDE, 2011).

Visando contornar esse quadro caótico do sistema prisional brasileiro, bem como tornar as prisões um local apto a promover a reeducação e recuperação social dos apenados, criou-se a Lei Federal nº 7.210 de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, a qual estabelece que o tratamento dado aos apenados nas penitenciárias e presídios deve obrigatoriamente ser feito mediante o apoio de ações e programas governamentais destinados a atender três áreas essenciais de forma sistêmica: saúde prisional, assistência educacional e trabalho prisional (REGINALDO, 2017). Essas são as condições idealizadas pela lei para que as prisões se transformem em locais que promovam a efetiva recuperação social dos apenados. Mas, para que isso se concretize é necessário uma estrutura prisional totalmente diferente da que se verifica hoje em dia, os presídios precisam ser planejados desde suas plantas de construção para serem elaborados de forma a contemplar espaços de saúde, de trabalho e educação, bem como acomodações que tanto promovam a segurança, evitem fugas, mas propiciem aos presos uma vida digna dentro das necessidades básicas humanas. Não obstante, o que se verifica na prática nos presídios públicos brasileiros é bem diferente:

Atualmente o sistema prisional Brasileiro não passa de grandes amontoados de pessoas vivendo em condições sub-humanas, sujeitando-se a toda sorte de doenças e, vivendo e sendo tratados como animais, não poderiam tornar-se fruto diferente deste, pois através da antropologia e sociologia já se sabe que o homem só é homem porque é ensinado a sê-lo. Da mesma forma, dentro desta sociedade presidiária, prevalece a lei do mais forte (PENAL, 2010, p.03).

O cenário acima descrito se torna ainda mais assustador quando se lhe atribui números e estatísticas:

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) ao longo de 20 meses que incluem o ano de 2007, 558 presos foram assassinados enquanto cumpriam a sua pena. A taxa geral de homicídios do apenado recluso no país é de 24 para cada 100 mil presos neste mesmo período. Segundo a pesquisadora sênior do Centro Internacional de Estudos Prisionais da Universidade de Londres, Vivien Stern, o índice de assassinatos na Inglaterra é de 0,625 para cada 100 mil presos, resultando em uma morte a cada dois anos. Segundo o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL em 06/2009 já existiam 469.546 detentos e uma carência de 170.000 vagas prisionais. De acordo com o IBGE a população brasileira é de 189.612.814 habitantes, logo, para cada 100.000 habitantes a população carcerária é de 247,68 detentos (PENAL, 2010, p.04).

São altos índices de violência, uma massiva população carcerária para administrar, recursos escassos e presídios superlotados que não dão conta de atender a demanda prisional. O quadro abaixo apresenta números que complementam essa visão:

**Quadro 01: sistema prisional brasileiro.**

Brasil junho de 2016	
População prisional	726.712
Sistema penitenciário	689.510
Secretarias de segurança/carceragens/delegacias	36.765
Sistema penitenciário federal	437
Vagas	368.049
Déficit de Vagas	358.663
Taxa de ocupação	197,4%
Taxa de aprisionamento	352,6

Fonte: Ministério da Justiça, (2017).

Como se pode perceber pelos números acima, no próprio sistema prisional em si existe um grande déficit de vagas, sendo este um dos principais fatores para as condições sub-humanas nas quais vivem os apenados. Este problema somado ao grande índice de violência vivenciado no Brasil, em consonância com a precariedade de direitos como educação e saúde perante grande parte do povo brasileiro evidenciam que o problema da gestão pública dos presídios precisa contar com o apoio de outros setores para ser complementarmente elucidado.

No que tange especificamente a gestão dos presídios algumas medidas são urgentes de serem implementadas: o combate ao crime organizado e o desmantelamento de facções criminosas dentro das penitenciárias, investimento em tecnologia para evitar a entrada de objetos ilegais, o

combate a corrupção de funcionários públicos que atuem no sistema carcerário, a reforma dos presídios existentes e a construção de novos espaços penitenciários, levando em consideração aspectos relacionados ao trabalho, educação e saúde dos apenados. Se realmente deseja-se que os apenados voltem as ruas recuperados o primeiro passo é combater o crime internamente nos presídios e tratar tais pessoas como seres humanos, para que eles possam aprender a sê-lo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Brasil é um país de formação multicultural que desde o seu nascimento como colônia portuguesa se fundamentou sobre uma estrutura social estratificada, privilegiando os poucos membros de uma elite aristocrática enquanto o restante da população, formada majoritariamente por negros, indígenas e mestiços, vivia de forma precária e mesmo miserável, tendo seus direitos básicos negligenciados. Inclusive no que tangia a aplicação da lei, esta não era feita de forma igualitária e justa, pois delegava a arbitrariedade da decisão nas mãos de juiz que tinha amplo poder para decidir subjetivamente a natureza da pena e sua intensidade de aplicação, acaba-se protegendo os nobres enquanto que o restante da população, mesmo que seus crimes não fossem tão graves, recebiam castigos severos e humilhantes.

A Lei de Execução Penal de 1984 determina que os presos tenham seus direitos básicos a saúde, educação e trabalho respeitados enquanto cumprem suas penas, pois não é possível promover uma recuperação social destes indivíduos se estes não forem tratados como seres humanos. No entanto, o que se verifica na prática nos presídios brasileiros é uma realidade bem diferente, os presos são mantidos em condições sub-humanas, em presídios superlotados, sem espaços para que possam trabalhar, estudar e muitas vezes sem assistência de saúde ou assistência social. Os guardas e outros profissionais que atuam nas penitenciárias sabem que existe um limite de até onde podem ir, e temendo pela própria segurança não ultrapassam jamais esse limite, as facções criminosas dominam, abundam armas e outros objetos ilegais como celulares, permitindo que dentro das prisões líderes do tráfico comandem seus subalternos do crime nas ruas.

Assim, percebe-se que o problema da gestão pública das prisões brasileiras é complexo, e envolve uma multiplicidade de fatores que demandam atuação governamental conjunta de diversos setores para ser resolvido. O Brasil possui altos índices de violência urbana, muitas facções de crime organizado, uma problemática de carência social eminente e presídios públicos completamente inadequados aos fins que se prestam. Para sanar estes problemas muitas mudanças precisariam ser implementadas, incluindo a reforma das penitenciárias existentes e a construção de muitas outras, pois a demanda é muito elevada e o número de presídios é evidentemente insuficiente. Tudo isso por si só exige um excepcional



planejamento, principalmente no que a origem dos recursos, que certamente serão muitos, para projeto de tamanha envergadura. A situação prisional interessa a todos os membros da sociedade. Adotar medidas de tratamento mais humanas, mas sem desfavorecer a segurança é uma necessidade urgente. Combater a corrupção interna de funcionários públicos, investir em tecnologia e buscar aplicar um paradigma prisional realmente pautado nos direitos humanos constituem-se desafios que a gestão pública de presídios precisa enfrentar. Enquanto o sistema prisional permanecer no caos no qual se encontra os indices de violência dificilmente irão diminuir bem como a reincidência criminal.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações penitenciárias**. Brasília: Ministério da Justiça, DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf)>. Acesso em 05 de setembro de 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas**, maio/jun de 1995, p.20-29. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

PENAL, M. **O Sistema Prisional Brasileiro**. Repositório Estácio, out/2010. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/1734/artigo-sistema-prisional-brasileiro-pseudonimo-mtjr-penal-1.pdf>>. Acesso em 04 de setembro de 2018.

RABELO, C. L. A; VIEGAS, C. M. A. R; RESENDE, C; J. **A privatização do sistema penitenciário brasileiro**. Conteúdo Jurídico, jun/2011. Disponível em: <<https://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj032383.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

REGINALDO, C. L. S. **A gestão do Sistema Prisional e a efetividade das ações de saúde e educação para a garantia da reinserção social da pessoa privada de liberdade**. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Administração Pública, jun/2017. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6007/1/Carlos%20Leandro%20dos%20Santos%20Reginaldo.pdf>>. Acesso em 04 de setembro de 2018.

SILVA, J. R. **Prisão:** Ressocializar para não rescindir. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003 (Monografia de Especialização em Tratamento Penal em Gestão Prisional). Disponível em: <[http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia\\_joseribamar.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_joseribamar.pdf)> . Acesso em 05 de setembro de 2018.

SOUSA, M. C; FILHO, R. R.P. **A importância do planejamento para a gestão pública do espaço urbano sustentável.** Universidade Federal de Santa Maria, fev/2017. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/170/Beck\\_Susane\\_Moreira.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/170/Beck_Susane_Moreira.pdf?sequence=1)>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

## **UMA VIAGEM PELA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA.**

Pereira, Gilmar Duarte.

### **RESUMO:**

Esta pesquisa bibliográfica procura estudar os elementos históricos importantes da Educação de Jovens e Adultos tendo como objetivo principal o entendimento da situação atual dessa importante etapa da educação brasileira. Dessa forma, estudaremos as intervenções políticas que ocorreram nesse período histórico. Procuramos com essa pesquisa, clarear as questões referentes às concepções relacionadas ao analfabetismo e à pessoa analfabeta tentando mostrar o preconceito existente contra tais pessoas. Assim, limitaremos os estudos a partir do Brasil Império até o momento atual, pois foi com o surgimento do Brasil Império que o país passou a dedicar maior atenção à educação como um todo. Procuramos compreender como as decisões tomadas no passado refletem no momento vivido pela Educação de Jovens e Adultos atualmente, e assim pensarmos em novos passos para a sua evolução tanto no presente como no futuro.

**PALAVRAS CHAVES.** Educação de Jovens e Adultos. História. Ações Governamentais.

### **INTRODUÇÃO.**

A educação de jovens e adultos (EJA) é um projeto de inclusão social que tem por objetivo propiciar ensino e aprendizagem àquelas pessoas que não tiveram oportunidade na idade própria. Trata-se de uma modalidade de ensino muito complexa visto que abrange dimensões que ultrapassam a questão educacional.

Há bem pouco tempo, essa modalidade de ensino preocupava-se de forma quase que total apenas com a alfabetização, onde o processo de ensino e aprendizagem resumia-se em aprender a ler e a escrever. Hoje, o profissional que se propõe a trabalhar nesta modalidade de ensino deve procurar dotar-se de uma reflexão crítica sobre sua prática procurando ampliar a sua visão sobre a sala de aula onde trabalha, bem como sobre a localidade onde tal escola está inserida, em fim, o professor deve ampliar suas reflexões sobre o ensinar como um todo, capaz de proporcionar aos educando a capacidade de ler e interpretar o mundo que os cerca, propiciando a eles, condições de fazer as devidas intervenções quando assim julgar necessário.

Ao professor cabe a tarefa de resgatar junto ao educando, suas histórias de vida, procurando valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, ou seja, o conhecimento adquirido cotidianamente, nas ruas, no trabalho, na comunidade, nas práticas esportivas, na igreja, etc, procurando valorizar

tais conhecimentos como ponto de partida para o acesso ao mundo letrado e da escola.

Com grande frequência as pessoas procuram na escola um lugar para a satisfação dos seus anseios pessoais, ou na busca de uma interação junto à sociedade letrada, da qual ele não se sente um participante pleno por não ter o domínio da leitura e da escrita.

Uma nova forma de pensar a educação de jovens e adultos trouxe para dentro da escola diversas questões relacionadas ao processo histórico do educando. Há diversos motivos que motivam esses alunos a estudar e/ou voltar a estudar, entre estas motivações estão, exigências econômicas, tecnológicas e competitividade no mercado de trabalho. Vale lembrar que os jovens e os adultos possuem outras motivações para estudar, entre elas estão a satisfação pessoal, a conquista de direitos, sensação de capacidade, dignidade, auto-estima e sensação de vencer a barreira da exclusão. Assim, ao escolher um tema como objeto de estudo deve-se considerar a sua relevância para a efetivação do conhecimento e da aprendizagem significativa.

De acordo com esse pré suposto, podemos verificar e analisar a realidade da educação brasileira e assim perceber que os números apresentados são preocupantes para um país que pretende se tornar desenvolvido.

Estatisticamente, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nos dá uma idéia de como a educação de jovens e adultos foi encarada pelo governo brasileiro ao longo dos anos. Hoje conseguimos perceber que o país ainda não conseguiu garantir, de forma prática, o acesso e permanência na escola a todas as pessoas, como supostamente garante a Constituição Federal. Pelos dados do IBGE, podemos perceber que ainda há milhões de pessoas espalhadas por todo o território nacional, que não foram ainda atendidas pela educação, que é um dos direitos básicos garantidos pela carta magna. Assim nos perguntamos: quais os motivos de muitas pessoas ainda estarem excluídas do processo de escolarização em nosso país? O que gerou tal condição? O que foi feito na intenção de garantir esse direito?

Ao olharmos para o passado provavelmente encontraremos as respostas para tais perguntas. Assim, torna-se necessário conhecer a história, pois ela nos permite compreender o presente e vislumbrar o futuro, visto que essa seja uma das tarefas da história. Para tanto, pretendemos realizar uma investigação que nos propiciará a compreensão do processo histórico da educação de jovens e adultos e de que forma trabalhamos com essa herança histórica nos dias atuais.

De antemão podemos adiantar que com o passar dos tempos, a educação brasileira, de um modo geral, foi conduzida de forma amadora pelas autoridades políticas da nação. No Brasil, a educação sempre foi deixada à margem. Geralmente a preocupação principal foi com o crescimento

econômico e os interesses da elite detentora do poder econômico e do capital no país.

Atualmente, o país ainda não conseguiu dar a devida atenção à educação, basta pararmos e observar o que ocorre com o ensino público brasileiro que perceberemos escolas sucateadas, salas superlotadas, falta de professores, professores sem a devida formação, corpo docente mal remunerado, violência contra os professores, etc. A situação da educação brasileira é, de fato, lastimável.

Inicialmente vamos delimitar o espaço histórico tendo como início a década de 1940, porém, para esclarecimento de algumas informações relativas ao império e início da república traremos algumas informações sobre tais épocas, para tanto estruturaremos este trabalho em quatro partes principais, a saber.

De início estudaremos as influências e pensamentos do período imperial e republicano na formação da educação de jovens e adultos no Brasil. Posteriormente vamos trabalhar o período que vai da década de 1940 estendendo-se até o golpe militar de 1964. É nesse momento que surge o mais importante pedagogo brasileiro, chamado Paulo Freire com sua teoria e prática que foi responsável por revolucionar o ensino brasileiro nesse período. Na terceira fase de nosso trabalho estudaremos a evolução da EJA no período que compreendeu a ditadura militar. Dessa forma passaremos a analisar o Movimento Brasileiro de Alfabetização, conhecido como Mobral, criado tendo como objetivo principal de substituir os programas de alfabetização usados pelos movimentos sociais da época anterior ao golpe. Finalmente, faremos uma análise aprofundada sobre a educação de jovens e adultos a partir de 1988 com o surgimento da nova república e como esta se desenvolveu até os dias atuais.

A partir de agora, o nosso foco principal é a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que consta até os dias atuais junto ao Ministério da Educação (MEC) como forma de atender aos estudantes que não tiveram oportunidade na idade apropriada. Sinteticamente, podemos dizer que o trabalho que desenvolveremos a seguir, não tem a menor pretensão de apresentar toda a história da EJA até os dias atuais, mas mostrar, de forma consistente, alguns momentos históricos significativos que nos propiciarão chegar a uma ideia de como se desenvolveu essa modalidade de educação no país e quais as suas conseqüências nos dias atuais

### **PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA.**

Ao estudarmos a educação brasileira a partir do período colonial, perceberemos que o seu objetivo principal era a educação das crianças, porém, os índios adultos também passaram por uma intensa ação cultural e educacional. A iniciação à fé foi uma incumbência passada à Companhia Missionária de Jesus, cuja função principal era a de catequizar e alfabetizar na língua portuguesa os índios que viviam na colônia brasileira.

A partir de 1759, com a partida dos jesuítas do Brasil, a educação de adultos no Brasil entra em colapso, ficando, dessa forma, sob a responsabilidade do império que passa a ter dificuldade na sua condução. Dessa forma, a educação brasileira passa a ter um caráter essencialmente elitista marcado pela restrição às classes detentoras de posses, ou seja, a elite da época. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina (referência ao Marques de Pombal), eram destinadas de forma específica aos filhos dos colonizadores portugueses brancos e masculinos, em detrimento dos demais.

Assim, a história da educação no Brasil foi sendo limitado por uma situação restrita às classes dominantes do período, cujo objetivo era o de simplesmente monopolizar o conhecimento entre os membros dessas classes. A conjuntura apresentada nos mostra o panorama de como se iniciou a educação brasileira e nos dá uma ideia do porque ela se encontra como está atualmente.

É importante ressaltar que a partir de 1824, com o advento da constituição daquela época, houve a preocupação em dar maior significado à educação, possibilitando a todos os cidadãos a educação primária, como era chamada à época. No entanto, por falta de vontade e empenho político, essa lei não conseguiu sair do papel, ficando para um futuro um pouco mais distante. No período imperial, diversas discussões foram travadas no sentido de como inserir as classes consideradas inferiores (homens, e mulheres pobres livres, negros escravos, negros livres e libertos) nos processos de formação formais.

Foi somente com o ato constitucional de 1834, que foi passada a responsabilidade para as províncias de que a elas cabiam o dever de atender a instrução primária e secundária de todas as pessoas, e especialmente aos jovens e adultos. Vale lembrar, também, que a educação de jovens e adultos trazia no seu bojo um princípio missionário e caridoso. Assim, a instrução dessas pessoas era considerada um ato de caridade por parte das pessoas letradas para com as degeneradas e perigosas. "Era preciso 'iluminar' as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso" (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 261). Assim, a alfabetização de jovens e adultos passa a ser um ato de solidariedade, deixando de ser um direito do cidadão.

A premissa de que pessoa analfabeta é dependente ganhou força com o período que precedeu a república. No ano de 1879, a reforma Leôncio de Carvalho definia o analfabeto como dependente e incompetente. Logo depois, no ano de 1881, a Lei Saraiva de acordo com a ideia da Lei Leôncio de Carvalho restringe o voto somente às pessoas alfabetizadas. Em 1832, Rui Barbosa, afirma que "os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar pó si próprios". É instalada nessa época uma grande escalada de preconceito e exclusão das pessoas analfabetas. A frase de Rui Barbosa está carregada de preconceito, ele, com sua fala, nos faz

perceber que existe uma desvalorização da criança por considerá-la incapaz e do adulto por reduzi-lo a esta situação de incapacidade. Sob tais comentários, a constituição da república foi sendo construída, e em 1891, o que já não era bom, conseguiu ficar muito pior, o voto, a partir desta data, passou a ser restrito às pessoas letradas e de posses, ou seja, uma pequena minoria detinha esse direito.

A partir de agora a discriminação e a exclusão contra a pessoa analfabeta passou a ser institucionalizada por lei. Ao invés de aperfeiçoar a democracia, reduzia-a a uma república dos privilegiados onde os pobres e os iletrados não tinham nem vez, nem voz, nem voto. O direito ao voto, que antes era garantido, de forma restrita, àqueles que possuíam uma determinada renda, agora já não é mais. Agora além da renda, a pessoa deve também ser alfabetizada. Naquela época, houve um gigantesco movimento contrário à evolução, tornando a situação da república insustentável. A mobilização social no sentido de exterminar o analfabetismo só veio a ocorrer com o início do século XX. As pessoas analfabetas passaram a ser culpadas pela situação de subdesenvolvimento em que o Brasil se encontrava.

No ano de 1951 foi institucionalizada a Liga Brasileira de Alfabetização, cuja pretensão era lutar contra o analfabetismo tendo como objetivo a estabilização das instituições republicanas. Naquele momento, na Associação Brasileira de Educação (ABE), as discussões principais giravam em torno da luta contra a calamidade pública que havia se instalado por conta da discriminação contra os analfabetos. A total falta de instrução do povo era considerada uma praga que deveria ser exterminada. As discussões giravam em torno da idéia de que as pessoas não alfabetizadas deveriam procurar uma forma para a sua alfabetização. Havia a necessidade de transformar a pessoa analfabeta em um ser produtivo que tivesse condições de contribuir para o desenvolvimento da nação como um todo. Lado a lado com o desenvolvimento educacional do país podemos perceber o início de um ciclo de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira.

O Brasil imperial deixou como legado a peculiar característica de uma economia que girava em torno do sistema agrícola destinado à exportação, ou seja, a economia brasileira estava configurada tendo como objetivo o mercado externo (exportador de produtos agrícolas). Dessa forma, com a crise do café de 1929 ocorre uma grande mudança na economia. O país passa a investir não somente na agricultura. Agora é a vez de estimular os investimentos também no setor industrial. Entre a proclamação da República e a década de 1920, houve um fortalecimento da democracia,

“segundo os desígnios dos setores vinculados à burguesia agrário-comercial dos centros produtores da região centro-sul, onde burguesia paulista detinha uma posição hegemônica” (MANFREDI, 1981, p.28).

Durante a década de 1920, acontece uma revolução articulada da política brasileira pela classe média urbana, juntamente com setores da classe dominante que não viam o comércio do café como interessante para eles. Com a vitória da Aliança Liberal (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba) no ano de 1929, a política brasileira se encontrava num “vazio de poder, porque havia um colapso no poder da burguesia cafeeira e uma incapacidade das demais frações para assumi-lo” (FAUSTO. 1972 p. 112). Colado a essa mudança na economia inicia-se algumas mudanças no campo da educação com o aparecimento dos ideais da Escola Nova e logo depois com as ações Pedagógicas de Paulo Freire, juntamente com os movimentos sociais.

### **A MARCA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DÉCADA DE 1940.**

Diante desta situação de descaso para com a educação brasileira, o país alcançou a exagerada marca de aproximadamente 72% de analfabetismo no ano de 1920. No ano de 1934, no entanto, foi criado o Plano Nacional de Educação que tinha como previsão instituir o ensino primário integral obrigatório e gratuito com extensão às pessoas adultas. Esse foi o primeiro plano de toda a história da educação brasileiro que previa um tratamento específico para a educação de jovens e adulto.

A partir da década de 1940 e com muito mais ênfase na década de 1950 que a educação de jovens e adultos volta a entrar na pauta como prioridade para o país. Com a criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) em 1938, foi criado também em 1942 o Fundo Nacional para o Ensino Primário, cujo principal objetivo era instituir programas que incluíssem o ensino supletivo nas escolas brasileiras para adolescentes e adultos no sentido de minimizar o quadro desolador que se encontrava a educação brasileira naquele momento.

No ano de 1945 o fundo foi regulamentado, e destinava 25% de todos os recursos do mesmo para a educação de adultos. A educação de adolescentes e adultos encontrava em alta desde o início da década de 1940.

No início do ano de 1946 foi criada a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa o ensino supletivo. Em 1947 foi criado um programa de alcance nacional, cujo objetivo era atender especificamente os adultos sem escolarização, assim é criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA). O propósito principal do SEA era reorientação e coordenação geral dos planos anuais para o ensino supletivo, que tinha como objetivo a alfabetização de jovens e adultos. O movimento que ficou conhecido como Primeira Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos foi até a década de 1950. Porém, é discutível o método pedagógico usado, visto que o mesmo homogeneizava os alunos sem que tivesse a preocupação com os contextos onde as escolas e as comunidades estavam inseridas. Criaram-se guias de leituras com pequenos textos cuja preocupação contida referia-se a



comportamento moral, informações sobre saúde, técnicas de trabalho e higiene.

Somente por questões de enormes pressões internacionais foi que o Brasil se preocupou com a criação da Primeira Campanha Nacional de Alfabetização para a erradicação do analfabetismo no país, pois o Brasil era visto como “nação atrasada”, e isso incomodavam os governantes da época. A pressão internacional deu-se com o advento da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), logo após o final da segunda grande guerra mundial em 1945. A ONU e a UNESCO orientava os países de que a educação era um meio para que favorecesse o desenvolvimento das nações atrasadas. Com isso podemos perceber que a preocupação, com relação aos programas instalados, estava relacionada muito mais com a quantidade de pessoas formadas do que com a qualidade da formação oferecida a estas pessoas.

A finalidade de tais recomendações estava relacionada com o momento histórico interno que o país atravessava. A quantidade de pessoas aumentava e, diante da lei, se estas estivessem alfabetizadas poderiam exercer o direito ao voto que era o caminho para a democratização. A consideração da pessoa analfabeta como incapaz, ignorante, cabeça dura, sem jeito para as letras, contribuiu de forma decisiva para a educação de massa no país na década de 1950. Nesse caso específico, todas as pessoas adultas que fossem analfabetas tinham o direito a receber a mesma educação destinada às crianças, visto que tais adultos eram considerados sem capacidade para compreender, porém ao mesmo tempo em que o adulto era visto como crianças, tinha-se a ideia de que o adulto poderia ser alfabetizado com mais facilidade, assim sendo, os alfabetizadores não necessitariam de formação específica para tal tarefa, qualquer pessoa alfabetizada poderia exercer a tarefa a contento e de forma voluntária.

A partir dessas discussões surgem duas ideias, e foram criados dois documentos que tratavam sobre a questão do voluntariado. No ano de 1948, a relação com o Público e o Voluntariado e em 1960 foi criado o manual do Professor Voluntário – Ilustrações para o Ensino de Leitura e Linguagem Escrita.

Ao entrarmos no ano de 1952, foi criada a CNER (Companhia Nacional de Educação Rural), cujo objetivo principal era atender as pessoas que viviam na Zona Rural e tiravam seus sustentos dali.

Chega o ano de 1958 e com ele a realização do II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro, quando começou-se a dar passos em direção de uma discussão para a implantação de um novo método pedagógico para a utilização na educação de Jovens e Adultos. Naquela época os Educadores sentiam a necessidade de romper com os preconceitos relacionados às pessoas não alfabetizadas. Nesse momento da história foi que os educadores e também toda a sociedade da época

começaram a conhecer um dos mais importantes educadores do Brasil, Paulo Freire. Inicia-se a partir daí o modelo da pedagogia de Freire.

Em Recife, por ocasião da realização do Seminário Regional, Paulo Freire já dizia que o desenvolvimento educativo deveria acontecer procurando contextualizá-lo com as necessidades principais das pessoas que passariam pelo processo de alfabetização, ou seja, com elas e não para elas. Não seria justo ver as pessoas não alfabetizadas como sem maturidade e ignorantes.

“o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: as condições de miséria em que vivia o não alfabetizado é que deveria ser problematizado” (STEPHANOU; BASTOS (orgs) 2005, p. 268).

Ocorre que a resposta oficial para as críticas do congresso, surgiu apenas em 1958 com a criação da Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), tendo como finalidade criar projetos pólos com atividades que atendessem a realidade de cada município e tornasse modelo para espalhar-se pelo país, porém, com relação às campanhas anteriores, não houve diferenças significativas.

Ao terminar essa década e começar a década de 1960 aconteceu uma grande mobilização social pela educação de adultos. Exemplos de movimentos sociais que podemos elencar são: Movimento de Educação de Base (1961 - CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no Chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal). Estes programas tiveram a influência da pedagogia de Paulo Freire, onde identificavam o analfabetismo “não como causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não-igualitária” (STEPHANOU; BASTOS (ORGS), 2005, p. 269). O objetivo desses movimentos era procurar reconhecer e valorizar o conhecimento e a cultura do povo, considerando a pessoa, mesmo não sendo alfabetizada como produtora de conhecimento. Diante da enorme repercussão dos movimentos citados anteriormente a CNEA foi encerrada e logo após, no mesmo ano, Paulo Freire foi escolhido para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério de Educação. Entretanto, com o advento do Golpe Militar em 1964, esse plano foi deixado de lado pelas questões que hoje sabemos.

Ao lado de todo esse desenvolvimento ocorrido na educação, a economia do país também passa por um momento em que a indústria se desenvolve de forma vertiginosa, passando do modelo de exportação de produtos agrário para um modelo de importação. Já nos de 1930 a 1964 o país passa a ser “um dos principais centros de decisão ao nível da política econômica” ( MANFREDI, 1981, p. 27). Como característica marcante desse momento foi o aparecimento de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Janio Quadros e João Goulart. Com o esvaziamento do poder brasileiro, deixado como herança, surge o populismo que oportuniza o aparecimento de figuras conhecidas como “salvadoras da pátria”. Os governos populares

transitavam entre dar atenção aos anseios populares e a manutenção de status quo, dessa forma, acabou por proporcionar um clima favorável, dando voz e vez à participação popular na política por meio dos movimentos sociais. Nos estados brasileiros mais desenvolvidos, principalmente nas grandes cidades, começa a surgir a luta organizada por esses movimentos, no sentido de evitar o rebaixamento do poder aquisitivo de seus salários. Nesse momento da história, grupos formados por intelectuais, movimentos sociais ligados às igrejas, entidades estudantis e organizações de esquerda organizam-se e todos juntos: trabalhadores rurais e urbanos, e passam a reivindicar maior participação na política. Com esse objetivo, acontece a união dos diversos setores sociais lutando pelos seus direitos e por participação na política do país. Esse fato é de fundamental importância, visto que com ele surge a educação de base voltada para a educação de adultos, com uma tática de atuação política.

### **DO REGIME MILITAR À NOVA REPÚBLICA.**

Entramos no período histórico mais vergonhoso da história do país, depois da época da escravidão, o Golpe Militar de 1964. Com o país nas mãos dos militares todos os programas que tinham como objetivos a transformação da sociedade foram brutalmente interrompidos tendo seus materiais apreendidos e seus dirigentes exilados. Nesse período, passa-se a praticar a educação como forma de homogeneizar e controlar as pessoas. Os militares no poder criaram então, o (MOBRAL) Movimento Brasileiro de Alfabetização no ano de 1967, cujo objetivo era alfabetizar de forma funcional promovendo uma educação de caráter continuada.

Pelo formato desse programa, a alfabetização ficou limitada à leitura e a escrita sem a compreensão contextualizada dos signos. Dessa forma, percebe-se que a intenção do Mobral é o de responsabilizar o indivíduo pela sua situação, desconsiderando o seu papel de sujeito que produz cultura e que, portanto é visto como uma “pessoa vazia de conhecimento, a ser socializada pelos programas do Mobral” (MEDEIROS, 1999, p. 189).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) tem a intenção de propiciar alfabetização às pessoas que ainda não eram alfabetizadas. Por outro lado, procurava responsabilizá-las pelo seu analfabetismo e conseqüentemente pelo subdesenvolvimento em que se encontrava o país. Um dos principais slogans do Mobral era: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável”. (STEPHANOU ; BASTOS (orgs), 2005, p.270). Unido a essa idéia, houve também uma seleção de alfabetizadores onde não se tinha muita exigência quanto à formação, tendo a intenção de burilar a noção de que para educar o adulto bastava apenas ser alfabetizado, sem necessariamente entender as questões pedagógicas.

Finalmente, no ano de 1985 o Mobral foi extinto definitivamente com a chegada da nova República. Sua extinção foi marcada por inúmeras denúncias de desvios de recursos financeiros, que terminou gerando uma

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Devido ao método utilizado, sem contextualização, muitas pessoas que se alfabetizaram com o Mobral, acabaram desaprendendo a ler e a escrever.

Com a chegada da nova república e com a criação da nova constituição, é dedicado um espaço na mesma à educação de jovens e adultos quando ela diz no inciso I, art. 208, que: "passa a ser obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria".

E em seu artigo 214, a C.F. diz que:

"a legislação estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público que conduzam à - I -erradicação do analfabetismo; II- universalização do atendimento escolar. Cabe lembrar também, que na emenda constitucional Nº 14/1996 fica estabelecido que a União deva investir nunca menos de que trinta por cento do caput do artigo 212 para a erradicação do analfabetismo e manutenção do desenvolvimento do ensino fundamental".

Dessa maneira, a constituição de 1988 estabelece que todas as pessoas tenham acesso à educação básica sendo expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. De acordo com a LDB, é determinado que o Plano Nacional de Educação seja elaborado em consonância com a Declaração Mundial de Educação para todos, e com base na LDB, foi instituída a EJA (Educação de Jovens e Adultos) como uma modalidade de ensino por intermédio da resolução CNB/CEB nº 1, 05/07/2000, que criou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA. Reforça-se ainda o direito de jovens e adultos a uma educação adequada às suas necessidades peculiares e formativas, e ao poder público cabe o dever de oferecer esta modalidade de educação de maneira gratuita tendo como base os exames supletivos.

Em 1985 surgiram outros programas de educação logo após o encerramento do MOBREAL, em seu lugar chegou a Fundação Educar, que também estava vinculada ao Ministério da Educação. O papel principal da Fundação Educar era o de supervisionar e acompanhar a execução dos seus programas educacionais. Entretanto, no ano de 1990, com a chegada ao poder do Presidente Fernando Collor de Melo, a fundação Educar foi extinta sem que se criasse um novo projeto em que o objetivo era o de dar sustentação aos programas de educação de jovens e adultos que havia anteriormente.

Nesse momento inicia-se a ausência do governo federal nos projetos de alfabetização de jovens e adultos. Os municípios passam a assumir tais responsabilidades. Juntamente com os municípios, foram muitas experiências realizadas com as universidades, movimentos sociais e Ongs (organizações Não Governamentais) diretamente com a Educação. Existe diversas práticas e métodos baseadas em descobertas como, por exemplo,

os estudos de Emília Ferreiro que ajudaram de forma impar para a criação de novos métodos de alfabetização. Dentre os movimentos que surgiram nessa época, destaca-se o MOVA (Movimento de Alfabetização) cuja intenção era trabalhar com a alfabetização de Jovens e Adultos, tendo como fio condutor o contexto socioeconômico das pessoas a serem alfabetizadas, fazendo com que estas fossem se tornando participantes de seus processos de aprendizagem. Apenas, a partir do ano de 1996, é que surge um novo programa Nacional para a Alfabetização de Jovens e Adultos encabeçada pelo governo federal. Entretanto, com o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), dava-nos a impressão de que estivéssemos assistindo a um replay das campanhas das décadas de 40 e 50. As críticas mais contundentes a este novo programa que era passível de adoção, de ajuda, e ações,

“além de se tratar de um programa acelerado, com alfabetizadores sem a devida formação o que reforçava a ideia de que qualquer pessoa alfabetizada poderia trabalhar na alfabetização de adultos, pois qualquer pessoa que tinha um mínimo de formação tinha competência para ensinar este público. Posto isso, surge a campanha, adote um analfabeto. O PAS contribuiu para reforçar a idéia que se tinha de que quem não sabe ler e escrever é uma pessoa incapaz e deve ser assistida. (STEPHANOU; BASTOS, 2005; p; 163)

No ano de 1998, foi criado o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), cujo principal objetivo era o de atender às populações situadas nas áreas de assentamentos de reforma agrária do INCRA. Este programa atendia especialmente à população assentada pelo INCRA e eram assistidas por universidades e movimentos sociais. No ano de 2003, o governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, que de início tinha a característica de mais uma campanha cuja ênfase era o voluntariado. Este programa previa erradicar o analfabetismo em no máximo quatro anos, atuando em um universo de vinte milhões de pessoas. Porém, em 2004, quando houve a mudança no ministério da educação (MEC), o programa sofreu uma reformulação, retirou-se a meta de erradicar o analfabetismo em quatro anos e a duração dos projetos de alfabetização foi aumentada em dois meses, de quatro meses para seis meses. Dessa forma chegamos ao século XXI com uma taxa alta de pessoas que não tinham o domínio da escrita e da leitura, bem como das operações básicas em Matemática, tendo:

“quase vinte milhões de analfabetos absolutos e passam de trinta milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a freqüentar a escola, mas por falta do uso da leitura e da escrita, voltaram à posição anterior. Chega, ainda, à casa dos setenta milhões os brasileiros acima dos quinze anos que não atingiram o nível o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, ou seja, o Ensino Fundamental. Somam-se a esses os neo analfabetos

que mesmo freqüentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita” (STEPHANOU; BASSTOS, 2005, p.273).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Este trabalho nos proporcionou uma viagem dentro da história da Educação de Jovens e Adultos ao longo da história do Brasil, desde o Brasil Império até os dias atuais. Por meio deste trabalho foi possível perceber o enorme número de pessoas que ainda não tiveram acesso ao mundo da leitura e da escrita, assim como dos cálculos matemáticos básicos, bem como aqueles que, apesar de ter garantido o acesso ao ensino público, não tiveram assegurado o direito à permanência e a conclusão da educação básica, por isso apenas conseguem ler pequenos textos sem que consigam interpretá-lo. Embora este seja um direito garantido pela constituição cidadã de 1988, vemos um número assustador de pessoas que são colocadas à margem do sistema educacional brasileiro quando crianças, sendo obrigados, por diversos fatores, a reiniciar seus estudos na Educação de Jovens e Adultos. É possível dizer que essa seja uma herança do tratamento que a educação brasileira tem recebido durante toda a sua história. Com o passar dos tempos podemos verificar o estado de abandono da educação pelas autoridades competentes brasileiras, características estas que vem se perpetuando ao longo dos tempos, tirando os sonhos de muitas crianças, jovens e adultos pelo Brasil a fora.

Todos os projetos e planos de educação de jovens e adultos que foram implantados no país tinham como objetivo principal a erradicação do analfabetismo, no entanto, o nível de organização destes projetos estava abaixo do considerado necessário. Toda vez que se criava um projeto, o tempo destinado quase sempre não era suficiente para que os mesmos surtisser os efeitos desejados, e estes já eram substituídos por outro. Podemos destacar que muitos dos avanços que tivemos ao longo dos tempos, deram-se graças às pressões de órgãos internacionais como a ONU e a UNESCO, além de pressões nacionais vindas, principalmente dos movimentos sociais populares.

A partir do conhecimento dos diversos fatos históricos citados até aqui é possível avaliar as ações educativas atuais. O objetivo a partir deste momento é nos perguntarmos qual a educação que queremos para os nossos jovens e adultos? O que pretendemos com a EJA? Qual a intenção? Queremos uma educação que tenha o objetivo único de instrumentalizar a pessoa para o mercado de trabalho, ou queremos pessoas que também reflitam sobre a sua situação social e do país? Acredito que o objetivo principal da educação de jovens e adultos (EJA), seja o de propiciar ao educando a capacidade de fazer uma leitura ampla do mundo que o cerca, ter competência para, diante das suas necessidades fazer as intervenções necessárias no sentido de transformar sua realidade e da comunidade onde

ele vive, ou seja, o ensino para o jovem e o adulto deve torná-lo um cidadão autônomo no mais amplo sentido da palavra CIDADÃO.

## REFERÊNCIAS

**AGUIAR**, Raimundo Helvécio Almeida. **Educação de Adultos no Brasil: políticas de (des)legitimação**, 2001.

**ANTUNES**, Denise Dalpiaz. **Relatos significativos de professores e alunos na Educação de Jovens e Adultos e sua auto-imagem e auto-estima**, 2006.

**DI PIERRO**, Maria Clara; **GRACIANO**, Mariângela. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: informe apresentado à oficina regional da UNESCO para América Latina y Caribe**. São Paulo, 2003.

**FAUSTO**, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 2ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

**MANFREDI**, Sílvia Maria. **Política e Educação Popular**. 2ª ed., São Paulo: Ed. Cortez, 1981.

**MEDEIROS**, Maria do Socorro de Araújo. **A Formação de Professores para a Educação de Adultos no Brasil: da História à Ação**. Mallorca, 1999.

**OLIVEIRA**, Romualdo L. Portela. **Educação de Jovens e Adultos: o direito à educação**, 2007.

**OLIVEIRA**, Rita de Cássia da Silva. **A Necessidade de Reinventar a História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 2004.

**RIBEIRO**, Vera Maria Masagão (coord.). **Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo: Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa, Informação; Brasília: Ministério Da Educação E Do Desporto, 1997. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf> acessado em 08 de agosto de 2007.

**STEPHANOU; BASTOS** (orgs), 2005, p. 271-272. Também em **RIBEIRO**, Vera Maria Masagão (coord.). **Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo/Brasília, 1997.

**STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.**